

TATIANA PEDROSA

O Mundo-texto Arqueológico Amazônico: do inferno verde ao Novo El Dorado

LETRACAPITAL

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFG)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (FAAO)

João Medeiros Filho (UCL)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sergio Azevedo (UENF)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tatiana Pedrosa

O MUNDO-TEXTO
ARQUEOLÓGICO AMAZÔNICO:
DO INFERNO VERDE AO NOVO EL DORADO

LETRCAPITAL

Obrigada...

Aos meus fortes, sinônimos de amor e asas, Valentina e Marcello.

*Aos meus pais que me ensinaram desde cedo a contar histórias.
E as minhas irmãs que me ensinaram a reinventá-las.*

*À minha querida amiga Marcélia Marques e ao meu orientador, e
amigo, Arno Alvarez Kern, pelo apoio, estímulo e respeito.
Mas acima de tudo, pela confiança ao ter depositado em mim uma
herança que provavelmente hei de carregar pelos anos vindouros.
Sou uma “Kern” academicamente falando.*

*Não posso esquecer a contribuição dos meus amigos
e a todos envolvidos indiretamente na publicação,
pela paciência e ajuda na publicação.*

*Por fim dedico um agradecimento especial as minhas fontes,
Betty Jane Meggers e Anna Curtenius Roosevelt, por não só,
me inspirarem a dar o meu melhor, como também fazer desta
pesquisa algo tão prazeroso de se completar!*

Copyright © Tatiana Pedrosa, 2019

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida,
sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização
prévia e expressa do autor.*

EDITOR
João Baptista Pinto

CAPA
Luiz Guimarães

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Luiz Guimarães

REVISÃO
DOS AUTORES

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P414m

Pedrosa, Tatiana

O mundo-texto arqueológico amazônico: do inferno verde ao Novo El Dorado /
Tatiana Pedrosa. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.
122 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-678-7

1. Arqueologia - Amazônia. 2. Arqueologia - Aspectos sociais. I. Título.

19-58449

CDD: 981.1

CDU: 902(811.3)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Prefácio

Diversos têm sido os temas que discutidos entre os arqueólogos, nas últimas décadas, relacionados aos aspectos práticos das metodologias ou, como é o caso deste livro, às reflexões sobre as teorias sugeridas pelas diversas gerações que pesquisaram no solo amazônico. Neste conjunto variado, entretanto, as questões relativas às tendências das teorias arqueológicas surgem de maneira mais constante do que no passado. Com certeza, este fato se deve à progressiva tomada de consciência da necessidade de se fazer revisões críticas, de tempos em tempos, sobre o amplo e variado campo de conhecimento da arqueologia: seus conceitos fundamentais, as referências teóricas às tendências em voga ou simplesmente e as diversas teorizações atualmente disponíveis na produção intelectual dos arqueólogos. Estas revisões produzem importantes debates, conectados muitas vezes com as discussões epistemológicas que estão em curso atualmente nos campos do conhecimento das ciências sociais, com as quais a arqueologia se posiciona, face a face e de maneira interdisciplinar.

Por teoria do conhecimento ou por epistemologia das ciências, entenda-se a perspectiva crítica que assumimos hoje face à crise do conhecimento científico ocorrida na segunda metade do século XX. Seu objeto de estudo é a própria ciência, ou seja, a produção do conhecimento científico nos férteis terrenos explorados pelos arqueólogos.

Não podemos nos questionar, como fazem alguns, de maneira apressada, se esse fenômeno não é decorrente da constatação de uma possível crise da arqueologia. Ela é originada em algumas das atuais tendências surgidas no campo do conhecimento científico como um todo. Trata-se, antes de tudo, de uma posição racional face às incertezas surgidas em relação à aplicação irrestrita dos grandes paradigmas. Poderíamos ainda acrescentar que muito destas incertezas, no campo das teorias, se deve à inevitável ampliação dos territórios da pesquisa.

Temos consciência que, atualmente, as relações inter e trans-disciplinares são o produto da busca deliberada das fronteiras das práticas de pesquisa e da mescla com as atividades de outros domínios vizinhos. A perda de especificidade de seu objeto de estudo e a sua pluralidade das temáticas não possibilitam mais o uso de modelos homogêneos e específicos de análise, como foi durante muito tempo defendido pelos arqueólogos.

Para se avaliar e compreender melhor os problemas da disciplina na atualidade, na bacia amazônica, é necessário fazer alguns comentários retrospectivos das tendências teóricas da arqueologia contemporânea. Tatiana realiza este exercício, procurando refletir sobre certas questões epistemológicas que nortearam nossa disciplina. Ela parte de uma posição que julgamos válida: o arqueólogo e sua disciplina deveriam constituir sempre um primeiro tema de debate entre nós. Devemos interrogar a produção intelectual das teorias pelos arqueólogos, com a finalidade de propor novas questões que podem aumentar a sua capacidade de explicitar e de fazer sugestões novas e distintas. Questionar a arqueologia teórica que produzimos recentemente não é defender um novo modelo que poderá substituir os anteriores. Trata-se de “observar” e “por em dúvida”. Podemos e devemos examinar estas suas tendências em uma perspectiva da longa duração, ao longo de duas gerações das quais Roosevelt e Meggers são os exemplos, colocá-las em dúvida para conhecê-las melhor e assegurar-se de sua validade e de sua capacidade heurística. Analisar criticamente a produção intelectual destas duas grandes damas da arqueologia amazônica tem como objetivo, antes de tudo, da revisão crítica do próprio campo de conhecimento.

Estamos hoje muito conscientes de que a arqueologia é uma ciência em construção e que suas metodologias e teorias estão necessariamente em constante renovação. Por este motivo, a epistemologia tem se interessado muito mais pela produção de teorias pelos próprios arqueólogos do que analisar possíveis mega-teorias que tudo explicariam.

Sabemos hoje muito bem que nenhuma teoria é a teoria e desconfiamos daqueles arqueólogos que tem sempre a mesma resposta para todas as questões, inclusive para aquelas que ainda nem foram formuladas.

Um dos territórios onde os estudos tem sido mais dinâmicos e inovadores é exatamente o da epistemologia da ciência arqueológica. Os arqueólogos sempre dedicaram pouco de seu tempo, no passado, à realização de estudos mais teóricos. Conscientes das tendências às quais se engajavam, nem sempre se deram conta que o seu exemplo pessoal e os resultados de suas investigações, sobretudo suas reflexões teóricas, estavam produzindo mudanças de direção e rupturas epistemológicas.

Atualmente, as reflexões epistemológicas sobre a arqueologia tornam-se mais constantes e temas como o da cientificidade da arqueologia, da objetividade do arqueólogo e da lógica da arqueologia, são comumente discutidos. Para Tatiana e para mim, trata-se antes de tudo de lançar novas fundações para a nossa visão de arqueologia, a partir de uma abordagem epistemológica nova que se abre para um futuro da ciência, para o futuro da nova geração, para o futuro de nosso passado.

O estudo da epistemologia da arqueologia amazônica, nas suas orientações teóricas, nos permite perceber como os textos produzidos pelas duas pesquisadoras aqui estudadas, Meggers e Roosevelt, nos permite uma vez mais ancorar o nosso presente de arqueólogos em uma tradição que, longe de ser estática, é um lento e complexo processo de construção da ciência arqueológica. Nossa formação acadêmica atual implica na necessidade desta relação com as gerações de pesquisadores do passado.

O trabalho que aqui se apresenta, não pretende nem um balanço sistemático e completo das ideias de uma época, nem mesmo é o manifesto de uma “nova arqueologia”.

Talvez esta análise das ideias de duas importantes pesquisadoras de nossa pré-história amazônica nos permita abrir uma nova perspectiva na história da arqueologia brasileira, aquela da reflexão sobre os textos produzidos pelos próprios arqueólogos. Nas considerações aqui apresentadas, as reflexões teóricas de Meggers e de Roosevelt ficam mais claras, pois Tatiana nos apresenta não apenas as suas ideias, mas busca também esclarecer as certezas e as dúvidas da ciência da época.

Um campo novo de pesquisas sempre pode assim se abrir, tendo como objetivo os textos dos próprios arqueólogos, possibilitando a análise epistemológica e a apresentação com clareza e preci-

são dos encaminhamentos e das transformações que conduziram a ciência arqueológica à sua situação atual.

E poderemos concluir com uma questão da maior importância. Na medida em que o debate nunca se encerra, ao observarmos as preocupações da nova geração e dos problemas científicos que ela coloca, somos obrigados reconhecer a prova da eterna juventude da ciência arqueológica.

Arno Alvares Kern

Professor do Institutde Prè-histoire, IPH - MNHN, Paris, França.

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A - CA CS -

Antrop., Arqueol., C. Política, Direito, Rel. Internacionais e Sociologia.

Sumário

Introdução	13
Parte I - Um pouco da historia e da historiografia de nossas imagens	17
CAPÍTULO I - Do Evolucionismo ao Neo-Evolucionismo; as fardas teóricas	19
Alguns apontamentos.....	19
Em busca do Neo-Evolucionismo através do Evolucionismo	20
CAPÍTULO II - Do contexto ao texto	25
Franz Boas.....	25
Leslie White	31
Julian H. Sterward	40
Cultura e Arqueologia na leitura de Meggers	44
CAPÍTULO III - Na trilha de uma teoria.....	47
Partindo de uma hipótese não tão antiga.....	48
Donald Lathrap	49
Gordon Childe.....	53
Lewis R. Binford	56
Parte II - A construção de duas imagens para a arqueologia amazônica	59
CAPITULO IV - Dos dispositivos da construção das imagens	61
As duas interpretações sobre a Amazônia	61
Betty Jane Meggers.....	64
Sociedade	65

Cultura	69
Meio Ambiente	70
Finalizando uma teoria através de um começo	78
Anna Curtinius Roosevelt.....	81
Sociedade	82
Cultura	86
Meio ambiente	88
 CAPITULO V - O mundo-texto arqueológico amazônico	92
 CAPITULO VI - “Algo que não termina nunca”	107
 Pósfacio	113
 Referência bibliográfica.....	119

Introdução

Começo essas linhas como “uma verdadeira arqueóloga”: Com uma pá Marshall na mão, e a tabela Munsell, na outra, pronta para desvelar um conjunto de “coisas” soterradas. A diferença é que a Cultura Material a que me propus estudar é um tanto quanto diferente.

Minha arqueologia não *me fez sujar as unhas dos dedos de terra*, mas fez com que com que tivesse como experiência muitas horas de leituras.

Grande parte dos capítulos apresentados aqui foram derivados de minha dissertação de mestrado, apresentada pela Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul.

As discussões a seguir, sem dúvida, estão inseridas nas novas perspectivas da Arqueologia, onde há um gradativo destaque para debates envolvendo a relação, não menos complexa, entre textos e objetos (TILLEY, 1992; (HODDER, 1986)), bem como suas implicações sociais (SHANKAS & HODDER, 1996).

O que era aceito, como legítimas representações do passado vem passando por revisões, que buscam situá-las dentro de uma discussão com intuito de pensar sobre o papel do arqueólogo na construção de significados, seja através de textos, bem como na eleição de determinados objetos.

O debate, por sua vez, toca numa ferida que ainda é incipiente para a arqueologia brasileira e que nos chama atenção, à medida que precisa ser visitada com mais frequência, já que ao tratarmos de uma maneira geral com textos estaremos lidando com teorias que consequentemente influenciarão na criação de outras (metateorias).

Ora, ao melhor estilo “Kern”, sinto-me um pouco “frankenstein”. Pois parte da Arqueologia que fiz rompe os muros da disciplina e busca referenciais em outras. Portanto, além dos referenciais arqueológicos, usei os históricos, e fui até onde pude e me era permitido com relação aos referenciais filosóficos.

Portanto, a cultura material aqui é lida como um texto!

Esta ação pode vir a sofrer críticas por parte daqueles que não

coadunam com as ideias de que a arqueologia tem como objetivo primeiro a objetividade e é, de certa forma, reprovada. Pois, em suma, a arqueologia é lidar diretamente com a cultura material.

Mas não nos esqueçamos que esses objetos só passam a ter voz no momento em que são transformados em textos.

Então, por que não estudarmos textos tendo como ação objetiva percebermos este estudo como sendo também arqueologia?

Questões como estas precisam ser colocadas em nosso presente e discutidas em nossa prática, na tentativa de compreender não somente os artefatos, mas como estes se materializam e são interpretados.

Poucas tentativas são feitas nesse sentido e tomam forma de críticas que assumiram a perspectiva do rótulo como estudo, críticas superficiais que pretensamente assumem posturas de análises teóricas, artificialmente traduzindo e classificando determinadas teorias como histórico-culturalistas, positivistas, deterministas e assim por diante.

Lembre-mo-nos: Os rótulos do presente nem sempre traduzem fidedignamente as análises teóricas do passado!

O que quero é chamar atenção para percebermos que lidar com teorias e suas construções é muito mais complexo do que explicações simplistas. Lidar com teorias é saber que estamos lidando com imagens do passado e seus reflexos! Assim, a análise destas requer não só uma trajetória que possa dar conta da relação existente entre construção da mesma e seu contexto, como identificar a relação existente entre os aspectos gerais da arqueologia e seus métodos de análise e identificação dos dados.

Sendo assim, a proposta maior do livro constitui-se num estudo sobre duas importantes teorias para a Amazônia, que produziram e produzem discursos que na contemporaneidade influenciam na construção e solidificação *da maneira como se faz* arqueologia na Amazônia.

Mapeá-los é uma tentativa de clarificar o entendimento da arqueologia para o presente amazônico.

A pesquisa foi desenvolvida sobre dois trabalhos cujos vieses estão implícita ou explicitamente relacionados às perspectivas Evolucionistas. Duas arqueólogas, ou melhor, duas antropólogas norte-americanas. A primeira, considerada uma das pioneiras na arqueologia brasileira, que concretiza seus trabalhos entre as décadas de 50 a 70, Betty J. Meggers. E a outra que, com seus trabalhos

durante as décadas de 80-90, influenciou profundamente toda uma geração de novos arqueólogos: Anna C. Roosevelt.

Procurei justificar minha análise seguindo a linha de algumas das principais correntes críticas do pensamento contemporâneo, inspirada, sobretudo, nas discussões e debates sobre a interpretação. Procurando, assim, perceber como se deu o processo de produzir significados para a Arqueologia Amazônica, no caso de dois modelos arqueológicos, na tentativa de clarificar o papel do leitor nessa construção de significados, sendo ao mesmo tempo leitor e produtor de textos, dentro de um fluxo pré-existente de leituras e produções.

Foi fundamental tentar elucidar ou estabelecer qual a natureza dos significados dessas duas arqueologias, bem como suas possibilidades e, porque não dizer, limites de interpretação.

É interessante salientar que, na Academia, orientação, correção, e educação, constituem-se nos primeiros passos daquele que quer seguir ou desenvolver o espírito intelectual.

Nossa intelectualidade não nasce no vazio. Este vazio sendo inexistente pode servir como estímulo, mas também, em determinados momentos, pode nos travar ou nos cristalizar em um determinado círculo vicioso. A curiosidade por essas duas arqueólogas surgiu justamente a partir da percepção de dois círculos na Arqueologia Amazônica, cuja imagem de cultura remetia a uma dicotomia: *o falso paraíso e o novo El Dorado*.

Há de se salientar a dificuldade de desenvolver conceitos sobre um termo tão variado que é a cultura. Por isso se deve dar todos os louvores e créditos aos trabalhos dessas duas arqueólogas, que em seus esforços máximos, tentaram descortinar um pouco sobre essa vasta cultura que é a amazônica.

Por fim, é preciso aqui pedir licença para falar de histórias cujas personagens fizeram e ainda fazem história na região Amazônica. E essa há de ser uma licença apropriada, pois estarei contando esta história à minha maneira, história que não deixa de ser minha também, já que sou amazônida.

Licença a Roosevelt, Meggers e a todos os outros que singram as águas da Bacia Amazônica, na esperança de desvendar um pouco mais sobre os mistérios que cercam a arqueologia da região e, conseqüentemente, escrever um pouco da história dessa gente tão maravilhosa da qual tenho orgulho de ser da mesma tribo.

PARTE I

Um pouco da história e da historiografia de nossas imagens

“O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior ou superior – para que destas relações surjam, em uma mesma época ou em épocas diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas.”

Roberto Machado, 1979.

“Dou valor às coisas, não por aquilo que valem, mas por aquilo que significam”.

Gabriel Garcia Marques.

CAPÍTULO I

Do Evolucionismo ao Neo-Evolucionismo; as fardas teóricas

Alguns apontamentos.

Na tentativa de diálogo com os dois expoentes arqueológicos, propõe-se traçar os mesmos caminhos que as duas arqueólogas fizeram. Esse percurso é o mesmo de um neófito quando escolhe engajar-se numa nova religião. Na melhor tentativa de “por mares nunca dantes navegados”, procura-se perceber qual seria as concepções primeiras que fundamentaram suas escolhas, seleções e determinações arqueológicas.

É fundamental a leitura de uma arqueologia amazônica através das lentes que elas usaram na sedimentação de seus trabalhos. Por isso, justifica-se a busca pelas teorias fundamentais, que em suma são o arcabouço, ou melhor, as “fardas” das quais, as referidas pesquisadoras, vestiram e revestiram seus trabalhos. Busca-se também uma tentativa de solidificar dentro da arqueologia brasileira a impossibilidade de se fazer arqueologia sem teoria.

Qual seria a utilidade de uma teoria sem prática e a prática sem teoria? Afinal, Reis (2004) já salientava sobre as escolhas que fazemos ao fazer arqueologia, que nem sempre são claras; “(...) Estas escolhas norteiam o fazer das pesquisas” (REIS, 2004: p. 9). A preocupação maior se insere na discussão de como identificar e até mesmo gerenciar a construção de pensamentos.

Existem hoje arqueólogos, especialistas colossais nos artifícios, metodologias e procedimentos de decifrar a Cultura Material. Porém, cresce a preocupação com a inabilidade ou infantilidade da arqueologia (especialmente brasileira) no perceber, ou melhor, ter uma predisposição para perceber como se dá ou se opera a construção de determinada Cultura Material dentro de um contexto, e de um leque de aforismos que de forma alguma é hermético.

Não é hermético, pois, na medida em que é uma interpretação, pode sim dar margem, a uma ou mais cadeias de pensamento que se

coadunam ou não. No caso da Amazônia, fazer tentativas de traçar como se deu a construção de determinados pensamentos na sua arqueologia, insere-se numa temática muito maior. Pois, ao contrário do que se supõe, a Amazônia não foi descoberta, mas sim construída.

A jornada de descoberta da Amazônia começa através do imaginário que se tem sobre a floresta. E é no imaginário que se toma forma de espaços, população e culturas forjadas, que nem sempre atestam o real, mas sim que fazem parte de um inconsciente coletivo alimentado por uma natureza fantasiosa.

As teorias não podem fugir desse processo de construção e influência imaginativa. É fácil perceber que tensões primárias originaram especulações secundárias, e estas, por sua vez, cristalizaram-se como teorias que se tornaram um enquadramento da Arqueologia Amazônica, seja tentando passar a imagem de um “inferno verde”, seja tentando enquadrá-la como um “El Dorado”, eternamente a ser descoberto.

E muitas vezes, numa tentativa de alcançar ou aceitar e, até mesmo, negar a Amazônia, aconteceu que a natureza e sua gente apareceram em segundo plano, como se fosse uma imagem em que estes dois complexos são paulatinamente deslocados para o “fundo do palco principal”.

Para descobrir essa terra, bem como as Arqueologias que possam traduzi-las, faz-se necessário um olhar novo. Parafraseando Godim (1994),

(...) existe sim, um lugar secreto na Amazônia. No âmago de suas terras encontra-se a origem de todos os homens. Ela é infernal e paradisíaca é a síntese dos contrários, e a inversão da estética do belo, pois a beleza pode surgir do infernalmente horrível porque exige um olhar primordialmente novo. (Idem; p. 273)

Em busca do Neo-Evolucionismo através do Evolucionismo

Qual a teoria fundamental na arqueologia de Meggers? Porque a autora pontuava ser antes de tudo uma ecologista? Como é possível na arqueologia brasileira sua pesquisa ser entendida como

determinista, histórico-culturalista, difusionista, sendo a mesma pertencente (e que se auto-proclama “em alto e bom tom de voz”) a uma escola neo-evolucionista? Como entender a disparidade existente sobre o que falam da autora e o que ela realmente propôs fazer? Existe realmente uma disparidade ou um espaço entre o “que é proclamado e o que se pode ouvir”?

Foi a partir desses primeiros questionamentos que se impôs um norte à procura de respostas ao fenômeno Meggers dentro da Arqueologia Brasileira e da Arqueologia Amazônica. A partir de um objetivo capital: o de explicitar, dentro da arqueologia brasileira e Amazônica, a necessidade de se cumprir, enquanto ciência, exigências não só metodológicas, a partir de procedimentos técnicos, como o de exigências teóricas, clarificando assim os princípios e os conceitos empregados ao se fazer arqueologia.

Segundo Kern (1999), *as reflexões não pretendem ser uma crítica mal comportada nem mesmo um panorama pessimista em relação a atual situação da produção científica (...) a discussão adquire importância, principalmente quando se trata dos rumos futuros das tentativas teóricas de explicar as reconstituições idealizadas que fizemos (...).* (KERN, 1999; p. 8)

É importante que se cresça em acordo, enquanto ciência, que cada vez mais se deve ultrapassar o senso comum e toda sorte de superficialidades quando adjetivamos determinadas concepções teóricas e abandonamos uma pesquisa mais aprofundada.

Para que a Arqueologia Brasileira, que não está isolada do resto das ciências, adquira maturidade e cresça enquanto ciência social deve cumprir a exigência de explicitar os princípios e conceitos teóricos que subjazem aos procedimentos técnicos empregados na obtenção e na pretensa interpretação e/ou explicação dos dados construídos. (REIS, 2004: p. 20)

É essencial o entendimento das ferramentas utilizadas por Meggers ao longo de seu trabalho, afim de que se possa entender como a arqueóloga lê, entende, e interpreta a cultura, a sociedade e o meio ambiente amazônicos, peças basais em nosso quebra-cabeça.

Utilizamos como ferramenta base para o entendimento da arqueologia de Meggers a tradicional fórmula evolucionista, lida e reformulada pelo Neo-evolucionismo. Na Arqueologia Americana,

é difícil tentar entender o Neo-evolucionismo sem fazermos algumas considerações sobre o Evolucionismo.

Também admitamos que, na última década, apesar do Evolucionismo ser um conceito “um tanto quanto fora de moda”, tem havido um constante e renovado interesse por determinados aspectos da teoria, sempre ponderando considerações históricas particulares relativas ao evolucionismo do século XIX. É um interesse que em muito difere do que podemos chamar de retorno e reconstruções, como os mais temerosos o veem.

A discussão tem importância na contemporaneidade devido às possibilidades que o potencial metodológico carrega ou traz para pesquisa científica como um todo, seja na questão de evolução cultural, seja nos procedimentos taxionômicos, seja nas conceptualizações que implicam tanto em mudanças históricas como casualidades culturais.

A avaliação da Evolução Cultural é certamente determinada a partir de definições e significados. Mas é preciso mostrar certas distinções existentes na Teoria Evolucionista, a fim de se fazer considerações significativas na diferenciação e alguma similaridade existente entre a Evolução Cultural em relação à Evolução Biológica.

Podemos então dizer que o Evolucionismo Cultural parte de características sólidas e semelhantes à Teoria da Evolução biológica, a partir das premissas delimitadas por Charles Darwin (1809-1882) em a “*Origem das Espécies*” (1859). Em linhas gerais, busca descobrir leis uniformes da evolução, partindo da hipótese basal de uma igualdade geral da natureza humana.

Todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios. Por isso o uso do termo “cultura humana” ou “sociedade humana” por parte dos evolucionistas, sempre no singular (CASTRO, 2006; p. 15).

Esse substrato comum de toda a humanidade explicaria a ocorrência de elementos semelhantes em diferentes épocas e lugares do mundo. A comparação entre tais elementos permitiria esclarecer, não só esse caminho único da evolução da humanidade, como também o estágio no tempo em que cada povo se encontra. Assim, quando diferentes sociedades passavam a ser comparadas, existiam sempre as que estavam no ápice do processo de evolução e as que estavam abaixo desse substrato, ou seja, na base.

Pode-se dizer que existe uma relação entre evolução biológica e cultural quando falamos do desenvolvimento do homínido como uma pré-condição de cultura. Mas a Evolução Cultural é uma extensão da Evolução Biológica somente quando encarada sob as égides cronológicas. A natureza dos esquemas evolucionários e do processo de desenvolvimento difere profundamente na biologia e na cultura. Na Evolução Biológica é correto afirmar que todas as formas estão geneticamente relacionadas e que seu desenvolvimento é essencialmente divergente.

Não há um paralelo entre aqueles que se desenvolvem, seja voando, nadando ou correndo, senão superficialmente, além de ser um processo incomum. Esse processo é considerado não como um paralelo em si, mas instâncias de convergência na evolução. Já na Evolução Cultural, os jogos culturais em diferentes partes do mundo, em sua gênese, não estão relacionados e também não passam por sequências paralelas, consequência direta da diferenciação de ambientes locais. Assim, marcadamente, há uma distinção básica entre a Ciência Darwiniana e o Evolucionismo Cultural.

Dunnell salienta que é comum na Arqueologia Americana tacharem o Evolucionismo Cultural como sendo a teoria (o sistema de explicações), enquanto que o Evolucionismo Darwiniano seria a metodologia (DUNNEL, 1973; p. 35). O erro, talvez, seja decorrente das terminologias serem homônimas e pelo fato de as duas terem o mesmo objetivo: o de explicar o curso do desenvolvimento humano. Dessa forma, ocorreria a confusão do que pretensamente seria “teoria” com a “metodologia”.

Teorias são sistemas auto-suficientes para explicações de fenômenos empíricos. Elas contêm dois elementos, um jogo de definições primitivas ou conceitos básicos e um jogo de regras ou leis relacionadas a conceitos axiomáticos. Conceitos gerais de informações linguísticas, um jogo de termos, que prescrevem como o fenômeno deve ser descrito na ordem de ser explicado por leis. (DUNNEL, 1973; p. 36)

Mas não é difícil distinguir a Evolução Biológica da Cultural colocando um acento tônico nas divergências existentes na nature-

za da forma e na operação de difusão e, por último, na frequência de uma possível convergência.

Claro que é interessante perceber que, ao estudarmos a história do Evolucionismo cultural e analisarmos as similaridades existentes na Evolução Biológica, a variação e a unicidade biológica, em diferentes áreas e subáreas, são concebidas como representação de divergências no desenvolvimento, e presumivelmente um resultado das relações genéticas. É somente no conceito complementar de difusão em que a diferença nesta relação Evolucionismo cultural versus Evolução Biológica fica mais marcada, já que o conceito de difusão é desconhecido na biologia.

Analogias também encontram apoio quando demarcados os atributos, tais como: a tendência ao crescimento da complexidade de formas, o desenvolvimento de formas superiores, como sinônimos de melhoria e/ou progresso. É possível definir complexidade e progresso como características de evolução. Mas eles não são atributos exclusivos da evolução. Eles também podem ser considerados características de mudança cultural ou de desenvolvimento, não atrelado ao ponto de vista evolucionista.

Dessa forma, necessita-se fazer a distinção, pois de um lado encontra-se o Evolucionismo do século XIX, cuja metodologia foi iniciada por Darwin (1809-1882), ligada à genética e que atualmente constitui a fundação para a abrangência científica sobre o mundo orgânico e sua diversidade; e de outro, um sistema explanatório, chamado evolução, comumente identificado como Evolução Cultural.

Faz-se necessário compreender que em certos pontos fundamentais, o Neo-Evolucionismo diferia do Evolucionismo Unilinear do século XIX (TRIGGER, 2004; p. 281).

Delimitada essas questões, é necessário mover-se em direção aos autores que influenciaram Meggers. Eles são parte constante de seu discurso e sua posição frente ao Evolucionismo e Neo-Evolucionismo: Franz Boas (1858-1942), Leslie A. White (1900-75) e Julian H. Steward (1902-72). Prossigamos com eles...

CAPÍTULO II

Do contexto ao texto

Franz Boas

Escolhemos Franz Boas para iniciar a leitura dentre esses autores influentes, não só pela disposição cronológica, mas também por ele ser, marcadamente, o autor que mais influenciou na leitura da antropologia desenvolvida por Meggers. E, é clara e indiscutivelmente, um dos fundadores da Antropologia Moderna.

Diante da gama, não apenas em importância, como em quantidade do trabalho de Boas, tem-se noção do quão injusto é tratá-lo superficialmente. Porém, o recorte precisa ser feito diante de nosso objetivo: salientar sua influência na leitura e escrita de Meggers.

Assim, foi distintiva uma leitura de Boas em sua fase mais madura e que pudesse ser representativa de suas ideias sobre o Evolucionismo Cultural ou, como o antropólogo preferia chamar, “método comparativo”.

Boas, na realidade, não foi contra a Teoria da Evolução, mas repreendia alguns pontos de seu método. Segundo o autor, a descoberta de que dentro da sociedade humana existiam traços comuns em que de certa forma implicava a existência de leis que governam o desenvolvimento da sociedade, só veio a favorecer a antropologia moderna. (BOAS, 2006; p. 25)

A problemática, então, não poderia ser tratada apenas do ponto de vista histórico. No entanto, a forma como o evolucionismo encara a existência de semelhanças em culturas diversas é onde reside o erro primário. Essas semelhanças e similaridades estão sendo interpretadas como funcionamento e evolução da mente humana. Deduz-se que esses traços de cultura singulares, por serem análogos entre culturas distantes, não possuem uma fonte histórica em comum, tendo sido desenvolvidos Individualmente.

A descoberta dessas ideias universais, contudo, é apenas o começo do trabalho do antropólogo. A indagação científica preci-

sa responder a duas questões em relação a elas: primeiro quais suas origens? Segundo, como elas se afirmaram em varias culturas? (BOAS 2006; p. 27)

A analogia entre as culturas também não pode ser tomada como totalmente verídica, pois, como são facilmente observáveis, as ideias não existem de forma idêntica, por toda parte elas variam. E as causas são tanto externas (ambiente), quanto internas (condições Psico-sociais) e, influenciando sobre as ideias elementares, corporificam um grupo de leis que governa o desenvolvimento da cultura. O empenho, conseqüentemente, deve ser centralizado em descobrir como tais fenômenos modificam essas ideias elementares.

Um dos métodos seria isolar e classificar causas, agrupando as variantes de acordo com as condições externas e internas, a fim de se encontrar condições correlatas de vida. (BOAS 2006; p. 30) Os estudos sobre os efeitos da densidade populacional e de outras causas sociais simples, bem como os efeitos dos fatores psíquicos, podem dar lugar a visões mais minuciosas sobre determinadas culturas, abrindo também ao estudo do intercâmbio cultural.

Mas, com relação às ideias universais e suas origens, é preciso ter cuidado, pois podemos respondê-las através de uma multiplicidade de hipóteses e não a uma causa única relacionada a uma necessidade férrea de desenvolvimento dessas ideias, onde quer que o homem esteja inferido, ou seja, que é inerente ao desenvolvimento da mente humana.

(...) Não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deve às mesmas causas, nem que ela prove que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. Temos que exigir que as causas a partir das quais o fenômeno se desenvolveu sejam investigadas, e que as comparações se restrinjam àqueles fenômenos que se provem ser efeitos das mesmas causas (BOAS,2006; p. 32).

O erro estaria em tentar descobrir como se dá as leis e a história da evolução da sociedade humana. Em outras palavras: uma grande evolução uniforme. Enquanto que o objetivo principal da

investigação estaria sendo esquecido: descobrir os processos pelos quais certas etapas culturais se desenvolveram. Portanto, encontrar a história de seu desenvolvimento.

Os resultados conduziram a resultados múltiplos, tais como: as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; os fatores psicológicos atuantes; e se, somente se, existem conexões históricas operadas. É importante frisar que Boas não acreditava que o meio ambiente exercesse um efeito limitador sobre a cultura humana. Não negava, porém, sua influência. Sustentava então que o meio não era o modelador primário da cultura.

O que Boas chamou atenção foi para qual método comparativo (Evolucionismo) poderia atingir seus objetivos, se baseasse suas investigações nos resultados de pesquisas dedicadas a esclarecer as complexas relações de cada cultura individual. Também precisava abandonar o princípio de construir uma história sistemática, uniforme da evolução da cultura. Assim, ao chamar atenção para o fato de que, na ciência, toda hipótese para ser considerada verdadeira precisa ser provada, a hipótese da evolução uniforme perderia sua fundamentação, justamente por estar condicionada a leis definidas e aplicáveis em todas as partes do mundo.

Há indicações de paralelismo de desenvolvimento e costumes similares, porém há também a existência de irregularidades nessa distribuição e, caso admita-se ser possível a existência de diversos tipos definidos e coexistentes de civilização, fica evidente que não se pode manter a hipótese de uma única linha geral de desenvolvimento.

E mesmo ao se levar em consideração a tendência moderna de atribuir a origem de desenvolvimentos similares, ou seja, a migração e a difusão, tem-se um problema, já que para isso seria necessário haver um contato histórico para áreas enormemente vastas.

Mesmo agora certas conclusões gerais podem ser tiradas desse estudo. Em primeiro lugar, a história da civilização humana não se nos apresenta inteiramente determinada por uma necessidade psicológica que leva a uma evolução uniforme em todo o mundo. Vemos, ao contrário, que cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependentes do de-

envolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores as quais ele tenha se submetido. Tanto ocorrem processos de gradual diferenciação quanto de nivelamento de diferenças de centros culturais vizinhos. Seria completamente impossível entender o que aconteceu a qualquer povo particular com base num único esquema evolucionário (BOAS 2006; p. 47).

Outra linha de investigação que Boas defendia era a das condições ambientais como agente causal, que de alguma forma limitasse o poder da força criativa inerente ao ser humano. A relação formas culturais *versus* condições ambientais ou geográficas é um fator que ajuda na vida do homem, seja favoravelmente ou desfavoravelmente. Porém, é importante perceber que para a antropologia boasiana, pode ou não, ser um determinante de condições culturais, contudo em estreita dependência da utilização que o homem vai fazer de seu ambiente.

Com os usos mais limitados que o homem primitivo faz dos recursos da natureza e com a maior diversidade de suas limitadas invenções, não surpreende que a influência determinante do meio ambiente sobre a cultura fosse ali menor do que a vida moderna.

(...) O mesmo meio ambiente irá influenciar a cultura de maneiras diversas, de acordo com os bens culturais dos povos (BOAS, 2006; p. 61).

Dessa forma, é infecundo explicar a cultura em termos geográficos, já que não existem comprovações de que alguma cultura tenha se desenvolvido em resposta as condições ambientais. Sabe-se sim, de culturas apenas influenciadas pelas condições ambientais. A resposta a estímulos externos, o contato ou a troca de conhecimento são elementos importantes para promover mudanças culturais. Mas as relações espaciais oferecem lugar somente para o contato, então os procedimentos culturais não podem ser reduzidos às condições ambientais.

Com relação ao efeito biológico do Método comparativo, Boas era categórico ao fazer afirmações sobre a mistura de diferentes tipos, seus resultados e suas comparações com a Teoria

Darwiniana. Sobre o fenômeno da hereditariedade, por exemplo, cuja capacidade de experimentação só pode ser feita em animais e plantas, nota-se que dois indivíduos acasalados geram numerosa prole, e suas características são determinadas pela genética de seus pais.

O enorme problema levantado, quando as duas teorias foram comparadas, foi o de que se teriam evidências de acasalamentos entre indivíduos de descendência e tipos diferentes, resultando numa prole menos vigorosa do que a de seus ancestrais. Pois sim, não existe degeneração do homem por essa causa. Não há qualquer indício que possa comprovar essa premissa.

Dentre os principais fatores que corroboram na refutação dessa prerrogativa, há um vigoroso destaque ao processo seletivo *natural*, que vem a atuar no sentido de alterar as características de uma população, produzindo mudanças na composição hereditária de um grupo. Ainda assim, todo e qualquer tipo de processo natural tem seus efeitos limitados pela extensão das variações dentro da população. Dessa forma, não devemos supor que exista uma diferença real imputada pela raça. Ou melhor, a conclusão é a de que não é possível provar que os fatores genéticos possam imputar algum tipo de diferença degenerativa.

O que se pode afirmar é que o fator cultural é da maior importância, e bem poderia ser responsável por todas as diferenças ressaltadas, embora isso não exclua a probabilidade de haverem diferenças biologicamente definidas. A variedade de respostas de grupos de mesma raça, porém culturalmente diferentes, é tão grande, que provavelmente qualquer diferença biológica existente tem importância menor.

A maior preocupação de Boas era a de que essas confusões entre o método comparativo e o Evolucionismo Darwiniano pudessem gerar ou acirrar algum tipo de antipatia racial. Já que, definindo o pertencimento de um determinado indivíduo no grupo pela aparência, conseqüentemente pudesse levar as caracterizações pessoais negativas e a possíveis segregações. É natural que Boas visse o método comparativo como uma teoria com tendências ao crescimento, à intensificação, e o interesse pelo conhecimento em novas áreas só iriam direcionar os esforços para o conhecimento sobre a história evolucionária do homem.

Uma ideia seria procurar respostas aos problemas da evolução sempre tendo em vista a questão da origem das raças em fatores fundamentais. Existem alterações hereditárias que são consequência de fatores externos ao corpo, provavelmente que sofreram uma adaptação a essas condições externas e que podem sofrer ao longo do tempo novas alterações. Inclusive aquelas que se desenvolvem com a domesticação (Ibid; p. 90).

Entretanto, a solução deve ser encontrada nos estudos classificatórios e relativos de formas paralelas, nas contribuições a respeito da distribuição das raças e das antigas migrações, uma consequente mistura ou isolamento. Ainda assim, serão respostas de efeito especulativo, principalmente as referentes aos fundamentos biológicos, já que exigências, tais como o conhecimento dos primeiros movimentos da humanidade ou condições sob as quais os tipos raciais puderam gerar variantes, bem como seu caráter e sua extensão, e se puderam desenvolver mutantes, são difíceis de estabelecer (Ibid; p. 92).

Boas destaca não somente o estudo sobre as linhagens genéticas, mas a influência exercida pelo meio ambiente e seleção natural nas formas e funções corporais de cada raça; *“Estamos interessados, não apenas nas formas corporais das raças, mas igualmente no funcionamento do corpo, tanto fisiológica como mentalmente”* (Idem; 93).

Esse é um exercício impreciso, distinguir entre o que é determinado pela constituição biológica do corpo daquilo que depende das condições externas. Além de que toda resposta a que podemos chegar está baseada em evidências indiretas.

E, ainda que se levasse em consideração o fator biológico, as experiências do indivíduo são amplamente determinadas pela cultura na qual ele vive. Nesse caso, para se tentar traçar algo sobre a investigação da vida mental do homem, é necessário basear-se no estudo da história das formas culturais e das inter-relações entre vida mental individual e cultura.

Este é o tema da antropologia cultural. Podemos dizer com segurança que os resultados do extenso material reunido durante os últimos cinquenta anos não justifica a suposição de qualquer relação estreita entre tipos biológicos e forma cultural (BOAS, 2006; p. 97).

Leslie White

Como precursor e um dos principais expoentes antropológicos, White (1900-75) influenciou profundamente o Neo-Evolucionismo na década de 1950. Em sua principal obra *The science of culture*, White lança as bases para uma ciência que teria como principal objetivo a interpretação da cultura humana – “A Culturologia”.

Já em *The concept of cultural system- A key to understanding tribes and nations* (1975), propõe entender a cultura por uma de suas características mais básicas: o sistema cultural.

Defendendo a criação da “Culturologia”, afirmava que a ciência não é um conjunto de dados, e sim uma técnica de interpretação. Dessa maneira se pode fazer ciência em qualquer nível do experimento, já que é o modo fundamental de tratar a experiência.

A finalidade da ciência e da arte é uma só; fazer inteligível a experiência, ou melhor, ajudar o homem a adaptar-se ao seu meio para que ele possa viver. (...) A ciência trata de particularidades em termos universais (WHITE, 1978; p. 25).

O costume de ver a ciência como um vasto terreno dividido num determinado número de campos, cultivados apenas por um gestor com o nome devidamente apropriado, tendia a disfarçar a natureza da ciência como um meio de interpretar a realidade.

As técnicas e suposições básicas que compreendem a maneira científica de interpretar a realidade são igualmente aplicáveis em todas as suas fases nas ciências humanas, sociais, culturais, bem como nas biológicas e físicas. Isso significa que devemos deixar de considerar a ciência como uma entidade que é divisível num número de partes qualitativamente diferentes; algumas, plenamente científicas (as ciências exatas), outras, quase científicas, e outras apenas pseudocientíficas.

Neste contexto, a realidade compreende as interações produzidas entre os organismos e o mundo externo. Sendo assim, essa realidade pode ser considerada de forma singular e plural. E pode ser imaginada como uma totalidade da interação ou experiência do organismo, que pode ser decomposta e analisada em suas partes componentes. Portanto, o trabalho da ciência para White é o de

adaptar a estrutura da realidade; suas ferramentas devem ser formadas e suas técnicas ordenadas de modo tal como para aprender eficazmente a realidade e fazê-la inteligível a nós.

A cultura é uma característica distintiva do homem, por consequência faz-se necessário o estudo científico da mesma que deve ser denominada “culturologia”. Até mesmo por que em nível da experiência os eixos da conduta cultural humana são tão evidenciados como os eixos fisiológicos, anatômicos, químicos e físicos.

Está montado o totem básico para a equação da “culturologia” - No nível perceptivo há de se levar em conta a realidade decomposta nas impressões do sentido (sensações) que serão traduzidos no nível conceitual através dos símbolos (unidades). Matéria, energia, tempo, espaço e movimento, são unidades a serem levadas em consideração na tradução da realidade. Esse total da realidade pode ser decomposto nestas unidades que White propôs chamar de eixos. Todo e partes significam relações traduzidas em eixos através de coordenadas espaciais e temporais. O intervalo, ou a média dos eixos espaço-temporais constitui-se na relação fundamental dentro da ciência da cultura.

É importante destacar a posição da História, não só em relação à ciência da cultura, mas também o posicionamento de seus eixos. A História é uma maneira de fazer ciência, mas seus eixos são tratados a partir somente de suas relações temporais. Ao “fazer história”, elegemos em nossas considerações, como tecido conjuntivo e aglutinador, o “tempo”, porém ignoramos as relações de espaço. Já no processo temporal-espacial as relações, tanto temporais quanto espaciais, são ambas significativas.

Assim, no processo temporal as disposições seletivas são vistas através do tempo, e há de se levar em consideração que é um processo evolutivo, sendo ele inerente a toda a experiência; e se manifesta em todos os estágios da realidade, inanimada, biológica e cultural. A Evolução é uma alteração de formas.

Diferenciando-se os eixos perceberemos que o processo temporal não é de repetição, na sequência desse processo cada eixo é único. Já o processo espacial é de repetição, não sendo temporal.

O processo evolutivo, por ter esse duplo viés, o da temporalidade e o da funcionalidade ou espacialidade, é único e irreversível,

mas que não deixa de ser previsível.¹ O processo Histórico é único e irreversível, por isso assemelha-se ao evolutivo, mas a diferença é que este (histórico), além de ser único e irreversível, é também formal; é uma sequência de formas. A evolução é uma consequência, bem como as novas formas nascem de formas anteriores. E essa formulação tanto vale para princípios biológicos quanto para processos de evolução político-econômica e de pensamento.

Porém, onde e quando aparecerá uma nova forma só é desvelado no eixo histórico a partir de seu contexto. E dentro do processo evolutivo o que acontece no eixo histórico é imprevisível e acidental. Esta é, senão, a base em que está assentada a realidade, seja tanto no nível orgânico como no inorgânico, mas há de se ressaltar que existem distinções entre estes níveis e que são válidas e fundamentais para se entender a culturologia.

Estas distinções não se encontrariam na diferenciação de uma substância básica, mas sim na maneira como as suas partes constituintes estão organizadas em suas formas e estruturas. A diferença reside em como estas formas encaram a realidade, como elas se manifestam, seja no reino físico, biológico ou cultural. Três formas qualitativamente diferentes; a física, composta por fenômenos inanimados, a biológica, por organismos vivos, e finalmente, a cultural que é extremamente peculiar e salutar à espécie humana, pois compreende e é dependente do saber, do conhecimento, e da capacidade de usar símbolos.

A cultura passa de uma geração a outra, ou uma tribo pode tomar livremente de outra. Seus elementos inter-atuam entre si de acordo com princípios que lhes são próprios. A cultura constitui assim uma classe supra-biológica, ou extra-somática, de eixos, um processo *sui generis* (WHITE, 1978: p. 35).

Assim, se estudarmos as relações existentes entre os níveis, a consequência ou o produto adquirido serão diferentes realidades. Como é o caso de duas categorias diferentes, a biológica e a cultural, que acabam produzindo uma fórmula para a conduta humana; $\text{Organismo vivo} \times \text{Estímulo cultural} = \text{Conduta humana}$.

¹ Talvez por isso seja tão difícil para as concepções de Meggers acreditar que nas sociedades pré-históricas tenha ocorrido uma involução.

Dessa forma, segundo White, obtemos nove categorias, das quais toda realidade e toda maneira de fazer ciência podem ser divididas de forma lógica e congruente, conforme a tabela abaixo:

	Temporal	Espacial Temporal	Espacial
Cultural	“História”, história da cultura, ou história da civilização.	Evolução Cultural	Processos atemporais, de repetição próprio da sociedade humana, e determinado culturalmente.
Biológica	História racial do homem. História das espécies e Gêneros animais e vegetais	Evolução Biológica. Crescimento dos Indivíduos.	Processos atemporais e de repetição da conduta orgânica: intra organismal (fisiologia), extra organismal (psicologia)
Física	História do sistema solar, da terra, de um continente, Sistema de montanhas, rios, gota de água, um grão de areia.	Evolução Cósmica, Solar, estelar, galáctica. Desintegração de Substâncias radioativas.	Processo atemporal e de repetição na física, química e astronomia.

(WHITE, 1978: p. 38)

Dois parâmetros são fundamentais para entendermos o processo de evolução humana: o uso por parte dos seres humanos dos símbolos e das ferramentas.

Toda conduta humana se origina através do uso de símbolos. O processo natural de evolução biológica fez aparecer no homem, e unicamente no homem, uma faculdade nova e distintiva: a capacidade de usar símbolos. Essa capacidade propiciou características aos homens, tais como o uso, a comunicação, a preservação de ideias e, por consequência, a acumulação e o progresso evolutivo.

Da mesma forma é encarado o uso de ferramentas, como um processo de acumulação e progresso, já que confere ao homem a capacidade de cada geração poder trabalhar mediante suas ferramentas e técnicas, agregando-as e aperfeiçoando-as em cima da geração antecessora.

Assim, o uso de ferramentas é também simbólico. O produto final da relação Ferramentas x Símbolos é a Cultura.

Com isso temos a seguinte fórmula: a conduta humana é uma resposta do organismo do homem a uma classe de estímulos externos, extra-somáticos, simbólicos, que denominamos cultura. As variações da conduta humana são funções de uma variável cultural, não de uma constante biológica. A conduta humana deve, portanto, ser explicada em termos de suas respectivas culturas, antes de se apelar à “natureza humana” ou às tendências psicológicas.

A cultura é uma organização de fenômenos – atos (pautas de conduta), objetos (ferramentas), ideias (crenças, conhecimentos), e sentimentos (atitudes, valores) – que depende do uso de símbolos. A cultura começou quando apareceu o homem como primata articulado que usava símbolos. Em virtude de seu caráter simbólico, cuja expressão mais importante é a linguagem articulado, a cultura é transmitida fácil e rapidamente de um a outro organismo humano. Dada a facilidade de transmissão de seus elementos, a cultura se converte em um continuum; flui através dos tempos de geração a geração e se expande lateralmente de um a outro povoado. O processo cultural é também acumulativo; de tempos em tempos entram na corrente novos elementos que acrescentam el caudal. O processo cultural é progressivo no sentido em que avança ate um maior controle das forças da natureza, ate uma maior segurança para a vida do homem. A cultura é por consequência, um processo simbólico, contínuo, acumulativo e progressivo (WHITE, 1978: p. 143).

Até agora examinamos alguns aspectos que são fundamentais dentro do processo cultural, passemos então ao todo.

A cultura em todos os seus aspectos, material, social e ideológico, pode ser facilmente transmitida desde um individuo a uma geração, uma época, uma região a outra, através dos mecanismos sociais, tornando-se um continuum, uma ordem de coisas e eixos que flui através do tempo de uma época a outra. (Id, 1978: p. 144)

A cultura pode ser descrita e interpretada em termos de princípios e leis que lhes são próprios. Os elementos culturais atuam entre si segundo seus termos. Podemos descobrir os princípios de comportamento de varias subclasses de elementos culturais e de sistemas culturais considerados como um todo; e podemos descobrir as leis de fenômenos e sistemas culturais.

Ao analisar a uma proposição da estrutura e organização de coisas e processos, o sistema que se denomina cultura é distinguível em subdivisões ou aspectos. White marca três dessas subdivisões: o tecnológico, o sociológico e o ideológico.

O sistema tecnológico está composto pelos instrumentos materiais (ferramentas de produção, os meios de subsistência, os materiais de refugio, os instrumentos de defesa) e suas técnicas de uso. O sistema sociológico está composto pelas relações interpessoais expressadas por pautas de conduta, tanto coletivas quanto individuais. Já o ideológico, está composto por ideias, crenças e conhecimentos expressados pela linguagem ou outra forma simbólica.

As três categorias mencionadas compreendem o sistema da cultura considerado como um todo, e conseqüentemente estão relacionados entre si, sofrendo influências mútuas. Porém, as funções desempenhadas pelos vários subsistemas não são iguais. O papel principal está a cargo do sistema tecnológico.

Isso se deve por que o homem, como espécie animal e, por conseqüência, a cultura como um todo, depende dos meios materiais e mecânicos que emprega para se adaptar ao meio circunscrito. “O homem deve ter alimentos. Deve estar protegido dos elementos naturais e deve defender-se de seus inimigos. São três exigências que deve satisfazer se deseja seguir vivendo, e a única forma de consegui-lo é com a ajuda dos meios tecnológicos”.

O sistema tecnológico possui uma importância não só primária, mas também básica; toda a vida humana e cultural se apoia e é dependente desse sistema. Os sistemas sociais e ideológicos são secundários. Um *sistema cultural*, podemos imaginar como formado por uma série de três estratos horizontais: no fundo a carapaça tecnológica, ao meio o estrato tecnológico e acima o ideológico.

O fator tecnológico² é determinante de um sistema cultural, se considerado como um todo. Determina a forma dos sistemas sociais e, juntos, tecnologia e sociedade, determinam o conteúdo e orientações filosóficas.

Sendo assim, todas as coisas podem ser descritas em termos de matéria e energia. A vida é um processo de construção e estru-

² Percebe-se que o fator tecnológico é determinante e não condicionante. Ele determina, enquanto que os outros condicionam.

turação, uma eterna luta na obtenção de energia livre. A evolução biológica é uma expressão desse processo.

Do ponto de vista zoológico, a cultura nada, mas é que um meio para manter o processo de vida de uma espécie particular, *homo sapiens*. É um mecanismo destinado a prôcer ao ambiente com meios d subsistência, proteção, ataque e defesa, regulação social e recreação. Mas para satisfazer essas necessidades do homem é preciso energia. Daí que a função primordial da cultura seja o de embridar e dominar a energia a afim de que possa ser posta a trabalhar a serviço do homem” (WHITE, 1978: p. 340).

O funcionamento da cultura como um todo depende da quantidade de energia dominada e o modo pelo qual esta energia é posta a trabalhar. Assim, o funcionamento de qualquer cultura está condicionado às características gerais e locais do meio ambiente. Mas, ao considerar a cultura como um todo, é licito extrair um ponto médio geral de todo o meio ambiente para formar um fator constante que não pode ser excluído da fórmula de desenvolvimento cultural.

Em qualquer situação ou sistema cultural podemos, portanto, distinguir três fatores: (I) a quantidade de energia per capita aproveitada anualmente; (II) a eficiência dos meios tecnológicos com os quais a energia é processada e posta a trabalhar; e (III) a magnitude de bens e serviços que satisfazem às necessidades humanas. Supondo que o fator habitat seja uma constante no grau de desenvolvimento cultural.

O conceito é sintetizado na fórmula seguinte: $E \times T = C$. Sendo “E” a quantidade de energia per capita aproveitada anualmente, “T” a qualidade de eficiência das ferramentas empregadas no consumo de energia, e “C” o representante do grau de desenvolvimento cultural.

Tem-se então as condições de entender a lei básica da Evolução Cultural proposta por White: “a cultura evoluciona à medida que aumenta a quantidade de energia per capita aproveitada anualmente, ou à medida que aumenta a eficiência dos meios instrumentais usados para se trabalhar a energia” .

Nenhum sistema cultural ativado unicamente pela energia humana pode alcançar um alto grau de desenvolvimento. Pode-se esperar certo progresso obtendo uma boa eficiência dos meios tecnológicos usados ao se trabalhar a energia, mas é um grau de progresso cultural limitado.

Também temos que ter clara a ideia de que dentro dessas leis sobre o processo de Evolução Cultural há uma característica importante: à medida que evoluciona a cultura, o regime de crescimento é acelerado.

Ainda segundo o autor, a história da Evolução Cultural humana é um fascinante relato de aventura e progresso, desde o horizonte de nossos antepassados pré-humanos até os tempos presentes. Tendo como ponto de apoio sua cultura, o homem conseguiu elevar-se do estado de um mero animal até passar a um modo de vida radicalmente novo. Um modo destinado a ganhar domínio sobre a maioria de outras espécies e a exercer um controle poderoso e amplo sobre seu habitat natural.

A origem da cultura fez com que o processo evolutivo se elevasse a um novo plano. Já não era necessário que o animal humano adquirisse forças e técnicas novas a espera do lento processo de câmbio biológico: agora contava com um mecanismo superior de ajuste e controle que podia crescer livremente por si só.

Por outra parte, os progressos obtidos em uma corrente de desenvolvimento cultural podiam difundir-se facilmente a outras nações e tradições, de modo que o progresso de cada um é compartilhado por todos.

A história do homem se convertia em um relato de sua cultura, onde a peça principal é a tecnologia, em que o homem é uma classe particular de corpo material, que está obrigado a fazer certas coisas para manter seu *status* em um sistema material cósmico.

Os sistemas sociais são, em consequência, determinados por sistemas tecnológicos, e as filosofias e as artes expressam a experiência tal como a mesma é definida pela tecnologia e refratada pelos sistemas sociais. Os sistemas culturais, tal quais os organismos biológicos, se desenvolvem, multiplicam e se desdobram.

“A cultura, tal como temos salientado repetidamente, é uma corrente de elementos inter-atuantes; um aspecto que gravita sobre

os outros e por sua vez é afetado por eles. Certos elementos caem em desuso e são eliminados dessa corrente; novos elementos são incorporados a ela. Novas permutações são formadas continuamente. Mesmo que nos refiramos a um setor restringido do continuum cultural, como por exemplo, a evolução da matemática, ou da genealogia da máquina a vapor, ou que abarquemos a cultura em sua totalidade, o princípio de interpretação é o mesmo; a cultura cresce da cultura”(WHITE: 1978: p. 362).

Também é ressaltado que Culturologia é sinônimo de determinismo. O princípio de causa e efeito funciona no reino dos fenômenos culturais do mesmo modo que o faz numa outra experiência dentro do cosmos. Qualquer situação cultural dada tem sido determinada por outros eixos culturais.

A ação de certos fatores culturais faz aparecer determinados resultados. Bem como, inversamente, certas ações culturais não podem gerar resultados, pois independem de desejos, mas sim (geram) se estiverem presentes e em ação os fatores requeridos para que se chegue ao resultado objetivado. Desse modo, torna-se imperativo para a aceitação de uma ciência da cultura abandonar a paixão pelo livre arbítrio, premissa do antropocentrismo.

Não é a sociedade, ou o grupo, que constitui a última de uma série de categorias determinantes da cultura humana. Mas a espécie humana, o grupo, é determinado pela tradição cultural: é algo que depende da cultura de tal sociedade. O descobrimento desta classe de determinantes e sua ordenação, na análise lógica de tais determinantes culturais extra-somáticos para separá-los dos determinantes biológicos, tanto em seu aspecto grupal ou individual, tem sido um dos progressos mais importantes feitos pela ciência (no caso da cultura) de todos os tempos.

Claro está que o continuum extra-somático de símbolos representadores de eixos não é de nenhum modo o mesmo que uma classe de reações de organismos humanos considerados individuais ou coletivamente; que a interação de elementos culturais não é o mesmo que as reações ou interações de organismos humanos.

Segundo White, pensa-se e trabalha-se na ciência apenas por meios de conceitos feitos explícitos, sob forma simbólica. Para pensar de maneira efetiva e fazer distinções fundamentais, sem

as quais é impossível se fazer ciência. Para tanto se deve contar com ferramentas de precisão e conceitos exatos. Essa é a proposta da Culturologia *“trazer à luz a relação existente entre o organismo humano, por uma parte, e a tradição relevante que é a cultura por outra. É uma palavra criadora; estabelece e define uma nova ciência”* (WHITE, 1978; p. 382).

Se pensarmos em ciência da cultura em termos de Amazônia e de leitura da arqueologia de Meggers, uma das características principais a qual devemos entender é a questão dos sistemas culturais.

A cultura constitui uma classe distinta de fenômenos. Se a cultura for encarada em termos de sistemas é preciso compreender a estrutura e funcionamento de tal sistema. A organização sistêmica encontra-se em toda parte. Por sistema entendemos um agregado de coisas e acontecimentos reunidos em interação e interdependência. Porém, essa relação sistêmica da forma como se entende em White, é completamente modificada na leitura de Julian Sterward, autor que muito influenciou a leitura de Meggers.

Julian H. Sterward

É no livro *“Teoria da mudança cultural”*³ que Julian Sterward marca conceitos e métodos necessários ao desenvolvimento geral de uma metodologia na determinação de regularidades culturais, na inter-relação funcional de uma disposição cultural e no processo de mudança cultural.

Assim como White, Sterward acreditava que este processo de mudança cultural ocorria de maneira independente nas sociedades estudada sem diferentes partes do mundo. *“Nos estudos culturais é importante distinguir as propostas (ou aproximações) científicas das históricas, ou das propostas específicas.”* (Op.Cit.; p. 03).⁴

A preocupação agora se encontra em organizar o fenômeno ordenadamente em categorias, de forma a reconhecer consistentes inter-relações entre as categorias, e em estabelecer leis de regularidades com formulações que tenham, no mínimo, valores prediti-

³ Theory of Cultural Change. University of Illinois Press Urbana, 1955.

⁴ In cultural studies it is important to distinguish a scientific, generalizing approach from a historical, particularizing approach.

vos. Tudo isso levando em consideração a ocorrência do fenômeno de mudança cultural na sua unicidade, bem determinado no tempo e no espaço estudados, possibilitando a caracterização das áreas culturais.

A teoria de mudança cultural de Julian Steward⁵ pode ser caracterizada como uma teoria distintiva, por levar em consideração o processo histórico, bem como as aproximações comparativas entre as culturas. Sua teoria avança tendo dois objetivos: descrever a variedade de cultura existente no mundo e explicar seu desenvolvimento. Até então, a explicação do que é cultural, levando em consideração a historicidade e o desenvolvimento, vinha sendo feita de acordo com três concepções.

A primeira seria a Evolução Unilinear, que tem como postulado que todas as diferentes sociedades passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento. A segunda, o Relativismo Cultural, focalizou o caráter distintivo que uma sociedade tinha para com a outra, em franca diferenciação à primeira premissa.

E a última, seria o posicionamento da Evolução Multilinear, que ele assume como sua postura metodológica, e que admite que existam certos tipos de culturas básicas que podem se desenvolver a partir de determinadas similaridades e condições, mas que todas possuem alguns aspectos concretos da cultura presentes em todos os grupos humanos numa sequência regular.

Em determinadas instâncias, há grupos de fenômenos que ocorrem repetidamente, porque certos fenômenos pressupõem outros. O nexos entre eles é funcional e não precisa ser formulado em termos de mudança cultural, em profundidade temporal, ou processo de desenvolvimento. Essas regularidades são sincrônicas.

Em outros casos, há uma sucessão de grupos similares que sucedem uns aos outros numa regular e predeterminada sequência, por conta das leis de desenvolvimento. Essas regularidades de desenvolvimento são diacrônicas e requerem formulações processuais.

⁵ Enquanto White procurava formulações gerais para o desenvolvimento cultural em estágios, Steward procurava causas da mudança cultural.

Além de procurar as causas para as mudanças culturais, Sterward⁶ desenvolve um método a fim de reconhecer os caminhos em que a mudança cultural é induzida pela adaptação ao meio ambiente. Método fundamental aplicado por Meggers e conhecido como “*cultural-ecology*”.

A Evolução Multilinear é essencialmente uma metodologia baseada na hipótese de significativas regularidades ocorridas na mudança cultural e preocupada com a determinação de leis culturais. Portanto, é um método mais empírico do que dedutivo. Preocupa-se com a reconstrução histórica, porém não tem expectativas que dados históricos sejam classificados em estágios universais.

A determinação e a análise de paralelos como uma metodologia objetiva da Evolução Multilinear, necessita ser executada somente no nível cultural, justamente porque Steward acredita (e fazendo uma crítica a Leslie White) que entender a mudança cultural unicamente em termos culturais possa dar a impressão de que uma Ciência da Cultura e Evolução são sinônimos.

Tenho me esforçado em vários estudos para demonstrar como a adaptação ecológico-cultural o processo adaptativo através de uma historicidade origina uma cultura modificada pelo ambiente particular (STEWART, 1955; p. 21).

Assim, o tipo de paralelos e similaridades que a Evolução Multilinear trabalha é distinguido por seus limites de ocorrência e especificidade. Como método fundamental, a Evolução Multilinear toma como sua premissa principal a “Ecologia Cultural”, procurando explicar a origem da cultura particular, feições, e padrões que caracterizam diferentes áreas, ao invés de deduzir princípios gerais aplicáveis a qualquer situação ambiente-cultura.

O ambiente local é um fator extra-cultural que influencia a cultura e a modifica. A ecologia cultural é tanto uma metodologia quanto uma problemática. É uma problemática, pois quando levantada tenta entender como as sociedades conseguem uma adaptação aos seus respectivos ambientes, bem como seriam seus particulares modos de comportamento.

⁶ Para Sterward não se pode explicar todos os tipos de comportamento, mas o que ele tem como objetivo são as condições determinantes de fenômenos de ocorrência limitada.

Para o autor, há uma diferença clara existente entre ecologia cultural e determinismo ambiental. O problema do conceito de ecologia cultural é que ele precisa ser classificado como um conceito suplementar da cultura, e todos os aspectos culturais são interdependentes uns dos outros. No entanto, os graus de interdependência não são os mesmos. Para entendê-los, é preciso analisarmos três procedimentos da ecologia Cultural.

O primeiro, a inter-relação de exploração ou produção de tecnologia e ambiente. Como tecnologia, entende-se boa parte do que poderemos chamar de “Cultura Material” ou aspectos da mesma importância. O segundo, o comportamento das partes envolvidas na exploração de áreas particulares, através de uma tecnologia de acordo com essas particularidades. E o terceiro procedimento é perceber qual a extensão que cada comportamento em particular empregado na exploração do meio ambiente, e como este afeta aspectos culturais.

A Ecologia Cultural tem sido descrita como uma ferramenta metodológica na averiguação de como se dá a adaptação de uma determinada cultura ao seu meio ambiente, esta, por sua, vez requer certas mudanças. A problemática então é determinar se ocorrem ajustes similares em ambientes similares. Em qualquer meio ambiente, a cultura pode desenvolver-se através de uma sucessão de períodos diferentes; é obviamente compreendido que o ambiente e a constância não têm inter-relação com o tipo cultural.

Essa dificuldade desaparece, no entanto, se o nível de integração sociocultural representado por cada período é levado em consideração. Tipos culturais devem ser concebidos como um conjunto de feições centrais em que aparecem as adaptações ambientais que representam similares níveis de integração.

É claro que a difusão cultural sempre opera, mas não pode ser superestimada quando comparada à importância da adaptação cultural e à própria cultura. A extensão da variedade de culturas no mundo pode ser sistematizada em categorias tipológicas e explicada através das regularidades culturais do processo de desenvolvimento, isso é apenas uma questão empírica.

Para o autor, o que não faltam são hipóteses de estudos comparativos sugerindo a existência de muitas regularidades que podem ser formuladas em termos de níveis de similaridades e adaptações.

Cultura e Arqueologia na leitura de Meggers

Debater sistemas culturais é, antes de tudo, a maneira como a cultura virá a ser encarada por Meggers na Arqueologia Amazônica. Daí a sorte de dificuldades encontradas no objetivo de definir o conceito cultura. Dificuldades, por exemplo, em entender cultura como conceito antropológico ou como conceito arqueológico, e até a cultura percebida por Meggers na fundação de uma Arqueologia Amazônica.

O maior valor desses autores na leitura de uma Arqueologia de Meggers é o de definir a cultura, e sua tentativa de entender como se dá esse funcionamento na construção de textos sobre a sociedade, a cultura e o meio ambiente amazônicos.

Se-fosse reduzida a caracterização da cultura ao conceito antropológico básico de que consiste na linguagem, costumes, instituições, códigos, instrumentos, conceitos e técnicas, não se teria um entendimento de como o conceito foi desenvolvido na arqueologia empregada na floresta tropical.

“É o homem que possibilita a existência da cultura. A cultura em geral é o que é porque o homem assim o determina, sendo a espécie de animal que ele é (WHITE; 1978: p. 21).”

Dentro dessa perspectiva cultural, supõe-se que a constituição biológica do homem torna possível uma ampla variedade de culturas, mas impõe certos limites ao conteúdo e aos âmbitos culturais, ainda que no qual ignorem tais limitações devido a sua amplitude. No entanto, o comportamento humano não é biologicamente determinado. É determinado pela cultura em que vive o indivíduo.

Ainda se pensando em termos e definições culturais, é interessante perceber que há variáveis constantes nos temas levantados por esses autores. Primeiro, o questionamento constante de como funcionam os diferentes sistemas culturais; e o segundo seria o questionamento de que forma esses sistemas culturais, levando em consideração sua variedade ou não, vieram a se tornar o que são.

É possível então afirmarmos que os autores em questão estavam sim, preocupados com as similaridades, mas fundamentalmente com as diferenças! As semelhanças aparecem em contraste e em pano de fundo para se explorar a questão das diferenças culturais.

Quando se olha a arqueologia de Meggers para a Amazônia, fica-se impressionado com a pergunta que a acompanha como se fosse uma sombra. Por que tamanha diferença?! Talvez esta tenha sido uma constante em seu trabalho, a busca frequente para uma resposta a essa questão. E é justamente essa resposta que vai caracterizar seu trabalho dentro da bibliografia brasileira.

O contraste entre a mudança e a estabilidade é necessário, não apenas para se estudar os mecanismos externos ao homem, mas para se verificar como ele vem a trabalhar com a transformação.

Isso está relacionado a uma pergunta inerente à disciplina arqueológica: como a espécie *Homo Sapiens* vem a encarar ou lidar com a transformação através do tempo. Podemos então entender um pouco sobre como ele vive seus mecanismos externos (crenças, valores, comportamentos e formas sociais) e assim inferir sobre sua cultura.

A cultura vai aparecer em cada autor, relacionado à leitura de Meggers, de uma maneira diferente. Porque o conceito surge de acordo com a classe de fenômenos conceitualizados e tentando lidar com as questões dessa transformação do *Homo Sapiens*. É a partir da resposta que podemos identificar o conceito de cultura com o qual estamos lidando.

Cultura é reconhecidamente um termo que abrange vários assuntos que muitos investigadores têm sugerido que é um termo demasiado abrangente para ser útil como instrumento conceitual. Se deve ser empregado afinal, eles nos iriam recomendar confinar o conceito ao conteúdo, ou as dimensões simbólicas da sociedade e concentrar a nossa atenção em alguns outros conceitos mais “viáveis” e “analiticamente úteis”, tais como estrutura social ou sistema social (KAPLAN & MANNERS, 1975: p. 16).

A teoria cultural na arqueologia de Meggers, de alguma forma, surge com um interesse claro de explicar os padrões de comportamento que se dá no processo de adaptação ao meio ambiente amazônico. Isso porque existe a necessidade de sobrevivência, o que de certa forma será um determinante da busca de conhecimento de como funcionam as coisas naquele determinado ambiente. Dessa

forma surge a teoria numa tentativa de explicar como isso aconteceu empiricamente.

A problemática não é, então, a de ter uma função explicativa, mas sim de como encarar a teoria não de forma única e salutar, para que no mínimo ela possa então dar saltos no sentido de abrir novas perspectivas que levem a fatos novos.

Isso talvez não tenha ocorrido na arqueologia de Meggers, que hoje é encarada como um totem, que para os entusiastas deve ser conservado, e para os críticos é algo a ser derrubado.

Totem, pois tem um poder *generalizante* enorme. A teoria de Meggers para arqueologia Amazônica é (como toda a teoria, obviamente!) generalista. Produziu generalizações que rotularam *a sociedade, a cultura e o meio ambiente amazônico*. Porém teorias são generalizações especiais, pois explicam como as regularidades se mantêm *num determinado número de casos*. Assim a fertilidade explanatória é limitada, bem como seu tempo de vida, porém a sua capacidade de gerar proposições novas, de abrir novas linhas de pesquisa, é ilimitado.

Se encararmos desta forma a teoria Evolucionista e seus precursores, teremos que dar vivas não só a Darwin, mas também a Meggers.

A conclusão, então, é que as teorias, por serem construções mais abstratas do que as generalizações empíricas ou do que as leis da natureza são apenas indiretamente confirmáveis ou inconfirmáveis. Antes que possamos verificar ou refutar uma teoria, devemos fornecer uma interpretação empírica aos termos chave da teoria ou, na linguagem de certos filósofos devemos operacionalizar os termos teóricos-chaves. (KAPLAN & MANNERS, 1975; p. 31).

CAPÍTULO III

Na trilha de uma teoria

É preciso que se façam determinadas considerações sobre a Arqueóloga Anna Roosevelt antes de adentrarmos numa tentativa de mapeamento de sua teoria.

Pode-se dizer que os ingredientes selva, calor e umidade, dentro de uma perspectiva do *sensu comum*, nunca foram considerados ideais para o desenvolvimento de uma boa receita que pudesse auxiliar o homem a se desenvolver. Então eis a questão: Seria possível admitir que uma vegetação fechada pudesse ser um ambiente propício à adaptação do homem?

É fazendo um caminho inverso que Roosevelt propôs construir sua pesquisa. Seu *totem* básico muitas vezes foi acusado de *uma nova busca pelo El Dorado*. Mas isso é uma problemática a ser desenvolvida em outro momento.

A primeira consideração a se fazer, ou melhor, o primeiro entrave de se mapear o fenômeno Roosevelt, começa na leitura da autora sobre o tema Arqueologia Amazônica.

O segundo, da bibliografia assinada pela autora sobre o tema em questão, limitou-se a dois textos principais, cuja perspectiva, ainda inacabada, tem como principal objetivo refutar a teoria anterior lançando hipóteses que ainda estão sendo trabalhadas.

Isso tem sua razão no fato de que todo o seu trabalho referente à arqueologia amazônica continua em pleno andamento e, provavelmente, há de se levar certo tempo para que se possa vê-lo acabado. Infelizmente por todas as dificuldades de se fazer arqueologia na Amazônia e no Brasil, cuja falta de estrutura para se fazer ciência é reconhecida por todos.

Enfim, voltemos a assuntos menos complicados... A viagem através do mundo, e da teoria de Roosevelt, começa a partir de indícios de uma cultura encontrada na bacia amazônica e que teria evoluído em pleno paleolítico.

A questão, então, é se a teoria foi desenvolvida a partir de vestígios encontrados, ou os vestígios encontrados só vieram a solidifi-

car hipóteses anteriores que, mediante a falta de comprovação, não tiveram voz dentro da arqueologia amazônica quando comparadas à voz da teoria de Meggers.

Qual a mudança radical inserida através do fenômeno Roosevelt na Arqueologia Amazônica? Por que uma hipótese foi tão discutida, tão reverberada e tão acreditada depois de levantada por Roosevelt?

Essas e outras questões se propõem discutir e, tentar, acima de tudo, fazer determinadas reflexões, tendo como norte principal o texto, o contexto e sua plateia.

Partindo de uma hipótese não tão antiga...

Talvez, quando fazemos uma leitura superficial dos trabalhos de Anna C. Roosevelt, passe despercebida à sensação de impacto causada dentro de toda uma literatura arqueológica amazônica.

Mas a leitura aprofundada esclarece, acima de tudo, as condições que geraram aquele trabalho, ou seja, não apenas o fenômeno de produção, como também seus efeitos, principalmente no referente à relação existente entre teoria e pesquisa empírica. Em que se percebe que uma hipótese se transforma em teoria, cujo monumento é muito maior do que o objeto em si.

Em outras palavras, o fenômeno de produção é bem menor do que o fenômeno do produto. Os trabalhos de Roosevelt provocaram (e suscitam até hoje) discussão com uma posição destacada na pesquisa arqueológica brasileira.

É interessante notar que as duas pesquisadoras partem de premissas diferentes na tentativa de solidificar seus trabalhos. Meggers possuía todo um arcabouço teórico que já a acompanhava desde sua formação enquanto antropóloga e arqueóloga. Já Roosevelt, apesar de também possuir esse arcabouço teórico, mostra uma vertente muito mais acentuada na sua pesquisa do que Meggers (ainda que seja uma premissa existente no trabalho das duas sob perspectivas diferentes). Roosevelt parte de trabalhos anteriores, hipóteses de pesquisas prévias, no alicerce de seu trabalho.

Dentro de uma perspectiva da longa duração, encontra-se Braudel em seus trabalhos. Verificaram-se também nas suas fontes

trabalhos etnográficos realizados no século XVII e que muito auxiliaram no encontro do material arqueológico.

Entretanto, o que chama a atenção e salta aos olhos não são as dicas encontradas nos primeiros cronistas do século XVII, queira-se dizer, nos diários dos viajantes e religiosos, e sim uma perspectiva contrária a de sua maior “rival” (no bom sentido da arqueologia).

Essa perspectiva está vinculada a três gerações de pesquisadores: Lathrap, Carneiro e Brochado. E, diante dessa “trilogia cinematográfica da arqueologia amazônica”, decidimos dar ênfase a Donald Lathrap, por este ser o precursor de toda uma perspectiva que permeia a pesquisa de nossa arqueóloga.

Donald Lathrap

Donald Lathrap. trabalhou no alto Amazonas durante trinta anos. Suas principais considerações foram deixadas no livro *The Upper Amazon*⁷, no qual levanta hipótese sobre como possivelmente se estruturaram as sociedades na bacia amazônica durante a pré-história.

Seu trabalho serviu como norte para muitos trabalhos posteriores propondo outras hipóteses para a origem e adaptação dos povos indígenas da Amazônia. Sua teoria se constituía numa verdadeira reviravolta no que concerne às próprias questões evolucionistas. Já que, de acordo com sua pesquisa, o desenvolvimento autóctone de culturas ceramistas em florestas tropicais não só era possível como também natural. Além de que a Bacia Amazônica engendrava um sistema cujo potencial era importante, especialmente no que se refere à Amazônia Central, possível gerenciador de desenvolvimento cultural (LATHRAP, 1970: p. 116-117).

A pesquisa também partiu de pistas deixadas a partir de documentos escritos pelos viajantes, especialmente Orellana, cuja passagem pelo rio Amazonas foi realizada em 1542, e o explorador francês Castelnau, que mapeou parte da região do rio Ucayali em 1840 (LATHRAP, 1970: p. 22).

⁷ LATHRAP, Donald W. *The Upper Amazon*. Ed. Praeger, New York, Washington, 1970.

Baseando-se nas fontes acima, Latrap tinha a Bacia Amazônica como locação e área de desenvolvimento cultural, em quatro potencialidades: *O sistema fluvial da bacia amazônica, a cobertura vegetal, a fauna da floresta tropical, os solos e seu potencial na agricultura.* (Id. p. 22)

O primeiro fator de potencialidade, o *sistema fluvial da bacia Amazônica*, é uma rede de rios que drena o coração da selva e a sustenta. “*Nenhuma outra área da floresta tropical aproxima-se em extensão à floresta do Alto Amazonas e nenhum outro sistema fluvial do mundo carrega o volume aproximado de água que passa todos os anos no Amazonas (Ibid. p. 22).*” Além disso, as típicas tribos de floresta tropical da América do Sul são viajantes de canoa. A navegação é a forma principal de comunicação e consequentemente de troca. Essa combinação de fatores tecnológicos com condições naturais teria produzido assim um extraordinário nível cultural.

A maior dica seria ir atrás da história geológica da Bacia Amazônica, que é de suma importância para se compreender o funcionamento da rede de rios e terras. Em resumo, a cartografia tradicional mascara uma distinção singular importante das terras tropicais da América do Sul: a distinção entre a terra firme e a que é periodicamente inundada, a várzea. Isso influenciaria nas diferenças de potencial econômico, no referente ao potencial agrícola em termos de recursos proteicos (vegetal, peixe e caça). As águas da Bacia Amazônica são ricas em vida aquática, mas com certeza é nas águas “brancas”⁸ da Bacia em que se encontra um potencial maior, tanto no número como na densidade de espécies, e sua desigualdade na distribuição de recursos fluviais certamente afetou a distribuição das populações.

O segundo fator fica por conta da *cobertura vegetal*. A bacia amazônica suporta continuamente a floresta amazônica. A floresta abriga uma vegetação relativamente homogênea (principalmente quando se tem uma visão aérea), que dá suporte a árvores ainda em maturação, oferecendo assim poucos obstáculos às trilhas.

A floresta tropical da Bacia Amazônica oferece tanto materiais utilitários para a construção como as plantas, que possuem um

⁸ As águas negras drenam as “abduratesurfaces” da Guiana e terras altas brasileiras e são quase livres de sedimentos. Já as águas brancas são aquelas que drenam o declive oriental dos Andes trazendo consigo milhões de sedimentos.

vasto potencial conhecido por seus habitantes que, de propriedade de seus extratos, fazem poderosas porções para a caça, a pesca e a guerra. Mais notável ainda são os seus narcóticos, que têm sua importância nos jogos religiosos e na estética de vida.

O terceiro fator, não menos importante, seria a *fauna*, em que se encontram as mais primitivas e isoladas espécies de pássaros e de mamíferos únicos. Para o propósito da teoria da Lathrap, é necessário marcar a diferença existente entre os recursos faunísticos das áreas ribeirinhas e os da floresta de solo aluvial antigo e que se encontra longe dos rios, já que os recursos da pesca são fenomenais, provendo excelente comida e suficiente suprimento de proteína por uma densa população. Sem contar com as numerosas tartarugas, importantes fontes de carne e ovos, bem como as capivaras, animais semi-aquáticos facilmente caçados com a ajuda das canoas, e, finalmente, as ineditáveis aves. Já no interior da floresta, o potencial pesqueiro é limitado, e os macacos são comuns, porém difíceis de serem caçados.

O autor expunha a fragilidade dos recursos faunísticos da floresta em comparação as áreas que fazem margem com os rios. Sem contar que o mesmo ressaltava a importância dos solos (de várzea) e seu potencial para agricultura.

Muito se tem falado sobre a relação solo, potencial agrícola e populações da Bacia Amazônica. Por si só, isso é um tema bastante complexo na arqueologia, mas que precisa de considerações básicas.

Os argumentos de Lathrap, numa tentativa de respostas a influências do potencial agrícola na população, correm em duas direções: a primeira é a de que os solos não são férteis ou apropriados a uma demanda grande de potencial, a não ser quando trabalhados pela sociedade que demanda. A segunda é a de que não podemos afirmar que as sociedades que se encontram fora das sociedades ocidentais contemporâneas (possuidoras de modernas técnicas agrícolas) são incapazes de promover o potencial agrícola de terras improdutivas e de manter a fertilidade dos solos por longos períodos (LATHRAP, 1970: p. 36-37).

A demanda da variedade de plantas cultivadas pelas sociedades da Bacia Amazônica acaba por transformar o ambiente no mais diverso possível. A maioria desses grupos são práticos agrônomos e conhecem as técnicas de tratamento do solo, sabendo escolher

as locações e desenvolver ao máximo o potencial de produção. Os solos que margeiam o Amazonas e seus tributários possuem bom potencial, já que o curso do rio deposita seus nutrientes, minimizando os efeitos da infertilidade. Claro que esses solos oferecem certos limites para sua utilização por conta de sua sazonalidade.

É dessa forma que Lathrap monta as bases para a explanação do que seria seu principal objetivo: a cultura de floresta tropical. Sociedades que provavelmente ocuparam e ocupam a Bacia Amazônica, desacreditando assim a hipótese de que a Bacia Amazônica foi extensivamente invadida por outras áreas e jogos culturais diferentes.

Once such a theory of extreme environmental determinism was formulated, it was an easy further step to conclude that any group in the Amazon Basin which exhibited any of the diagnostic features of the Circum-Caribbean level must of necessity have migrated there from outside or have been strongly influenced by adjacent areas of high civilization. (LATHRAP, op. cit: p. 46)

A resposta parte justamente da resistência a uma contínua comparação feita entre o modo de vida dos índios habitantes da Bacia Amazônica e os das populações pré-colombianas, habitantes da costa-caribenha da América do sul. Assim, as características das tribos de cultura da floresta tropical foram definidas em termos negativos, onde sua sociedade era sempre classificada em contraste com outras.

Os modelos foram “cristalizados” muito antes de nossas arqueólogas chegarem à Bacia Amazônica. Se havia ocorrência de algo que lembrasse chefaturas, classes sociais, templos, ídolos e chefes religiosos, logo foram considerados exemplos de influência Andina.

Chamava assim a atenção, no que até hoje parece que ainda não nos demos conta: é preciso intensificar as atenções na diferença de fatores entre os grupos habitantes das margens da Bacia Amazônica e as do interior da floresta, que precisa ser definido não em termos de contraste, e sim de partilha de alguns elementos culturais; e o mais importante de todos os fatores, a maneira de

sobrevivência desses grupos, que possuíam vastos subsídios para o estabelecimento de grande densidade populacional.

Estavam assim lançadas as bases para a sedimentação da teoria de Roosevelt: Hipóteses primárias se tornaram proposições secundárias que, por sua vez, vieram a se solidificar como teorias.

Mas Lathrap foi mais longe. Em suas proposições, montou um mapa que dava pistas sobre as migrações passadas e a demografia antiga de acordo com os estudos linguísticos na Bacia Amazônica, ainda que admitindo “*que a quantidade de evidências disponíveis para essas questões era pequena (LATHRAP, 1970: p. 47).*” Os esquemas de distribuição de línguas, a particular linguística familiar poderia dar pistas aos possíveis caminhos favorecidos pelas populações pré-colombianas em suas migrações. Defendia a hipótese de que na Amazônia central, próximo às áreas de confluência do Rio Amazonas com o Rio Negro e o Madeira, haveria um centro de dispersão de uma série de culturas ceramistas.

Não foi difícil para que leituras posteriores a Lathrap tivessem abertura para formulação de hipóteses, afirmando que a área da Bacia Amazônica fosse centro difusor de cultura. As hipóteses estavam formuladas. O que faltava até então seriam os indícios concretos, solidificados e materializados na pesquisa de Roosevelt.

Objetivamente falando, era preciso cultura material para que se pudessem admitir com responsabilidade determinadas posturas. Roosevelt não ignorou essa problemática, e partiu em busca desses vestígios.

Gordon Childe

Muitos não de se perguntar qual seria a escola que a arqueóloga em questão (Roosevelt) pertence, até mesmo quando em comparação com Meggers, que sempre deixou bem evidente as escolhas por ela utilizadas. No entanto, nas leituras, o mesmo questionamento foi levantado às duas, sendo que as dificuldades de se encontrar uma resposta foram maiores.

Nas leituras de Roosevelt, o que fica muito perceptível é a forma com que cerca seu objeto de estudo. Extremamente materialista, a autora alicerça sua pesquisa através da materialidade dos

objetos. Em sua vertente histórico-culturalista, é sem dúvida em Gordon Childe que encontramos uma janela para a pesquisa desenvolvida por Roosevelt.

Quando Childe desponta no cenário científico no final do século XIX, as críticas ao Evolucionismo cultural eram crescentes, e havia um destaque acentuado às questões da etnicidade (TRIGGER, 2004; p. 145). Dessa forma, não foi difícil para Childe adotar os preceitos de identificação de cultura arqueológica aos vestígios materiais remanescentes de povos pré-históricos.

Enfatizou que cada cultura deve ser descrita de modo a ver-se individualizada em termos dos artefatos que a constituem, e também sublinhou que culturas não podem ser definidas tão-somente pela subdivisão, em bases espaciais ou temporais, das idades e épocas dos arqueólogos evolucionistas. Em vez disso, os limites geográficos e a duração de cada cultura devem ser estabelecidos empiricamente, e as culturas particulares alinhadas cronologicamente por meio de estratigrafia, seriações e sincronismos (TRIGGER, 2004; p. 165-166)."

As concepções de Childe foram no mínimo inovadoras, já que propunha fazer o estudo arqueológico sob o prisma de um "mosaico cultural". Dessa forma, acabou marcando uma diferença na forma de abordagens entre as premissas histórico-culturalistas e as premissas de uma Arqueologia voltada ao Evolucionismo.

Mesmo assim, acreditava que a pré-história fosse uma continuação da história natural, em que havia uma analogia existente entre a evolução orgânica e o progresso na cultura. "A história natural traça o aparecimento das espécies, cada qual melhor adaptada à sobrevivência, mais dotada para conseguir alimento e abrigo e, com isso, multiplicar-se. A história humana mostra o homem criando novas indústrias e novas economias que estimularam o aumento de sua espécie e com isso provaram sua maior capacidade" (CHILDE, 1965: p. 32).

O destaque, então, fica por conta da aceitação de que existiam diferenças significativas entre o progresso histórico e a evolução orgânica, entre cultura humana e o equipamento corpóreo do animal, entre o legado social e a hereditariedade biológica. Mas, acima dessas questões, afirmava que *"a herança social do homem não é*

transmitida pelas células das quais ele nasce, mas por uma tradição que só começa a adquirir depois de ter saído do ventre materno (Id: p. 33)". Assim, condicionava qualquer nova síntese de experiência acumulada a uma herança vinda da tradição (Ibid.p. 33). Cada geração deve apreender os hábitos e tecnologias da geração antecessora e pode transformar rudimentos simples em complexos. No entanto, sua inovação ainda é uma "característica adquirida (Ibid. p. 35)". "A espécie homo sapiens pode sobreviver ao mesmo ambiente melhorando sua cultura material. Tanto a evolução como a modificação cultural pode ser considerada como adaptações ao ambiente (CHILDE, 1965; p. 35)."

O homem torna-se imponente perante o seu meio-ambiente, porque possui a capacidade de adaptar-se às circunstâncias mutáveis. *"Essa adaptabilidade esta ligada ao crescimento de um sistema nervoso e, em última análise, de um cérebro (CHILDE, 1965, p. 37)."* Outro aliado do homem na ajuda à adaptação ou às modificações de seu meio-ambiente são os instintos, que também fazem parte da herança genética, assim como a força física da criatura. É um inevitável mecanismo corporal. Portanto, as modificações evolucionárias e as modificações culturais estão intimamente ligadas entre si, podendo progredir em ritmos diferentes.

As descobertas e invenções que ao arqueólogo parecem provas concretas de progresso são, no final das contas, apenas representações e expressões concretas de inovações na tradição social. Cada qual se torna possível apenas pela experiência acumulada, transmitida pela tradição ao inventor. Cada qual significa o acréscimo à tradição de novas regras de ação e comportamento.

É a arqueologia que estuda esse progresso da cultura. Seus documentos são as ferramentas, armas e cabanas feitas pelos homens do passado, para conseguir alimento e abrigo. Ilustram o aperfeiçoamento da habilidade técnica, a acumulação do conhecimento e o progresso da organização para garantir a existência. Evidentemente uma ferramenta acabada, feita por mãos humanas, é um bom índice da habilidade manual de seu fabricante. Menos óbvia é a medida do conhecimento científico do seu período. Não obstante, toda ferramenta reflete, talvez de modo imperfeito, a ciência à disposição de seus fabricantes. Isso é realmente auto-evidente no caso de uma válvula de rádio ou de um avião. É igualmente válido para um machado

de bronze, mas será útil uma palavra de explicação (CHILDE, 1965; p. 48).

Esses artefatos estudados pelos arqueólogos, quando “enxergados” na sua totalidade, podem revelar muito ao conhecimento científico. Os arqueólogos precisam dar mais atenção ao nível de habilidade técnica nos vestígios arqueológicos, objetivando desvelar como esses autores ganhavam seu sustento, ou melhor, como era a economia. Pois dessa forma terão pistas sobre a multiplicação da espécie e, assim, seu êxito biológico.

Lewis R. Binford

Lewis Binford é de longe o maior influenciador dos trabalhos de Roosevelt, mesmo que seja sob o prisma de uma leitura secundária. O trabalho da autora é cercado de características identificadoras do que (e aqui peço licença ao uso de um neologismo) poderíamos chamar arqueologia binfordiana.

Também não é para menos que a autora sofra sua influência, já que sua formação como pesquisadora se dá em um contexto onde as propostas de Binford estão em plena fermentação acadêmica. Ele não só teve influência sobre os trabalhos de Roosevelt, mas sobre uma larga geração de pesquisadores que ficaram conhecidos como a Nova arqueologia.

Não é possível olharmos os trabalhos feitos por Roosevelt para a arqueologia da Amazônia sem vislumbrarmos um pouco da “maneira de se fazer Arqueologia” de Binford. Nas linhas traçadas sobre o autor e ao longo da leitura é facilmente perceptível o quanto também sua linha se aproxima da de muitos autores contemporâneos.

Isso porque sua teoria, bem como seus esquemas de abordagem à cultura material, é exercida constantemente, não somente nos trabalhos de campo, e serve de estímulo intelectual na tão famosa “interpretação de dados”. A argumentação aqui não é fazer uma leitura exclusiva de Binford, mas fazê-la em virtude da posterior leitura da arqueologia de Roosevelt. Então, cabe aqui estabelecer alguns pontos propostos pelo autor que ajudarão nessa tentativa de construção do passado.

Binford define a função primordial da arqueologia e parte em busca de uma definição acerca do comportamento do arqueólogo em relação ao passado.

A maior dificuldade do arqueólogo é lidar com o próprio objeto de estudo, tendo em vista que esse não é feito de símbolos, palavras ou conceitos, e sim de coisas materiais e de matéria ordenada. Assim, uma tentativa de exprimir em palavras, é ir atrás da compreensão dos significados, de como eles se formaram e o porquê de terem tais características. Esse conhecimento, por sua vez, está ligado às atividades humanas (dinâmica), que pode (ou não) refletir-se nas coisas materiais (estática). Assim, o arqueólogo passa a ser o “decifrador”, que acaba por traduzir em uma espécie de língua o passado (BINFORD, 1983; p. 28-29).

Porém, se eles leem ou decifram o material arqueológico, precisam ordenar esse material em função das decisões que tomam, para se fazer inferências acerca da relação entre o comportamento humano e os objetos materiais que são necessários na criação de um método que fundamente e avalie o conjunto de ideias acerca de como era o passado.

Essa metodologia é mais aceitável quando se usa a praticidade ou o pragmatismo das ciência da natureza, já que em seu método não se aplica a expectativa dos dados “falarem por si”. As ciências duras *“não imaginam que as relações que observam entre as coisas tenham um significado que dispense explicação. Passam o tempo empenhadas em “dar” sentido a essas observações, e depois em avaliar, na prática até que ponto as suas interpretações são realmente úteis* (BINFORD, 1983; p. 31).”

Nesta busca pelo crescimento equilibrado à arqueologia, é necessário o desenvolvimento de técnicas específicas e peculiares que auxiliem na inferência e observações acerca da cultura material. A primeira questão que o arqueólogo precisa se dar conta é que as observações feitas sob o registro arqueológico são constatações históricas. Identificá-las é tão importante quanto o reconhecimento de seu contexto. E a chave para isso é se basear em ferramentas teóricas sólidas.

Dentro da relação entre a Dinâmica e a Estática, os trabalhos de campo podem ser estudados aliando uma forma direta existente (em determinados casos) entre as coisas e as pessoas, tendo como

foco os comportamentos na produção, as modificações e, eventualmente, o abandono dessas coisas.

Seriam três áreas importantes no estudo da Cultura Material. *“O estudo dos povos contemporâneos, a criação de situações experimentais em que podemos controlar as causas para estudar os efeitos e a utilização de vários tipos de documentos históricos (BINFORD, 1983; p. 36).”*

Não há necessidade em se prolongar aqui sob a literatura Binforniana. Porém, salienta-se que o principal objetivo foi alcançado ao delimitar características vistas e também desenvolvidas na arqueologia de Roosevelt.

Em verdade, chama-se atenção para uma das propostas de Binford. O apelo pela fuga das teorias (totais) universais, numa gradativa ou tentativa aproximação as Teorias de Médio Alcance (contextuais).

Alhures às questões que envolvem discussões sobre método hipotético-dedutivo, leis culturais, análise entre o estático e o sistêmico, há uma janela aberta às análises contextuais e que considera as experiências culturais como caminho para o estudo e a pesquisa sobre os povos da Amazônia.

Muito se fala sobre esse caminho, mas pouco se vê na prática. Em tese, o caminho pode muito bem ser pretendido, almejado, mas de repente, por uma série de fatores, e, principalmente, escolhas, o caminho direcionado à construção da história dos povos da Amazônia é esquecido ao longo da pesquisa. É o que veremos quando se ultrapassou a barreira da teoria e se passou à prática.

PARTE II

A construção de duas imagens para a arqueologia amazônica

“All sorrows can be borne if you put them
into a story or tell a story about them.”

Isak Dinesen

CAPITULO IV

Dos dispositivos da construção das imagens

As duas interpretações sobre a Amazônia

As figuras ou imagens que se tem do “real” é sempre algo a mais do que Roosevelt quer demonstrar, então, entendê-las dentro de um âmbito geral significa entender o papel e o trabalho social que ela representa.

Uma imagem não deve ser instrumento de mão-única, privilegiando um só discurso analítico, mas pode ser usada como instrumento na compreensão de vários discursos e esferas sociais (MENESES, 2005; p. 32)

A razão precisa realizar abstrações. Abstrair significa “isolar”, “separar de”. Fazemos uma abstração quando isolamos, separamos um elemento de uma representação, elemento este que não é dado separadamente na realidade (representação significa a imagem, ou a ideia da coisa enquanto presente no espírito) (ARANHA & MARTINS, 1993; p. 22-23).

Quando observamos a ideia de Roosevelt sobre a Amazônia, claramente percebemos a imagem que ela criou da mesma. A partir de então, criamos uma representação mental, que para ela foi criada a partir de uma experiência sensível à arqueóloga, e que, de alguma forma, foi concreta e particular à mesma. Se abstrairmos e isolarmos a ideia que ela teve da Amazônia de outras secundárias e considerarmos a Amazônia por Roosevelt, conseguiremos perceber uma representação intelectual.

Ora, as representações de Roosevelt foram objetivadas em textos, e a partir deles é que ficamos próximos às imagens.

Aqui se está atrás de duas imagens, duas interpretações; as duas foram tachadas ao longo do tempo: A primeira, como uma pintura do inferno verde; a segunda, como o retorno à busca pelo Eldorado. Aqui se tenta mapear os detalhes dessas imagens, pro-

curando entender qual o propósito de uma determinada teoria e, mais, qual é o poder de sua força explicativa.

Ora, quanto mais abstrato se torna um conceito, mais este se distancia da realidade concreta. Esse artifício da razão é importante enquanto possibilidade de transcendência para a superação do aqui e do agora e para a construção de hipóteses transformadoras do real. No entanto, toda vez que a razão se distancia demais do vivido, a teoria se petrifica, e o conhecimento é empobrecido. Da mesma forma, permanecer no nível do vivido e da intuição impede o distanciamento fecundo da razão que interpreta e critica. O verdadeiro conhecimento se faz, portanto, pela ligação contínua entre intuição e razão, entre vivido e o teorizado, entre o concreto e o abstrato (ARANHA E MARTINS, 1993: p. 75).

Se, de certa forma ler é partilhar, temos que aprender como essa partilha influencia o nosso trabalho de campo, reverberando por vezes uma única voz para uma multiplicidade de objetos. A tentativa é deslocar o foco não para uma voz, mas para uma multiplicidade de vozes, para poder, acima de tudo, distinguir o que é uma “representação do real”, afim de que se possa chegar a essa “transcendência” e tentar sair de um círculo vicioso de “reprodução de discursos”.

Essa relação complexa entre texto e mundo tem sido debatida e discutida dentro de uma perspectiva que insiste na separação entre a palavra e o seu referente. Ou melhor, em qual seria o grau no qual as descrições históricas podem vir a serem aceitas como legítimas representações do passado (PIRIE, 2004: p. 1).

O importante não é eliminarmos a falsidade ou identificarmos a veracidade de princípios, mas há de se ter mais atenção com os juízos e, portanto, com os valores que atribuímos ou não a determinadas afirmações. Há verdade ou não, dependendo de como os princípios aparecem para o sujeito que os conhece. Por isso dizemos que algo é verdadeiro quando é o que parece ser. Afinal, a questão é mais complexa: como julgar a verdade da representação do real pelo pensamento? Ou seja, como saber se a definição mesma de verdade é verdadeira? Independente de reconhecer o que é ou não verdadeiro, o importante é não incorrer no mesmo erro de repetir “verdades” que não são nossas.

E, de certa forma, livre da extensão do conflito que o proces-

so de dedução e inferência vem atravessando com relação às práticas das teorias, faz-se necessário refletir sobre as contribuições que uma pesquisa teoricamente orientada pode vir a desempenhar para o amadurecimento das ciências sociais (no caso da Arqueologia e História) (KERN, 1996: p. 21-22).

Neste sentido, em que medida os estudos da Arqueologia na Amazônia, empreendidos por Meggers e Roosevelt, concorreram para o amadurecimento da arqueologia no Brasil? De algum modo, de forma tênue, iremos dimensionar a extensão de seus trabalhos.

Mas, entretanto, os “pretensos erros” cabem nas “pretensas verdades científicas” (ou seriam acidentes?) dentro de nosso sistema organizacional. Produzindo saber ao invés de apenas adquirir saber, a ciência torna-se transformativa e não informativa, dessa forma podemos corrigir os “erros” a fim de restabelecer a informação original (MORIN, 2005: p. 150-153). Ou melhor, deslocando o problema sobre o que seria certo ou errado podemos, de uma forma mais segura e menos taxativa, poder entender a dimensão dos trabalhos dessas duas arqueólogas.

Porém, “o conhecimento depende das condições, possibilidades e limites de nosso entendimento” (MORIN, Op. Cit.: p. 139). Operacionalmente falando, chegamos a um ponto em que precisamos delimitar o “como construir pensamentos em cima de outros”. Sendo a arqueologia um mundo permeado de significações, o estudo dessas teorias não poderia fugir de duas abordagens convergentes.

A primeira gira em torno de identificar o estabelecimento dos dados arqueológicos, quais os métodos e as observações científicas pontuados dentro de um espaço-temporal; a segunda é estabelecer uma relação entre esses dados em sua construção, com um contexto. Ou melhor, a contextualização de tais dados dentro de um sistema simbólico em que elas tomaram parte e se definiram no momento em que tomaram parte.

“Não se trata de discutir o valor real dos fatos (...), mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos” (CHAUVEAU, 1999: p. 13). Ora, trata-se de entender a extensão dessas duas formas de compreensão na tentativa de diferenciar estratégias conceituais repetitivas de um determinado círculo teórico, que acabam, quase que naturalmente, reproduzindo discursos e inferindo diretamente nos trabalhos arqueológicos.

De certa forma, nos referimos ao que podemos chamar de “memória material”. Essa “memória material” muitas vezes tem como estratégia o estudo da organização espacial dos objetos e também a funcionalidade dos mesmos.

Aqui também pretendemos recordar um pouco de uma determinada “memória material”, mas a partir de pessoas. Perceber, então, como pessoas podem se transformar em objetos históricos à medida que se propõe novamente ouvi-las.

Fazer arqueologia implica, muitas vezes, em dar voz àqueles que, de certa maneira, procuramos. A proposta, então, é dar novamente voz a essas arqueólogas que teorizaram sobre a Amazônia.

Betty Jane Meggers

Muito se tem criticado os trabalhos pioneiros de Betty Jane Meggers na Amazônia das décadas de 60 a 70. Porém, na ciência, apesar de se mover, agir e retroagir a partir das críticas, é necessário ter também em mente que “ciência”, metodologicamente falando, não pode ser construída a partir de críticas vãs. Lembrando que só se pode contrastar ou apoiar uma determinada teoria à medida que extenuamente a conhecemos!

A proposta é revisitar os trabalhos de Meggers a partir de uma questão que esta impôs numa entrevista concedida quando de sua visita ao Brasil em 2006⁹. Explicando a correlação que faz em seu trabalho entre cultura e meio-ambiente questionava “Quer dizer que fazer arqueologia está “out of date”? Os evolucionistas estão fora de moda?¹⁰

Entender os trabalhos de Meggers é, sobretudo, perceber uma escola que concebe o mundo como um só organismo vivo. Tudo está intrinsecamente ligado, fazendo parte desse organismo complexo. Entendê-lo é perceber a Ciência como um conjunto interdisciplinar e interativo, que busca na biologia, na físico-química, na antropologia e, assim por diante, uma voz única para a compreensão do homem e de seu habitat.

⁹ Entrevista concedida por Betty Meggers por conta das comemorações dos 50 anos de fundação do CEPA-PR no dia 03-06-06 no Paraná/Hotel Delivery)

¹⁰ Meggers, 03-06-06.

Segundo Meggers, “a arqueologia não pode fugir, ou melhor, ignorar questões que necessariamente devem ser respondidas em conjunto.”

Sociedade

As sociedades amazônicas são para Meggers, antes de tudo, respostas. Respostas às questões de povoamento, já que antes da chegada dos Europeus, os aborígenes aprenderam a viver em todos os ambientes deste hemisfério, às questões das diferenças e semelhanças dos modos de vida pré-históricos na América do Norte e do Sul, e principalmente, indícios na compreensão e no entendimento das origens desse homem (MEGGERS, 1979: p. 12).

E essas sociedades são, por um lado, menos duradouras do que as formações geológicas, os animais e as plantas, já que estão em constante transformação e em ritmo acelerado de extinção. “Nessas condições, não temos tempo a perder. O hiato que existe nas nossas informações etnográficas sobre os grupos da Amazônia persistirá para sempre, caso não se faça algo de imediato para suprimi-lo” (MEGGERS, 1977; p. 17).

As sociedades remanescentes se revelariam valorativamente de suma importância para as teorias antropológicas, pois, examinando-as, estaremos estudando adaptações maduras de uma determinada sociedade a um determinado tipo de meio-ambiente. Essas sociedades permitiriam captar ou adquirir uma perspectiva do ecossistema como um todo. Inclusive daqueles lugares onde já se começa a perceber um colapso da adaptação equilibrada. Indo mais além, a pesquisa pode aprofundar a compreensão dos efeitos sobre o meio-ambiente e sobre seus povos.

Ora, essas sociedades, sendo parte integrante do ecossistema, são fatores que geram determinado equilíbrio ou desequilíbrio de acordo com sua disposição entre o evolucionismo biológico e o evolucionismo humano. “*Os povos primitivos consideram-se parte da natureza, nem superiores nem inferiores às outras criaturas, se bem que sejam frequentemente, superiores a outros grupos humanos*” (Id. p. 20).

E foi justamente na luta pela sobrevivência que as transformações operadas por esses povos ficaram ainda mais claras, por conta

de todo o processo adaptativo vivido por estes. Durante bilhões de anos, os organismos se conservaram simples, pequenos e sofreram poucas alterações. Da mesma forma, durante milhares de anos, as culturas não demonstraram nenhum desenvolvimento importante em termos de complexidade. Entretanto, logo que a diferenciação teve início, ela se processou em ritmo acelerado, em ambos os níveis. Organismos e culturas desenvolveram novas características que lhes permitiam invadir habitats antes inacessíveis ou explorar os antigos, utilizando novos meios. Tanto os vestígios paleontológicos, como os arqueológicos, testemunham o fato de que muitos caminhos adaptativos eram becos-sem-saída, que acabavam por conduzir à extinção, enquanto outros se ramificaram em novas e inesperadas direções (Id. p. 20).

A imagem é clara: Há de se considerar a existência de um denominador comum para os fenômenos culturais e biológicos, mesmo que implícita e com evoluções paralelas. Em equivalência, é evidente a sequência de transformações: organismos unicelulares, mamíferos superiores, bandos caçadores e nações urbanas.

Esse homem primitivo, habitante das florestas tropicais, nada mais é do que fruto de disposição geral e global. E é dessa forma que a arqueóloga o aborda: a partir de suas origens, dentro de uma escala evolutiva e seguindo uma ordem desde sua chegada ao continente até o processo pelo qual atravessou para conseguir adaptar-se e obter o controle do ecossistema tropical.

É como se, dentro de uma vasta teoria, as sociedades amazônicas se encontrassem como uma das incógnitas de uma equação que objetivasse ter como reposta a Cultura da Floresta Tropical ou a história da evolução da Bacia Amazônica. Assim, as sociedades amazônicas se fazem presente sempre como um apoio e não como o objeto em si.

Nesse processo evolutivo, três famílias ou troncos linguísticos se destacam na pesquisa de Meggers: Tupi-guarani, Aruak e Karib. Porém, para estudar o processo de seleção natural resultando numa configuração cultural única e no seio da floresta foram analisados cinco grupos aborígenes (os Kayapó, os Kamayurá, os Sirionó, os Jívaro, os Waiwai) e dois habitantes da várzea. (Id. p. 58) Esses grupos indígenas foram examinados sempre sob o prisma do processo de adaptação cultural, seja ele na terra firme ou na várzea.

Se a adaptação é um processo determinante da cultura, era preciso então que se refletisse sob as condições ambientais que consequentemente levariam ou, podemos dizer, que se constituiriam nas características dessas culturas.

A descrição dessas culturas foram simplificadas e normalizadas a partir de parâmetros, tais como: alimentação, padrão de povoamento e ocupação do solo, cultura material, organização social, ciclo de vida, práticas religiosas e relação com os grupos vizinhos. Particularizando-se as inovações inseridas pós-contato, tinha-se, “em linhas gerais”, o modo de vida aborígene desses grupos.

Tinha-se uma taxionomia na distinção de grupos semelhantes que foram minuciosamente “dissecadas e estudadas”, a partir de generalizações que porventura indicariam semelhanças e diferenças no contexto e ambiente de terra firme.

“As cinco tribos escolhidas como exemplos de adaptação ao meio-ambiente apresentam entre si numerosas semelhanças culturais (...). Tais semelhanças de ordem geral levaram ao reconhecimento de uma área cultural de floresta tropical cujas fronteiras coincidem, aproximadamente, com as da região natural, geograficamente falando” (MEGGERS, 1977: p. 120-121). Então, surgiram outras características identificadoras dos aspectos adaptativos de uma “cultura de terra firme”; *“o tamanho e a densidade da população são mantidos dentro dos limites específicos por práticas culturais reforçadas; dentro dessa limitação, a interação das características especiais de cada meio-ambiente com a configuração da cultura preexistente produziu inúmeras variações sobre um único tema”* (Ibid. p. 151).

O ambiente de várzea é variável com relação à suscetibilidade diferencial à inundação e pela sua extensão desigual. Por ser compacta, acessível, e vulnerável, a várzea foi completamente destruída a partir de sua descoberta. A destruição levou consigo os padrões culturais indígenas, deixando apenas *“narrações fragmentadas e impregnadas de parcialidade dos observadores que forneceram os detalhes do caráter anterior dessas culturas”* (Ibid. p. 153).

Contudo, embora as deficiências recaiam nessas informações, as crônicas comprovam a existência de uma alta densidade demográfica e um nível de desenvolvimento cultural apurado. Os Omagua e os Tapajó, pela frequência com que são descritos em diferentes relatos, puderam porventura ser reconstituídos num nível geral.

Dessa maneira, à medida que “a cultura de terra firme” foi descrita sob certas características, “a cultura de várzea” assume também características descritas a partir de parâmetros tais como, padrões de povoamento, vestuário e adornos, subsistência, organização social, ciclo de vida, cerimônias, comércio, guerras, religião e magia.

Mas, era justamente nas características de adaptação cultural que o ambiente de várzea diferia, num contraste gritante, com o de terra firme. O mesmo quadro de referências aplicado à terra firme foi usado na várzea: as técnicas para maximizar o rendimento da população, as técnicas para o controle do tamanho da população e as técnicas para o controle da densidade da população. Assim, verifica-se como é conseguido o prolongamento da fartura no tempo de escassez que se faz de duas maneiras; *“(1) conservando e armazenando alimentos vegetais e animais para consumo posterior; (2) desenvolvendo uma divisão ocupacional do trabalho nas atividades de subsistência, de modo que os alimentos simultaneamente existentes venham a ser explorados de forma intensiva”* (MEGGERS, 1977: p. 172).

Embora os primeiros viajantes não aludissem a uma divisão ocupacional do trabalho nas atividades ligadas à subsistência, pode-se deduzir que ela existia, tanto pela ocorrência entre os grupos da várzea, bem como de especialistas em outros ramos e pela flutuação dos recursos alimentícios.

Estava, assim, caracterizada uma extensa população sob os parâmetros indicativos de densidade populacional e nível de complexidade cultural. Porém esses fatores não foram responsáveis pela melhora dos recursos de subsistência introduzidos pelo homem, mas apenas de uma utilização eficiente.

Estavam lançadas as bases para uma afirmativa que iria ecoar durante muito tempo e que é tema de debate até os dias de hoje: a íntima relação existente entre o ambiente e o desenvolvimento cultural, em que um determinado grupo que fosse forçado a se transferir para uma área de recursos reduzidos seria incapaz de manter seu nível anterior de desenvolvimento, ocorrendo assim uma involução.

Onde estaria o real problema da afirmativa? A afirmativa em si ou o exemplo utilizado pela arqueóloga (a cultura pré-histórica marajoara)? Por que se levou tanto tempo para se diminuir a força e o poder dessa afirmação?

Podemos não saber as respostas, mas nota-se que gradualmente as sociedades pré-históricas amazônicas foram engolidas pelo fator importante a ser tratado, sob e ao longo de seu trabalho: a questão adaptativa. Essa questão tornou-se muito maior do que as características por ela apresentadas. Pois, nota-se que essas características surgiram por consequência das questões adaptativas e delimitadas a partir delas. Dessa maneira, as exceções foram postas de lado, bem como os povos amazônicos se transformaram numa grande massa corporificada a partir das sociedades de cultura tropical.

O homem pré-histórico amazônico em sua unicidade passa agora a ser visto como mais um dos fatores ou vestígios que possam solucionar o grande mistério em torno da adaptabilidade. Esse homem, durante muito tempo, vai ser esquecido, ignorado, transformado num mero pano de fundo.

Cultura

Definir cultura talvez tenha sido um dos pontos mais difíceis desse trabalho. De certa forma tentamos fazer um exercício de compreensão de todo um universo de significação criado pelo outro. Então, na procura por uma maior compreensão, buscou-se comungar de determinada interpretação.

Segundo Geertz (1978), na busca por essa compreensão é sempre importante lembrar que, primeiro, o sentido é sempre um sentido “para”; segundo, compreendê-lo é compreender aquele para quem o sentido se faz; terceiro, a cultura pode ser lida, seus sentidos podem ser lidos, “numa leitura de segunda mão”, a leitura de uma leitura (GEERTZ, 1978: p. 20).

A problemática era clara: partilhar da leitura que Meggers tinha sobre o que seria cultura dentro do entorno Amazônico. Ou melhor, o que a antropóloga tinha elegido como significado de cultura.

A Relação cultura e meio-ambiente é, em seu trabalho, muito forte. As duas estão intrinsecamente associadas. O entendimento apropriado do meio ambiente em si, a Amazônia, seria o caminho para se entender como funcionaria a cultura e a adaptação cultural. Dois sucessivos tipos de utilização humana desse meio-ambiente são importantes para se entender a relação dicotômica estabelecida

(MEGGERS, 1977; p. 21-22). Em outras palavras, esse “laboratório natural”, que seria a Amazônia, sinalizava um caminho pelo qual podia ser entendido: era só tentar compreender como se dava a exploração desses dois ambientes: terra firme e várzea.

Duas proposições foram aceitas como válidas para o reconhecimento dessa relação, desse contexto e ecossistema: *“(1) o homem é um animal e, como os outros animais, deve manter uma relação de adaptação com o seu meio-ambiente para poder sobreviver; (2) embora consiga essa adaptação, principalmente por meio da cultura, o processo é guiado pelas mesmas leis de seleção natural que governam a adaptação biológica” (Id. p. 22).*

A cultura foi assim vista como resultado da adaptação cultural. Dessa forma concentrando-se no seu estudo iam-se ter exemplos de diferenças na complexificação nessas duas áreas.

Se a adaptação é uma causa primária determinante da cultura, deveríamos encontrar diferenças nos complexos culturais que se associam a essa duas sub-regiões. É o que acontece (MEGGERS, 1977: p. 22).

A comparação dessas diferenças nesses dois ambientes tão diversos seria o ponto chave que desmistificaria o que a autora chama de “persistência ao mito de produtividade ilimitada”. A constatação das diferenças culturais é de suma importância para a adaptação, e torna-se acessível pela existência de descrições comparadas das principais características de um grupo cultural. As paridades e as diversidades entre complexos culturais seriam esclarecedoras quanto à intensidade das restrições ambientais e à flexibilidade da resposta cultural. A ação recíproca entre cultura e meio-ambiente revelaria, ou melhor, forneceria uma análise de base para a reformulação de hipóteses adicionais sobre o processo geral de evolução cultural.

Meio Ambiente

Curiosamente, Meggers, ao longo das discussões teóricas, foi contestada a partir de parâmetros que a viam como a arqueóloga que ressaltava um ambiente pobre e inibidor, consequentemente, esse meio ambiente tornava-se hostil à adaptação humana.

Comecei o parágrafo anterior com um advérbio cujo radical é “curioso”, e reafirmo que é, pois, através de sua leitura, percebe-se antes de tudo, uma arqueóloga preocupada não com o que não tem, mas com as diferenças ambientais.

A pergunta parece constante e insistente: Por que um ambiente tão rico possui em seu seio diferenças gritantes? Como se daria a adaptação a ambientes tão diversos?

A questão é que, ao longo de seu trabalho, a importância que Meggers deu ao meio ambiente foi tamanha, que tudo que o acompanhava teve uma importância secundária. Sociedade, cultura e meio ambiente foram engolidos pelo fenômeno de adaptação na Amazônia.

E, na tentativa de se descobrir ou de se aproximar um pouco mais da relação entre homem e meio ambiente amazônicos, Meggers usou uma fórmula que “conhecia”; (...) (2) *escolhe-se certo tipo de meio-ambiente e examina-se a variação, através do tempo e do espaço, da adaptação cultural dentro de seus limites* (MEGGERS, 1977; p. 25). As semelhanças com as leituras que fizemos não são meras coincidências, ao contrário, identificaremos muitas ainda. Isso porque a área da região amazônica tinha potencial, mas o importante mesmo é que Meggers também tinha na sua formação um potencial que precisava ser aplicado em campo.

Entretanto, era necessário, antes de tudo, definir que limites seriam os da pesquisa. Quais os limites ou métodos a se usar nos trabalhos de campo na Amazônia.

Meggers sempre encarou seu trabalho como o estudo de um organismo vivo. Dessa forma, a escolha de certos critérios seria fundamental no reconhecimento de determinados fatores que influenciariam esse organismo, cujo coração sem dúvida seria o meio ambiente.

Mas, apesar do nicho poder ser definido em inúmeros parâmetros, tais como o de altitude, características químicas do solo, natureza do suprimento alimentar e temperatura máxima e mínima, era importante que se tivesse em mente que, *“embora os fatores restritivos variem quanto ao tipo e a rigidez, nenhuma espécie é capaz de florescer igualmente bem em todas as condições ambientais possíveis”* (Id, p. 25).

Foi dessa forma e mediante tais afirmações que leituras posteriores entenderam Meggers como sendo a arqueóloga cuja visão era determinista.

Podemos afirmar que, desta forma ou com essas afirmações, o futuro da arqueologia amazônica estivesse traçado. Estava, a partir de determinados parâmetros que ela assim elegeu. Porém, qual é o arqueólogo que antes de fazer um campo não o determina? Por que então durante muito tempo essa eleição foi aceita e hoje não mais? O que podemos dizer é que toda voz é eletiva. Mas uma abertura para o que poderia ser um determinismo ambiental talvez tenha sido dada a partir de outras afirmativas;

(...) um setor importante no qual a cultura nem sempre pode neutralizar de todo as deficiências ambientais é o que se refere à quantidade e à qualidade dos recursos para a subsistência. Os vegetais e os animais, mesmo quando domesticados, têm necessidade de combinações específicas de calor, umidade e alimentos nutritivos; embora algumas deficiências possam ser culturalmente moderadas, outras resultam de condições físicas, químicas e atmosféricas que estão fora do controle humano, já que a cultura, sem um fornecimento concentrado e produtivo de alimento, só pode atingir um nível mínimo de complexidade, as diferenças no potencial de subsistência constituem, do ponto-de-vista da adaptação humana, o aspecto mais importante do meio-ambiente (MEGGERS, 1977: p. 26).

Em sua argumentação alguns dados foram levados adiante, visando diferenciar dados inadequados quando na demarcação da região Amazônica como área uniforme. Isso não aconteceria por uma série de fatores, tais como: a extensão geográfica da bacia e, por consequência, o índice pluvial, temperatura, topografia, afetando a subsistência e a potencialidade agrícola de modo especial. Porém, é justamente a chuva e a umidade que aparecem como fatores preponderantes dentro dessa argumentação.

Cerca de 20% das chuvas caem em forma de aguaceiros (...). Calcula-se que a precipitação pluvial desses aguaceiros É de 40 vezes maior do que em latitudes temperadas, constituindo um formidável potencial de sedimentação e erosão. (..) Embora, aparentemente, tais flutuações imprevisíveis não afetem a vegetação agreste, o mesmo não se pode dizer das novas plantações que ficam sujeitas e uma ação desastrosa (MEGGERS, 1977: p. 29).

São justamente as médias anuais os fatores que precisam ser desvelados a fim de tornar mais claro o fenômeno típico da região: o intemperismo.

A idade geológica aliada à temperatura quente e às chuvas pesadas são responsáveis pela extraordinária infertilidade do solo amazônico. Em contraste com as zonas temperadas, onde o intemperismo químico predomina nos trópicos. A água quente de chuva se infiltra no solo dissolve os minerais solúveis e os carrega através do subsolo e, por fim, para dentro dos rios. Quanto mais longo é o processo, tanto mais empobrece a camada superior do solo, até que nada mais resta a não ser os elementos insolúveis” (MEGGERS, 1977: p. 31).

Em suma, Meggers acreditava que, para a pesquisa ter mais exatidão, era preciso que se fizesse a reconstrução da planície amazônica durante o período Pleistoceno, como ela desenvolve a seguir;

A planície amazônica, tal como se apresenta hoje em dia é o produto de milhões de anos de evolução do ecossistema. Durante a maior parte do Pleistoceno, a erosão e a sedimentação foram favorecidas pela combinação de temperatura elevada e abundantes precipitações pluviais. 98% da Amazônia, portanto, consistem de terra firme, ou terras altas, compostas de solo geologicamente antigo pelo qual correm rios de água preta estéril ou de água transparente. Apenas 2% são ocupados pela várzea que é rejuvenescida, anualmente, pelos sedimentos trazidos da cordilheira andina. A terra firme e a várzea representam dois habitats distintos dentro da Amazônia; a importância de cada um deles no tocante ao seu aproveitamento pelo homem, no passado e no futuro é inversamente proporcional às suas dimensões relativas. (MEGGERS, 1977: p. 32)

Dessa forma, o meio inorgânico da região Amazônica precisaria ser encarado heterogêneo em seus fatores internos, justamente porque, na busca pela compreensão dos principais problemas de adaptação humana, essa diferença fica evidente quando se observa o potencial de subsistência da terra firme e o potencial de subsistência de várzea.

Chega-se então ao cerne que abriria as portas para o que há muito tempo foi considerado “paraíso”. A várzea e a terra firme durante muito tempo foram discutidas em termos do que uma tinha e do que a outra não tinha. E, na leitura subsequente, elas também não deixarão de ser e consideradas pontos importantes, mas o olhar vai ser proposto através de um prisma totalmente invertido, em relação às propostas de Meggers.

Como explica Pirie (2004)

O primeiro passo na transformação de pedras para dados requer sujeitá-las a um processo de nomeação como tipos. Elas são separadas do resto de seus conjuntos e ao mesmo tempo conectadas a uma comunidade maior de instrumentos do seu tipo. Este é o processo de metáfora – entender estes itens através do que nós previamente aprendemos sobre outras coisas. Isto é um processo lexical de darmos a nós mesmos uma língua com a qual falar sobre os conjuntos transformando pedras em palavras.

Há também um ganho na transformação de artefato lítico individual para “tipo” – cada instrumento é agora entendido como partes de um todo, e assume a condição e importância dada ao tipo de instrumento como um todo. Certos tipos levam mais peso predeterminado, ambos em influenciar na designação de outros instrumentos em um conjunto e em designar todo o conjunto a uma cultura. (PIRIE, 2004: p. 8)

Não estamos trabalhando com pedras aqui e sim com duas regiões diferentes, queira-se dizer, exemplificando com um meio orgânico que durante muito tempo será considerado “um tipo” utilizado para, não só designar, mas identificar toda uma cultura. Se tivéssemos que eleger “um tipo”, sem dúvida, este seria o meio inorgânico. O curioso é perceber como o orgânico foi passivo ou sofreu um processo de submissão em relação ao inorgânico.

Era preciso delimitar as diferenças dessas duas áreas. Principalmente, era preciso reconhecer seus potenciais e, embora existam inúmeros fatores, os eleitos diziam respeito à idade do solo, às características do clima (temperatura e índice pluvial).

Três absolutos são importantes no estudo na área de terra firme. Os solos de terra firme são novos, datam do Terciário. A exposição à intempérie química lixiviou seus sais minerais solúveis,

deixando os solos “maduros”, que consistem, sobretudo, de areia e argila, que são entre moderada e extremamente ácidas. Em termos de alimentos nutritivos de plantas, as deficiências são tão grandes que solos de igual composição seriam considerados áridos num clima temperado. Em consequência, a temperatura afeta diversos processos biológicos e químicos decisivos para a manutenção da fertilidade do solo. Solos arenosos acentuam a porosidade e permeabilidade, enquanto que o argiloso tem maior capacidade de retenção de água, e capacidade de absorção de elementos nutrientes vegetais parecida com os solos arenosos (PROUS;1992). Sem isso, a agricultura permanente se torna impossível. O terceiro “absoluto” é a chuva, que atua tanto na superfície do solo pela erosão quanto na sua composição interna, através da lixiviação. A combinação de temperatura quente e alto índice pluvial afetam o solo sob outros aspectos.

Como, então, a floresta amazônica ostenta tanta opulência? Como seria possível a planície amazônica ostentar uma magnífica vegetação florestal? A preocupação não era o que não tinha, e sim por que tamanha diferença entre o que se vê e o que se poderia comprovar através dos dados. Contudo, a sua leitura foi interpretada como uma leitura que ressaltava o que a Amazônia não tinha.

Devido ao fato das plantas mais altas necessitarem de um constante suprimento de matérias nutrientes solúveis, para um crescimento normal e sua reprodução, e como essas incluem uma necessidade grande de nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio e enxofre, a manutenção de uma vegetação exuberante faz supor que os efeitos negativos da temperatura e das chuvas tenham sido superados ou, pelo menos, minimizados. (...) É exatamente o que faz a vegetação e modo pelo qual se alcança esse equilíbrio serve, não somente, como um exemplo da complexa interação dos diversos componentes do ecossistema, mas, também, como uma base para avaliar as diferentes adaptações culturais ao meio-ambiente de terra firme (MEGGERS, 1977: p. 35).

Esses efeitos da vegetação sobre o clima estariam estampados num exame mais detalhado das características e combinações de plantas demonstradas pela floresta primária e por uma total ausên-

cia de cobertura vegetal, estando às posições intermediárias ocupadas por duas principais técnicas agrícolas: a variedade tropical que compreende plantações mistas entre os troncos e os ramos, as quais permanecem depois que a vegetação abatida é queimada; e a variedade temperada que envolve campos limpos e um só plantio.

De qualquer forma, a seleção natural é generosa com o solo, pois faz com que a floresta primária, contrabalançando os efeitos prejudiciais do clima tropical, desempenhe a captação e o armazenamento de nutrientes, e proteção do mesmo contra a erosão e insolação.

Duas seriam então as alternativas de agriculturas praticadas nas matas tropicais das baixadas: a itinerante ou queimada, feita em roçados provisórios que se utiliza de duas técnicas (o corte e a queima da vegetação antes do plantio e a mudança para um novo roçado ao fim de duas ou três colheitas); e a intensiva, método que destrói o solo rapidamente, aumentando assim o risco de uma colheita fracassada.

Quanto aos alimentos silvestres existentes em larga escala, não se encontram concentrados, sua distribuição dispersa e isolada dificulta a exploração de tais recursos. Apesar de existirem potencialidades diversas na terra firme, a pedra de totem é mantida ressaltando a baixa concentração de alimentos vegetais e animais. Esse seria o fator de influência direta no padrão de ocupação humana, apesar de uma baixa fertilidade, de uma forte acidez do solo e de outros efeitos nocivos do clima tropical, fazendo com que o preço dessa adaptação não consiga ser notado.

A conclusão seria óbvia, se não fosse feita no melhor estilo: ...assim sob todos os motivos já expostos...As populações indígenas das baixadas tropicais tinham se habituado a um baixo consumo de proteínas, porém tinham a capacidade de armazenar proteína no organismo durante muitas semanas, tal adaptação filosófica explica o costume muito difundido entre caçadores tropicais de consumirem grandes quantidades de carne de uma só vez.

Embora os povos tropicais se tenham adaptado a um teor nutritivo relativamente baixo ainda assim tem necessidade de um mínimo de elementos básicos na alimentação. Os vegetais cultivados são particularmente deficientes em proteínas e até mesmo

o milho e o arroz contém menos nutrientes quando cultivados nos trópicos. Certas plantas agrestes, entretanto, atingiram extraordinárias concentrações de valores nutritivos nos frutos e nas sementes. Um exemplo notável é a castanha-do-pará que, em 100 gramas, contém 50% mais de proteínas do que a mesma quantidade de milho. Uma dieta equilibrada, portanto, não pode ser obtida sem a combinação de produtos básicos cultivados, além de frutos do mato, castanhas, caça e pesca. Durante milênios, os grupos aborígenes conseguiram desenvolver um ciclo sazonal, combinando a caça, a pesca, coleta e atividades agrícolas de tipo e intensidade diferentes, mas que assegura, em cada caso, o fornecimento contínuo dos nutrientes essenciais sem, todavia, por em perigo o ecossistema. A tendência para super explorar um determinado recurso é controlada por várias práticas culturais, algumas das quais parecem, à primeira vista, irrelevantes. Um exame mais cuidadoso, entretanto, indica que constituem soluções fascinantes e eficazes para o problema da subsistência do grupo, em longo prazo (Ibid. p. 46).

No entanto, essas eram as possibilidades de subsistência da terra firme e, como para toda regra há uma exceção, nesta havia o potencial de subsistência da várzea, e mais à frente havia uma incógnita, que se tornaria na literatura arqueológica o grande fóssil guia na Amazônia: a Ilha de Marajó. Vejamos primeiro a várzea...

O solo de várzea diverge e muito do solo de terra firme. Anualmente é rejuvenescido por uma camada de aluviões férteis de origem andina, e seu ciclo anual é determinado pela enchente e pela vazante do rio e não diretamente pela distribuição sazonal da chuva local. E, apesar da várzea ocupar o coração da bacia amazônica, onde o clima tropical atinge sua expressão máxima em comparação com uma área igual de terra firme, apresenta grandes diversificações e variações. E do ponto de vista da utilização humana, oferece não apenas recursos naturais alimentícios, mas também possibilidades para seu emprego na agricultura, recursos esses superiores aos encontrados em terra firme (Ibid p. 46-47).

O fator decisivo para o sucesso da agricultura na várzea é o período de plantio. Se ele for feito quando a terra esta ou muito seca ou muito molhada, os efeitos prejudiciais se fazem sentir tanto para o solo como para germinação. Como a fertilidade do solo

é renovada anualmente pela sedimentação, as terras da várzea mantêm a produtividade, apesar do uso contínuo. Além disso, as safras são quase sempre duas ou três vezes superiores à primeira safra de uma área igual em terra firme; com duas safras, a discrepância é ainda mais acentuada. Sob dois aspectos importantes, a saber, a continuidade da exploração e a manutenção de uma alta produção, o potencial agrícola da várzea pode ser comparado ao das regiões temperadas (MEGGERS, 1977: p. 50-51).

Em termos quantitativos, o teor nutritivo das plantas e dos animais da várzea é mais alto do que o da terra firme, ressaltando que a várzea é apropriada para o cultivo do milho, fonte de concentração maior de sais minerais e vitaminas do que a mandioca e a batata-doce. Em resumo, o potencial de subsistência de várzea é superior ao de terra firme. Mas ainda assim a várzea tem problemas no referente à adaptação humana.

A várzea, entretanto, não é um paraíso perfeito. A intervalos imprevisíveis, o rio sobe 2m ou mais acima do normal acarretando uma súbita diminuição do suprimento alimentar que teria consequências traumáticas numa população que fosse dependente de condições mais favoráveis para sua subsistência. Portanto, a adaptação favoreceu a estabilização a um nível compatível com uma capacidade mais baixa de armazenamento. Esta circunstância limitou o tamanho da população, embora com o teto mais alto do que o da terra firme (MEGGERS, p. 1977: 54).

Finalizando uma teoria através de um começo

Duas áreas diferentes numa mesma região, que por muito tempo foi considerada com características uniformes. Qual então seria o resultado dessa equação? Duas incógnitas, dois pontos de partida; mas qual seria o resultado, ou qual seria o ponto de chegada?

A teoria então começava a tomar forma. Nesse exato momento, depois de delimitado os parâmetros e características do meio ambiente, a equação estava pronta a chegar à sua finalidade, mas de uma forma mais global e menos regional.

Tudo fazia parte de um *continuum* que fazia lembrar que a

questão principal da adaptação do homem estava ligada a uma questão muito maior dentro da arqueologia: a chegada do homem ao continente americano. O Evolucionismo não tinha sido esquecido: A questão principal agora girava em torno justamente de como este homem teria evoluído, como o homem americano chegou e se adaptou ao ambiente amazônico.

Meggers então admitiu o discurso sobre a teoria do Estreito de Bering e fez toda uma ligação fundamental com a teoria desenvolvida sobre a arqueologia amazônica. Para tanto corroboravam os vestígios. A problemática tornou-se então a “ausência” de artefatos que atestassem a passagem do homem primitivo pela Amazônia. Foi então, a partir das hipóteses, que o quebra-cabeça foi se constituindo.

Tinham-se alternativas, explicações como: a insuficiência de pedras apropriadas ilustraria provavelmente o fato de que instrumentos e armas foram feitos de madeira e de outros materiais, de rápida degeneração sob efeitos da umidade; somente o estabelecimento humano com muitos anos de duração acarreta modificações no solo capazes de revelar sua localização; os acampamentos de curta duração não deixam vestígios; a contínua oscilação do leito do rio e as aluviões anuais dificilmente permitiram que os terrenos da várzea que haviam sido adequados para ocupação humana, há alguns milênios atrás, ainda hoje estivessem intactos; a densa vegetação que encobre a superfície do solo esconde qualquer artefato que por acaso tenha permanecido no local.

(...) As flutuações foram suficientes prolongadas e pronunciadas, entretanto, para que se desse a especiação em alguns grupos e para que outros atingissem o nível de subespécies, de modo que cada vez que a floresta se alterava havia um aumento na diversidade da fauna e da flora (MEGGERS, 1977: p. 55).

As dificuldades são que as consequências dessas oscilações sobre os habitantes humanos são, e eram altamente especulativas. Mas, constituíram-se como indícios extraordinários numa explicação que encaixava, ou melhor, que completava outra referente à chegada do homem ao continente. O problema então estaria resolvido, se e somente se, *não fossem as exceções. Neste caso a exceção chamava-se Ilha de Marajó.*

Ora, as especulações linguísticas e comparativas davam conta de que as três famílias linguísticas dominantes eram provenientes do sudoeste amazônico e das vertentes andinas adjacentes; ambas compreendiam uma família que se disseminou amplamente pelas baixadas tropicais. Tal parâmetro autenticaria, identificaria migrações, e difusões ocorridas no sentido Andes-Amazônia, e não o contrário.

As pesquisas sob a adaptação ao ambiente Amazônico faziam parte de um conjunto que confirmava a potencialidade do norte e o centro da cordilheira dos Andes como centros de inovação (locais onde se desenvolveram inicialmente elementos tais como agricultura, a produção cerâmica e o Estado) na história da ocupação humana do continente (NEVES, 2006; p. 59).

Mas, como então explicar os “padrões” verificados nas cerâmicas da “fase” Marajoara com as reflexões desenvolvidas até então sobre as adaptações ao ambiente amazônico? Dentro desse quadro, a arqueologia de Marajó oferecia uma contradição: como explicar um registro arqueológico tão rico, aparentemente característico de sociedades hierarquizadas, em uma área supostamente marginal como a foz do Amazonas? (NEVES, 2006: p. 60).

As datações (a partir do C14 eram de 980 a.c. (SI-385)), bem como os padrões do registro arqueológico, foram interpretados e devidamente batizados como sendo da “fase Ananatuba”, e atestariam o desenvolvimento de uma cultura que, provavelmente com o período mais recente de recuo da floresta, tenha migrado de outras regiões que não era a Amazônica e penetrado nas baixadas trazendo consigo o conhecimento da confecção de cerâmica (MEGGERS, 1977; p. 56).

A exceção tinha sido adaptada à regra e, apesar de todas as incertezas ou certezas, a reconstituição da evolução da adaptação cultural aborígene a floresta tropical estava terminada. O projeto havia sido terminado em cima de hipótese e vestígios, seguindo as regras do método dedutivo. Mas a arqueologia não é feita a partir de deduções e induções? O perigo estaria nas deduções e induções arqueológicas ou no “todo coerente”?

O “todo coerente” de Meggers sustentava que a multiplicidade de línguas e sua distribuição, as mudanças do meio-ambiente, no caso as drásticas flutuações de clima e vegetação, tornavam compreensível uma leitura a considerar que alguns grupos emigraram

ou se adaptaram as condições em mutação, enquanto outros permaneceram em locais “encravados” na floresta. A separação de populações que estavam antes em interação teria conduzido à diferenciação lingüística e cultural, enquanto a adaptação a habitats semelhantes teria favorecido convergências culturais por grupos de origem diversa (MEGGERS, 1977; p. 57).

O perigo não estava ao formar o “todo coerente”, mas quando este veio a se tornar predominante em detrimento de outros que foram e são negados. A cultura, nesses termos, pode então, constituir-se num texto descritivo, redutor e “impenetrável” à medida que se erigem muros protetores e que sustentam um “todo coerente”.

Nessa tentativa de compreensão do passado amazônico, muitas vezes o conceito de cultura foi atrelado a uma natureza vista de forma inóspita e cerceadora de uma possível Complexificação Social.

A noção de cultura aqui é tomada a partir de uma realidade, experimentada pelos então habitantes da floresta, como conceito que tem o objetivo primeiro de delimitar o que pretensamente seria subordinado, minoritário e disperso, em relação aos vizinhos andinos.

Nesta comparação negamos que o homem é capaz de romper com muitas barreiras impostas por determinados ambientes e transformá-las. Pelo menos é o que foi entendido pelos discursos que se seguiram.

Nesse sentido, o homem pré-histórico amazônico não aparece na construção de um passado amazônico, a partir do momento em que há uma preocupação excessiva com o meio ambiente.

Anna Curtinius Roosevelt

Os trabalhos de Roosevelt, no âmbito da arqueologia Amazônica, surgem ou se delineiam como uma resposta às hipóteses e discussões sobre o impacto do ambiente na adaptação cultural suscitadas por Meggers. A partir da década de 1980, os trabalhos da pesquisadora Anna C. Roosevelt irão se constituir como a bandeira cujos tons de reação propõem uma imagem diferente para a pré-história amazônica.

A maior contradição na hipótese de Meggers estaria justamente na sua exceção. Roosevelt sustentaria a hipótese de que

a cultura marajoara não poderia ter origem andina, já que teve duração de 1000 anos, do século IV ao século XVI, sendo as representantes mais antigas da tradição polícroma da Amazônia (NEVES, 2006; p. 61).

Fazendo uma reavaliação dos trabalhos de campo anterior e se baseando, principalmente, no estudo dos artefatos e nos relatos etnográficos, a arqueóloga ofereceu à época e, deve-se dizer, ainda oferece, uma alternativa para aqueles que acreditam que o ambiente amazônico é rico para adaptação humana e fonte de inovação e difusão de cultura pré-histórica.

Se o meio ambiente, para Meggers, tornou-se a pedra de totem de seus trabalhos, podemos eleger a descoberta da caverna de Pedra Pintada como o ponto de partida dos trabalhos de Roosevelt. Pedra Pintada, não seria bem um “tipo”, mas fez diferença no início dos trabalhos, principalmente porque oferecia a tão sonhada datação (vestígios de ocupação de +11.000 anos) que, como um dado concreto, poderia confrontar toda uma série de hipóteses já estabelecidas e bem sedimentadas na arqueologia.

Desde 1983, à frente de um projeto de pesquisa na Amazônia brasileira, destacando não só as variações relacionadas aos seres humanos, mas também aos seus ambientes, a curadora de arqueologia do Museu Field e professora de antropologia da Universidade de Illinois em Chicago, pode ser apontada como a arqueóloga que deu um novo impulso a uma frente de pesquisa, silenciada muitas vezes por uma única voz na arqueologia amazônica.

Se, de um lado tinham-se as pesquisas que levantavam a bandeira da “Ilusão de um paraíso”, do outro lado Roosevelt dá asas àqueles que ainda acreditam na existência do “El Dorado”.

Sociedade

A história de Roosevelt na arqueologia Amazônica está intimamente ligada à proposta de retrospecto nas pesquisas aos ambientes das baixadas tropicais, com o objetivo de ajudar a elucidar na teoria da evolução cultural.

Era o consenso, no ponto de vista sobre a adaptação cultural, que a incomodava. Para ser mais exato, o sistema de floresta tropi-

cal relacionado e associado etnograficamente a pequenas e autônomas sociedades aldeãs.

Como então explicar que dentro dessas sociedades aldeãs pudessem existir chefes? Ou relatos da existência de uma densidade demográfica alta ao longo dos rios à chegada dos colonizadores? Como não associar esta demografia a um sistema de subsistência rico em sua agricultura e em seus recursos faunísticos?

A sociedade ou sociedades amazônicas, na leitura de Roosevelt, surgem de acordo com as problemáticas quantitativas. Sempre em respostas que viessem a contradizer as hipóteses anteriores. As questões não eram as hipóteses em si, mas as predições sem “dados” concretos.

O problema é que tanto as possíveis veracidades quanto as falhas em hipóteses não levaria a arqueologia amazônica a lugar nenhum, enquanto estas não tivessem em franco compromisso com teorias que visassem ao corpo de mecanismos e aos processos engendrados pela ação cultural tidos como prioridade (ROOSEVELT, 1980; p. 41). O significado daquilo que anteriormente tinha ficado obscuro ou vago precisava ser delimitado. O desenvolvimento cultural amazônico estava sendo visto sob vários focos, mas ele nunca foi a prioridade.

Qualquer hipótese das pesquisas anteriores vai se basear no potencial agrícola, na densidade populacional, nos recursos faunísticos, mas nenhuma tinha ainda sido capaz de objetivamente levar em consideração tanto o desenvolvimento demográfico quanto o cultural (ROOSEVELT, 1980; p. 56). Assim, para se traçar a sociedade amazônica através da leitura de Roosevelt, faz-se necessário delinear os problemas demográficos.

Ora, o principal argumento de sua teoria estava baseado na ideia de que na relação entre densidade populacional e mudança tecnológica havia a intensificação do uso da terra, onde o uso ou a combinação entre tecnologia e meio ambiente era possível visando aliviar os efeitos nocivos do crescimento da população sobre os recursos alimentícios (ROOSEVELT, 1980; p. 10).

Muito foi discutido que toda a população humana tem tendência a crescer pondo pressão aos recursos de subsistência, onde possivelmente os problemas para balancear os recursos seriam resolvidos à medida que se intensificasse o uso da terra. Neste caso,

a produção intensiva do cultivo de grãos deveria aumentar a capacidade do habitat de várzea, assim, o cultivo de milho teria tido um rápido desenvolvimento logo que introduzido e, consequentemente, ocorreu a intensificação da densidade populacional. Tais eventos deveriam produzir registros arqueológicos em franca correlação temporal com a primeira aparição do milho e crescimento de tamanho considerável em extensão de refugio das habitações pré-históricas (ROOSEVELT, 1980; p. 159).

Foi pensando em achar esse tipo de correlação que o projeto arqueológico foi construído, que os sítios e o tipo de escavação foram delimitados nas regiões por ela escavados. O campo foi cuidadosamente ou meticulosamente escolhido em virtude das propostas e predições de suas hipóteses. Mas qual é o campo que não o é?

Os estudos demográficos, então, deveriam desvelar essa sociedade pré-histórica amazônica. Voltamos então à criação de “tipos”. No caso do meio ambiente amazônico, nunca foi tão discutido a existência ou não de Cacicados. E, diga-se de passagem, os “Cacicados” era um conceito utilizado pelos Evolucionistas.

O desenvolvimento de culturas complexas requiere, por suposição, certa densidade populacional e jogos de subsistência que encorajam centralização política, estratificação social e especialização ocupacional. Os Cacicados Complexos eram a resposta a essas problemáticas.

O todo estava oferecendo uma base teórica que sustentava que a Amazônia durante sua pré-história suportou o estabelecimento de alta densidade populacional, que poderia ter propiciado o aparecimento de chefaturas, requerendo, assim, um sistema sociopolítico. Era o que, ao menos, as escavações e estratigrafias em larga escala indicavam (ROOSEVELT, 1980; p. 253).

As sequências cerâmicas, bem como a extensão e quantidade destas, poderiam dar dicas e indícios de quão “complexa” seria essa sociedade. Mas não dariam ainda “um quadro colorido” dessa sociedade. Era preciso mais para se chamar atenção. Qual era sua aparência, onde estavam localizados, se suas ocupações eram permanentes ou sazonais...

Ora, uma coisa era explicar essa sociedade a partir do ecossistema, a outra, seria basear sua hipótese não só nas evidências arqueológicas, mas nas etno-históricas. E foi por este último viés que a arqueóloga enveredou.

Foi considerando os relatos etno-históricos que ocorreu a reconstrução da história das sociedades complexas do período pré-histórico tardio e início do histórico. Essas evidências relatavam a existência de mudanças significativas nas várzeas amazônicas no referente às suas atividades, escalas e organização social durante o primeiro milênio, antes, e o primeiro milênio, depois, da era cristã.

A somatória dos vestígios da arqueologia pré-histórica antiga e os dados históricos, coletados nos relatos dos viajantes que aqui estiveram entre o século XVI e XVIII, revelavam a presença de sociedades complexas ao longo das várzeas dos rios da Amazônia. Extensos domínios unificados sob chefes supremos, organização social hierárquica subsidiada através de tributos, colheita intensiva de roças e fauna aquática. Belicosos e expansionistas, seu artesanato desenvolvido caracterizava-se por estilos artísticos difundidos sob as imagens humanas, motivos de animais e formas geométricas.

A densidade demográfica agregava-se ao longo das várzeas onde se dava as obras de terraplanagem para o controle da água, agricultura, habitação, transporte e defesa. O culto de urnas funerárias e adoração dos corpos e ídolos dos ancestrais dos chefes supunham que a organização social dos Cacicados estivesse estabelecida (ROOSEVELT, 1992: p. 71).

Onde estariam os Cacicados hoje? Isto seria outra questão, pois o mais importante já havia sido feito. Os Cacicados Complexos, as Sociedades Complexas, O Cacicado Amazônico, de alguma forma existiu e era aqui ressuscitado através da voz de Roosevelt.

A voz era clara e estava em franca oposição aos quadros da Teoria ambiental antecessora: *“Este rico e complexo quadro da Amazônia pré-histórica contradiz antigos pontos de vista baseados na ideia da pobreza ambiental (ROOSEVELT, 1992: p. 34)”*.

A questão então não estaria em discutir o uso das fontes, o caminho interpretado, a existência ou não dos Cacicados e sim na busca por uma identidade amazônica.

Concorda-se com Roosevelt quando esta diz que *“(...) faz-se necessário forjar laços teóricos e empíricos entre a arqueologia, a etno-história e a etnografia destes povos”* (ROOSEVELT, 1992: p. 58). Mas que tipo de papel está se desempenhando nas pesquisas amazônicas ao se fornecer informações comparativas para interpretações etno-

gráficas das sociedades atuais tecendo discussões a partir do nível de complexidade desses povos?

As questões parecem apenas ter modificado de lado; ao invés dos Andes temos a Amazônia; ao invés do meio ambiente inóspito e do modo de subsistência atual dos povos amazônicos temos os quadros etnográficos e as informações quantitativas.

Cultura

A proposta era uma nova visão da pré-história Amazônica, fazendo uma reavaliação do trabalho anterior que tinha em suas bases a teoria ambiental, então era preciso dar atenção ao que fora normatizado na proposta anterior: a Cultura Marajoara.

O “objeto” que foi considerado uma exceção no modelo de Meggers, agora, faria parte do modelo de Roosevelt com uma roupa diferente. A exceção não poderia mais ser considerada uma arbitrariedade. Ao contrário, as hipóteses levavam a crer e admitir que para a ocupação pré-histórica amazônica ocorreu uma sequência longa, complexa e difusora.

As culturas pré-históricas tinham sido associadas às influências, migrações e invasões provenientes do exterior. Mas suas pesquisas haviam fornecido novas informações (ROOSEVELT, 1992; p. 53). Essas novas evidências mostravam que a Bacia Amazônica há sete mil anos tinha sido palco do desenvolvimento da cerâmica mais antiga da região e quiçá das Américas (ROOSEVELT, 1991: p. 17).

A Cultura Marajoara era, de longe, o maior complexo social da América pré-histórica, caracterizava-se por seus longos aterros e sua elaborada cerâmica, conhecida não só pela unicidade de suas incisões e pinturas (o Horizonte policromo), como também pela larga escala da cerâmica cerimonial feita para festividades e funerais (ROOSEVELT, 1991; p. 27).

Essa população provavelmente dominou uma área por mais de mil anos, enterrando seus mortos no topo de montículos. Esta fase é considerada como o ápice da ocupação pré-histórica e suas características culturais tais como vasto domínio, grandes montículos construídos, e primorosa cultura material, dão pistas de como eram os termos organizacionais e funcionais dessa sociedade.

O interesse fica ainda maior quando se compara às sociedades Amazônicas remanescentes e se faz um histórico da Evolução Cultural Amazônica. Essa sociedade complexa primitiva de origem indígena habitou as terras baixas tropicais, onde supostamente nenhuma cultura complexa poderia se desenvolver (Id, 1991; p. 27).

Marajó mudava toda uma gama de teorias e formulações que dava significativa importância aos conceitos relacionados à teoria ambiental. Tudo leva a crer que a Cultura Marajoara, “rica em complexidade”, é a representação de uma sociedade estratificada. O problema talvez estivesse no verbo...

Contudo, essas peculiaridades arqueológicas não são necessariamente evidências definitivas de uma organização socioeconômica e política já que outras informações específicas são necessárias antes que o funcionamento e a estrutura de uma sociedade possa ser caracterizada (Ibid, 1991; p. 95).

As observações quanto ao domínio aparente dos sítios, relacionando às hierarquias e as diferenças funcionais entre os sítios, entravam em acordo com uma organização de Cacicados, indicando uma variabilidade fisiológica do povo marajoara, mas isso não podia ser o suficiente para afirmar a existência de uma sociedade estratificada com o predomínio de Cacicados. Existem numerosos objetos a serem estudados, bem como sítios a serem sistematizados. As evidências mostram que havia diferenciação de alguma forma, inclusive nas representações simbólicas. A segregação da cerâmica cerimonial do contexto doméstico no Teso do Bichos sugere divisões. Mas ainda há muitos projetos a serem levados adiante, como mais escavações e estudo osteológicos e biológicos.

Era necessário dar prosseguimento ao projeto arqueológico de Marajó. As direções dos trabalhos futuros já haviam iniciado. Não havia sido terminado, porém, o projeto era o suficiente para contradizer a hipótese de que nas terras baixas tropicais fosse inadmissível a existência de um “paraíso”.

Se, de antemão suas perspectivas de trabalho já anteviam uma dicotomia com os pressupostos dos trabalhos desenvolvidos na Amazônia entre as décadas de 50 a 70, definitivamente as evidências de Marajó davam esta base, bem como solidificaram trabalhos

que tinham sido desenvolvidos e que dentro da arqueologia não tinham sido ouvidos com clareza.

O simbolismo que a Cultura Marajoara inseriu na arqueologia foi tão grande que o caráter hipotético de sua narrativa, da narrativa de Roosevelt, fez-se ouvir como determinações últimas e não primárias.

A questão dos pressupostos a serem validados já não era tão importante, desde que se tivesse uma bandeira levantada contra outra racionalidade que, por muito tempo, tinha predominado nos estudos na região. A construção de uma sistematização primária (o quadro etnográfico) correlacionado com uma sistematização secundária (o uso de dados quantitativos) produziu outra racionalidade que abria uma janela possível de ser explorada e liberdade àqueles que não concordavam com a teoria do “falso paraíso”.

Qual seria o real perigo de ressuscitar a ideia de existência do “El Dorado”? Percebê-lo na arqueologia através da tripartia agricultura, cerâmica e complexidade cultural? Porque uma coisa é certa, ninguém duvida do trabalho construído por Roosevelt! O desentendimento não estaria na racionalidade construída. *“O conhecimento depende das condições, possibilidades e limites de nosso entendimento” (MORIN, 2005: p. 139).*

O perigo que salta aos olhos é de se partir do princípio de que existem problemáticas a serem percebidas através de questões respondidas, não a partir de dado em si, mas de respostas teóricas prévias.

Como entender a direção dessa relação teoria - fontes ou fontes - teoria, se o objeto é construído em função de um problema? E, mais precisamente, meus dados, por que deixá-los cristalizados? A desconstrução ou a atualização de uma determinada teoria se faz com as questões que se fazem as fontes? A problemática reside na leitura que se fez de Roosevelt, que tomou suas problemáticas como se fossem dados.

Meio ambiente

Algo já se foi dito sobre o uso das informações quantitativas na busca de características tanto do modo de subsistência como do meio ambiente antigo. É preciso ressaltar que o meio ambiente

na teoria de Meggers foi um fator fundamental para se montar um quebra-cabeça da arqueologia Amazônica. No caso da teoria de Roosevelt, o meio ambiente viria como o principal contraponto a ser entendido, já que a contradição da visão de Meggers para Roosevelt estaria justamente em como esse meio ambiente foi interpretado.

Essa interpretação da Amazônia sugeria um ambiente pobre para o homem, um “falso paraíso” que inibiu o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural (ROOSEVELT, 1992; p. 53).

Sua argumentação colocava uma série de princípios e assertivas baseada no potencial de subsistência dos dois maiores habitats da Amazônia: a floresta e as planícies inundáveis. Baseada em evidências empíricas, seu argumento era suficiente forte e seguro (ainda que essas evidências fossem apresentadas como hipóteses) para que se pudessem rejeitar as hipóteses existentes sobre a baixa produtividade das zonas ecológicas amazônicas e sua relativa tecnologia de subsistência (ROOSEVELT, 1980; p. 79).

Se havia, segundo as evidências, um contraste significativo entre o potencial de subsistência entre a floresta tropical Amazônica e as planícies inundáveis, haveria grandes diferenças no que concerne à qualidade de terras para a agricultura mudando sobremaneira a visão do sistema de subsistência Amazônico.

Essa diferença no potencial de subsistência deveria ser notada antes de tudo na viabilidade e na utilidade da fauna. A enorme vantagem dos recursos faunísticos existentes na floresta tropical cairia por terra por conta da massa de fornecimentos de alimentos a ser derivada dos lagos, onde ocorre o represamento da água, bem como na vegetação aquática que tem chance de desenvolver certa densidade nas populações de animais. Essa densidade só seria possível no período de vazante do rio. Mas, mesmo com as limitações da margem do rio e considerando as faunas dos lagos, haveria uma vantagem das planícies inundáveis sob a floresta nos assentamentos em longo prazo, ligeiramente maior. Mas somente isso não seria o suficiente para produzir o enorme contraste existente entre essas duas regiões evidenciadas à época do contato (ROOSEVELT, 1980; p. 158).

Sem dúvida que o contraste substancial residiria na presença de plantas apropriadas para o cultivo na planície inundada. Larga

quantidade de nutrientes foi absorvida a cada ano e a curta maturação do cultivo de grãos era conveniente ao cultivo anual em ricos solos aluviais, o suficiente para sustentar o crescimento populacional nas regiões de planícies inundáveis. Uma boa quantidade de nutrientes estava diretamente acessível ao sustento humano e que não dependia apenas da captura de animais. A escassez da proteína animal durante o período de chuvas podia ser amenizada por conta da armazenagem de grãos, em detrimento de uma gordura animal em condições quente e úmida (Id. 1980; p. 158).

A absorção da domesticação de grãos não alteraria a capacidade do manejo humano nas regiões florestais. A proteína produzida da habilidade das plantas é prejudicada quando estas crescem num solo pobre de mata tropical, e sua cultivação impede a regeneração da vegetação florestal, que é o último recurso de nutrientes para a agricultura.

No entanto a argumentação chegava ao seu objetivo: a tendência das populações é crescer, pressionando assim os recursos de subsistência. Dessa forma, possivelmente os problemas seriam solucionados, através da intensificação progressiva do uso da terra que se deu provavelmente com o cultivo de grãos, e tais eventos deveriam ter produzido vestígios arqueológicos.

Os três subitens aqui expostos, juntos, se tornariam uma “totalidade”. A racionalidade desses procedimentos está não só relacionada a objetivos específicos, mas também a um fator principal.

Eu não posso fazer qualquer julgamento sobre a racionalidade do caminho que você pretende proceder até você me dizer o que você esta tentando executar. Quando este princípio é aplicado no exame de qualquer discussão científica, a identidade dos domínios empíricos do fenômeno que a ciência tenha escolhido como seu tópico subjetivo é de importância soberana (BINFORD, 2001; p. 669).

A totalidade de Roosevelt era polêmica. Não apenas porque havia em sua base discussões metodológicas e arqueológicas de interpretações de trabalhos feitos entre as décadas de 50 a 70. Mas suas interpretações assumiram um cunho de criticismo considerado por alguns exacerbado.

Alhures a essas questões de identidades e gerações diferentes, a estranheza causada por essa totalidade não estaria no fato de que esta produção tinha ou produzia “versões de verdade”, já que dependia muito dos pressupostos ou tendências da época em que foram promulgadas. Mas sim porque em seu objetivo último mudava, ou melhor, enriquecia as possibilidades de interpretação antropológica e arqueológica aceitas sobre o desenvolvimento cultural indígena no Novo Mundo.

A “janela” estava aberta e indicava um modo totalmente diferente do que até então se aceitava como certo de evolução das sociedades amazônicas e, que dirá também, produziria mudanças na evolução de outras sociedades externas a região Amazônica. A produção sugeria e implicava numa inversão de processos. Sinalizava, assim, que a pré-história das Américas necessitava ser compreendida por outros parâmetros. O ruído produzido pelas hipóteses de Roosevelt chegava a ser maior do que sua teoria ainda inacabada.

Os dados mudam uma teoria, mas deve-se lembrar de que estes são também sistemas dedutivos. Assim nenhuma teoria é reflexo do real. São “verdades científicas” estruturadas a partir de uma coerência lógica (MORIN, 2005: p. 152). Sua teoria não foge à regra e foi estruturada dentro das regras científicas empiristas e lógicas aqui apresentadas. Mas nem sempre, ao se mutilar um objeto, percebe-se a ação, suas intenções e, sobretudo, suas possibilidades de derivações. Esse talvez seja um perigo constante no qual estamos submetidos.

Uma ação se define não tanto em relação as suas intenções, mas, sobretudo em relação a sua derivação. Assim que uma ação entra no contexto das inter-retroações políticas e sociais, pode inverter seu sentido e até voltar (...) (MORIN, 2005: p. 152).

No jogo de possibilidades, apesar de construir uma racionalidade sob a perspectiva do contraponto, a voz continuava a ressoar dentro de uma linha difusionista, só que numa inversão de lados. O modelo era “pretensamente” diferente, mas em seu diálogo acabou quase que naturalmente alimentando uma arqueologia distante do “falso paraíso”, porém muito próximo à eterna ilusão do “El Dorado”.

CAPITULO V

O mundo-texto arqueológico amazônico

Muito já foi dito sobre “o velho e o novo” na arqueologia Amazônica. A trajetória dessas duas mulheres é uma obrigatoriedade na leitura de quem quer iniciar os passos na Arqueologia Amazônica, tanto pela sua importância teórica quanto pelo pioneirismo. Talvez tenha sido pela curiosidade de aprender como aconteceram os primeiros trabalhos arqueológicos na Amazônia, que direcionei a pesquisa ao que seria o “falso paraíso” e da ilusão de um “Novo El Dorado”.

Nesse procedimento, acabei por me afastar dos objetos em si, seja de conjuntos cerâmicos aos trabalhos de prospecção, e acabei por me aproximar das Teorias. Sem “as terras debaixo das unhas” fui adentrando nos meandros de dois mundos pretensamente diferentes. Nesse contínuo acabei me dando conta que apesar de não ter “uma quadricula” ou um “conjunto cerâmico” para estudar, não estava tão distante assim da cultura material.

A cultura material é o nome convencional para o rendimento tangível da conduta humana. É o termo ímpar, cultura material, para cultura é imaterial. A cultura é o modelo na mente, interna, invisível e transitória. (...) A cultura material é a cultura feita material (...). Começando necessariamente com as coisas, mas não terminando com elas, o estudo da cultura material usa objetos para aproximar o pensamento e a ação (GLASSIE, 1999; p. 41).

É preciso que tenhamos sensibilidade para podermos saber um pouco sobre a cultura que infelizmente, ou felizmente, só pode ser observada através de flashes e sucessões; pedaços do sensível, que estão na materialidade e a ultrapassa (GLASSIE, 1999; p. 42).

Mas minha sensibilidade como cabocla não me redime da minha intencionalidade. Confesso que fui motivada pela pergunta

incessante de qual seria a importância dessas “arqueologias” para a região em que nasci. Porém, tinha uma problemática maior a resolver; Como chegar nessas arqueologias? Como ter acesso a essas duas produções?

Não esqueçamos que a arqueologia é acima de tudo o que se produz! Ou seja, uma relação estabelecida entre texto e leitor, já que os objetos que estudamos tomam parte no mundo das significações, ou melhor, adquirem voz a partir dos textos que produzimos e lemos.

O conceito de significação admite duas interpretações que refletem a dialética principal entre evento e sentido. Significar é o que o falante quer dizer, isto é, o que intenta dizer e o que a frase denota, ou seja, o que a conjunção entre a função de identificação e a função predicativa produz. Podemos conectar a referência do discurso ao seu falante com o lado eventual da dialética. O evento é alguém falando. As línguas não falam, só as pessoas (RICOEUR, 1976: p. 24).

Se havia realmente essas “arqueologias”, certamente elas estariam nos textos. Os textos são como símbolos, fixam as significações públicas. Os cientistas sociais deveriam estudar o significado ao invés do comportamento, procurar o conhecimento mais do que as leis causais e rejeitar as explicações mecânicas das ciências naturais em favor das explicações interpretativas. (GEERTZ, 1989: p. 95)

Dentro da dialética de evento e significação, é necessário atentar para o significado da enunciação - que é o lado “objetivo” deste significado e o significado do locutor na tríplice, a saber: auto-referência da frase, dimensão ilocucinária e da intenção de reconhecimento pelo ouvinte (o lado “subjetivo” da significação) (RICOEUR, 1976: p. 31).

Neste caso, a intenção de reconhecimento do ouvinte, o lado “subjetivo” da significação, chama atenção, pois se fazem presentes através de rótulos. Estes, até hoje, não se fizeram adequados o suficiente para uma boa interpretação dos dois modelos aqui estudados; um, que preconizou o meio ambiente e o outro, que se estabeleceu como um posicionamento divergente ao da corrente anterior. Seguindo os princípios gerais de análise e interpretação dos textos teóricos históricos, não se tem como objetivo a simples reprodução ou crítica negativa, bem exposta por Kern (2001);

O objetivo da análise de um texto não é a sua repetição como paráfrase. Repetir um texto sem nenhuma explicação nem análise crítica, é inútil para o conhecimento. A repetição pura e simples das ideias e da argumentação teórica de um autor é uma má reprodução. Em primeiro lugar, porque não faz justiça à inteligência do autor, pois na maioria das vezes é uma má repetição, por não ser acompanhada de nenhuma reflexão, o que demonstra uma péssima compreensão. Julgar que a simples reprodução das afirmações de um autor, suas ideias e posturas teóricas são suficientes, do ponto de vista da compreensão, apenas evidencia uma postura a - crítica e irracional (KERN, 2001; p. 22).

As críticas foram “mal comportadas” sim! Pioneiras, ultrapassadas, novas, porém, empiristas, não são adjetivos maduros o suficiente para se perceber construções que merecem, antes de tudo, ser contextualizadas. Este respeito só pode vir do contexto.

Muito se tem tratado sobre o estudo do poder relacionando ao estudo do passado (SHANKS e TILLEY, 1987) e sobre o estatuto da arqueologia pública relacionando narrativas históricas e arqueológicas com as realidades sociais e as ideologias (FUNARI, 2001).

Entretanto, este tipo de arqueologia não pode ser desvinculado do contexto. A insinuação de um complexo ou uma totalidade criada na arqueologia amazônica, seja ele contraditório ou fragmentário, homogêneo ou linear, precisa ser entendido como uma narrativa e não dentro de uma uniformidade de conceitualizações. A pergunta está mais em como dar vozes a outras narrativas do que apenas se criar um espaço de críticas e ataques que não possibilitam um diálogo.

Esse é precisamente o ponto: não se podem desvincular os trabalhos do contexto social, político ou econômico, nem seria desejável fazê-lo. Uma compreensão da arqueologia, e da narração histórica que essa produz está inevitavelmente vinculada ao contexto em que vive o pesquisador, e este tem uma responsabilidade para com este contexto. Caso contrário, por qual razão se iniciaria uma pesquisa arqueológica? (KOJAN & ANGELO, 2005)

Meggers foi uma profunda influenciadora e formadora dos primeiros arqueólogos brasileiros. Sua primeira visita pelas terras

baixas sul americanas datam de 1948 e são também associadas aos trabalhos de campo. Havia uma grande necessidade de formação de arqueólogos brasileiros, já que a pesquisa era dominada na sua maioria por pesquisadores de formação estrangeira. (MEGGERS, 1992: p. 13)

Muito estava por ser feito, existia um campo inteiro a ser pesquisado. As terras baixas eram um laboratório natural quase que pedindo pra que fosse explorado. Ela o fez. E em sua bagagem trazia parâmetros e perspectivas já bem delimitadas em sua formação. E foi essa formação que ela passou adiante.

Como vimos, a arqueologia de Meggers tinha como ponto principal o Evolucionismo, principalmente, dentro das vertentes de três pesquisadores: Boas, White e Sterward. Porém, sem dúvida nenhuma, foi através de sua última matriz que ela foi interpretada. Esta tinha como possibilidade as áreas das terras baixas adjacentes aos Andes Orientais como possível zona de difusão. Logo, este modelo estabelecia uma perspectiva que colocava a Amazônia em um contexto periférico. A arqueologia da década de 40 tinha influências do conceito de cultura da floresta tropical, modelo que foi caracterizado como “periférico” ou “Standard Model”. (NEVES, 2000: p. 89)

O homem é um animal e como todos os animais, deve manter uma relação adaptativa com o meio circundante para sobreviver. Embora ele consiga esta adaptação através da cultura, o processo é dirigido pelas mesmas regras de seleção natural que governam a adaptação *biológica*. (MEGGERS, 1977: p. 10)

A regra era clara: sua pesquisa desenvolvia uma relação contínua entre cultura e meio ambiente. Esse meio ambiente foi caracterizado, principalmente, a partir de parâmetros fundamentais para uma melhor subsistência e adaptação. Em seus absolutos fazia uma diferenciação entre os ambientes de terra firme e o de várzea, delimitando em cada um seu potencial de subsistência.

Esses padrões de subsistência, principalmente o agrícola, demonstravam na maior parte de seus variáveis agentes, limitadores na emergência de complexidade social ao invés de facilitadores. Eis que se tinha o modelo da Amazônia como “falso paraíso”; os aterros Marajoaras como sinônimo de “decadência”.

Ora, alguém já disse uma vez: “*O passado precisa de palavras*”. Quem dá forma ao passado somos nós, historiadores e arqueólogos. A somatória da autoridade das fontes, sua credibilidade e sua força de argumentação foram o suficiente para forjar o mito que sinalizava ser a Amazônia o real inferno verde.

Mais uma vez, a dialética da significação e acontecimento é exibida na sua plenitude pela escrita. O discurso é revelado como discurso pela dialética do endereço que é simultaneamente, universal e contingente. Por um lado, é a autonomia semântica do texto que abre o âmbito de leitores potenciais e, por assim dizer, cria o auditório do texto. Por outro, é a resposta do auditório do texto. Por outro, é a resposta do auditório que torna o texto importante e, por conseguinte, significativo. (RICOEUR, 1976: p. 43)

O diálogo estabelecido tomou um caminho ou viés de mão única; a teoria de Meggers para alguns foi associada apenas ao ambiente, a “teoria ambiental”, para outros a associação feita foi o de “pobreza ambiental”.

É assim, portanto, que a Amazônia construída toma lugares e formas inesperadas, sua imagem é quase imperceptível ao consciente daqueles que a forjam (GODIM, 1994: p. 272). A fotografia da Arqueologia Amazônica passou a ser estruturada dentro dessas perspectivas. A perpetuação de uma determinada interpretação se fez sentir por muito tempo, até o ponto em que viesse uma nova interpretação.

A ousadia de Roosevelt começou ao desafiar as vozes preponderantes. Primeiro, pelo fato de desenterrar vestígios arqueológicos de considerável datação numa região úmida e de temperatura quente. Segundo, porque ao dar voz a uma cultura que teria evoluído em plena Bacia Amazônica no período paleolítico, abre uma janela para novas discussões sobre a ocupação do continente americano.

Há de se marcar que, ao invés de se dar ouvido a mensagem de que o homem não era tão limitado como se pensava, passou-se a ouvir a existência de uma civilização complexa na Amazônia.

Apesar de seus trabalhos de prospecção na Amazônia datarem a partir de 1981, é definitivamente entre os anos de 1991-92

que seu trabalho ganha voz, estabelecendo uma dicotomia na Arqueologia Amazônica. Suas hipóteses de trabalho já previam de antemão estabelecer essa dicotomia com pressupostos teóricos de trabalhos anteriores aos seus. E também chamava atenção para pesquisadores como Carneiro (1970) e Lathrap (1970, 1974), que já propunham um novo enfoque para a Arqueologia Amazônica.

Chama-se atenção aqui para dois princípios norteadores: a emergência de culturas complexas na Amazônia, e que possivelmente esta região seria uma zona difusora; e para o quadro etnográfico da Amazônia, que a autora considerava mal interpretado e pouco explorado, já que as ocupações contemporâneas exemplificam um quadro esparso, de agricultura simples e organização rudimentar.

A proposta era estabelecer uma nova visão da pré-história Amazônica a partir dos trabalhos de campo e da reavaliação dos trabalhos de campo anteriores. O modo de subsistência e o meio ambiente foram trazidos à tona através de parâmetros da pesquisa feita na agricultura, cerâmica e Complexidade Cultural. Seu processo final admite para a ocupação pré-histórica Amazônica uma sequência longa, complexa e difusora.

Ocorre que, mesmo que indevidamente, as teorias, ou melhor, tratando, os textos, tanto de Meggers quanto de Roosevelt, por possuírem significações abertas aos seus leitores, podem sofrer da tão problemática dinâmica de apropriação do texto por parte de seu leitor. Essa própria dinâmica gera a de interpretação. A problemática então se torna outra: a da redundância, os vários ou a unilateralidade de sentidos passa a fazer parte da significação como um fator externo ao texto.

Ora, os capítulos anteriores deram ênfase às atitudes dessas duas arqueólogas como autoras de textos. Tentou-se perceber a partir de que parâmetros elas construíram suas narrativas. Efetivamente, o objetivo era tentar estabelecer correlações entre seu arcabouço teórico e suas inferências intelectuais.

Há de se dar mais crédito a este exercício, que deve ser com frequência utilizado. Porque dão destaque, não só às construções intelectuais, enquanto produções históricas, mas também possibilitam que a teia do conhecimento não fique circunscrita somente a

uma teoria, mas que se amplie. Assim salienta Constantino (2002) sobre a questão de produzir inferências ou desvelar significados:

Faz-se inferências, por exemplo, ao compatibilizar um conteúdo lido com alguma corrente teórica. Faz-se inferência a partir dos elementos básicos de um texto. Infere-se ao tentar saber quem é o emissor, quais suas filiações teórico-ideológicas, quais suas concepções de mundo, seus interesses de classe ou de categoria social, quais os traços psicológicos que evidencia quais as suas motivações ou expectativas. Infere-se ao indagar sobre as características do próprio texto, tais como: por que foi produzido, para quem foi enviado, qual o efeito causado por ocasião da publicação. (CONSTANTINO, 2002: p. 5)

Em Meggers, suas atitudes na ênfase e nas formulações tecno-ambientais são fruto de um contexto ou uma tendência neo-evolucionista, dominante na antropologia norte-americana e popular durante as décadas de 1960 e 1970. White (adotou o determinismo tecnológico acreditando na tecnologia como fonte de progresso social) e Sterward (adotou o determinismo ecológico) eram suas leituras. (TRIGGER, 2004; p. 281, 286)

Mas há também outro autor, tão importante quanto os outros dois. Este de olhar mais humano e cuja vertente em Meggers precisa ser mais bem explorada: Boas. Talvez este possa ser apontado como o autor que toca em sua teoria e a faz mudar determinados esquemas.

Meggers não apenas colocou a Cultura (Cultura = Energia x Tecnologia / $C = E \times T$) como incógnita da primeira equação, como também não descartava o particularismo histórico. Era totalmente de acordo com o que Boas afirmava sobre a impossibilidade dos esquemas evolucionários entenderem ou abarcarem o estudo das particularidades culturais. (MEGGERS, 1960: p. 302)

Talvez a problemática estivesse nas outras duas incógnitas ou no “enquadramento” dado à Arqueologia Amazônica. A questão é que, quando numa “visão geral” de seu trabalho, surge a questão de como não incorrer na epígrafe de reduzir o que pretensamente seria arbitrário.

Para Roosevelt, a questão estaria mais em torno de como construir um plano geral a partir de pressupostos a serem ainda vali-

dados e não tê-los ou insinuá-los como respostas. A construção de seu trabalho se deu através de uma sistematização primária, o uso dos dados quantitativos, correlacionando-os a uma sistematização secundária (o quadro etnográfico). Indicam uma característica comum, bem como uma tendência de uma época.

A Nova Arqueologia admitia em seus processos, na busca por uma maior compreensão da mudança cultural, a crescente valorização não só da ecologia como também a dos padrões de assentamento. Sem dúvida nenhuma, os conceitos dessa escola foram popularizados e enriquecidos por sua figura principal: Binford (TRIGGER, 2004; p. 286-287).

“Mas não só de Binford vive a arqueologia”. E a de Roosevelt não é diferente! Nas suas leituras há um retrocesso no que concernem as escolas e seus respectivos períodos; há Childe, que sem dúvida alguma não foi um típico evolucionista unilinear como é acusado.

Childe afirmava que o significado de qualquer generalização só podia ser estabelecido em relação com os contextos históricos específicos, porquanto as regras que explicam o comportamento humano, tal como o próprio comportamento humano, variam com o desenvolvimento de novas formas de sociedade. A evolução humana é criativa. Dessa forma, as Leis são apenas descrições gerais do que é observado e, como tais, declarações de probabilidades, com graus variáveis de aplicabilidade. (TRIGGER, 2004; p. 251)

Portanto, Roosevelt foi à busca do contraponto das “leis” que enquadravam o ambiente amazônico a uma só fórmula, e achou referencial teórico em pesquisadores da Amazônia que já suspeitavam dessas leis, entre eles, Lathrap.

E, na busca por esses autores, percebe-se que há ao menos um ponto em comum nas duas. Provavelmente porque a questão em comum partilhada por elas é uma pergunta inerente à disciplina arqueológica: como a espécie *Homo Sapiens* vem a encarar ou lidar com a transformação através do tempo. Podemos, então, entender um pouco sobre como ele vive seus mecanismos externos (crenças, valores, comportamentos e formas sociais) e assim inferir sobre sua cultura.

Agora, há também de se direcionar o olhar para “o outro lado da moeda”. Nele há de se encontrar o leitor, que também é res-

ponsável por um “cem números” de interpretações. Daí cresce a responsabilidade dessas arqueólogas (ou quaisquer outros arqueólogos que aqui não estão em questão) como autoras de narrativas. A responsabilidade do ato de escrever está intrinsecamente ligada ao ato de produzir significações.

Vejamos o caso de Meggers: sua teoria produziu uma identificação que reduzia a Arqueologia Amazônica ao meio ambiente; suas respostas induziam a uma totalidade caracterizada por sequências curtas, simples e derivadas de outras culturas. Talvez, por ela ter sido uma das pioneiras, ou não, sua voz durante muito tempo foi não só uniforme como unissonante com “outras Arqueologias Americanas”. Sua Arqueologia finalmente dava conta do *por que* nas terras baixas não haver uma civilização tal como a Incaica ou Asteca. Seu jargão foi, sem dúvida, o de que a Amazônia era o “falso paraíso”. Logo se via a formação de duas correntes, os que eram a favor do “falso paraíso” e os que ainda se agarravam no fio da existência de “algo diferente” na Amazônia.

Agora vejamos Roosevelt: estabeleceu uma franca dicotomia em relação à teoria precedente. Sua problemática não envolve o meio ambiente, mas a busca por respostas não em dados, e sim em questões teóricas prévias. Para além de ter construído uma arqueologia que se identificasse com a “busca pelo El Dorado”, seu principal problema está em ser lida como a Arqueologia que adota respostas como se fossem dados. O caráter hipotético da teoria de Roosevelt foi ignorado. Só necessariamente se apresenta e se faz claro quando se tenta perceber sua metodologia. De qualquer forma, sua narrativa foi aceita como um monumento em favor do “novo El Dorado”.

A tentativa aqui é tentar fazer um exercício de compreensão do universo do outro. Sobre esta dinâmica, chama a atenção para três fatores em particular: primeiro, que o sentido do texto é sempre um sentido para; segundo, que compreender o texto é entender para quem o sentido se faz; terceiro, a cultura pode ser lida, seus sentidos podem ser lidos na chamada “leitura de segunda mão”. Assim, compreender significa, de certa forma, comungar de determinada interpretação e, de certa forma, por ele ser influenciado (GEERTZ, 1989: p. 41).

Sobre o exercício de intencionalidade do texto, atenta-se;

O texto é mudo. Entre o texto e o leitor, estabelece-se uma relação assimétrica na qual apenas um dos parceiros fala pelos dois. O texto é como uma partitura musical e o leitor como o maestro que segue as instruções da notação. Por conseguinte, compreender não é apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é gerar um novo acontecimento, que começa com o texto em que o evento inicial se objetivou. (RICOEUR, 1976: p. 87)

Parece claro que cresce a responsabilidade, não só como autor, mas leitor de textos. A narrativa da pré-história é feita através da Cultura Material e não deixa de estar relacionada a identidades. Chamo atenção particular às identidades locais, bem como as nacionais. Que tipo de narrativa tem por base, seja o “falso paraíso” ou o “El Dorado”. Se “ler é partilhar”, quais são as implicações de racionalidades construídas sob quaisquer parâmetros implicando o nível ou a complexidade de determinadas sociedades, seja em nível superior ou inferior.

Ora, é quase que impossível não perceber a importância que essas duas mulheres tiveram, em certa medida, na construção de uma identidade local e nacional no referente à Arqueologia Amazônica. Os questionamentos sobre seus procedimentos, seus objetivos, e suas escolhas, coincidem com uma tentativa de ultrapassar a máscara do tema “passado pelo passado”, focalizando nesse passado uma referência a explicações futuras. Qual a importância dessas “arqueologias” para a sociedade contemporânea?

A tentativa não é estabelecer um julgamento, mas se buscar um diálogo:

In a good dialogue or conversation one listens to what the other says and tries to work out what they mean, tries to understand, to make sense. Translation may be essential to this, performed either by a separate interpreter or by the parties of the dialogue themselves. Further questions might be asked and points put forward base on what has already been heard and understood. The idea is that dialogue moves forward to a

consensus (of sorts) which is more than the sum of the initial positions. (SHANKS & HODDER, 1995: p. 6)

Sahlins (1976), a partir da crítica da ideia de que culturas humanas são formuladas a partir da atividade prática, ou seja, do interesse utilitário, propõe que estas dimensões possam vir a ser pensadas de outra forma, ou melhor, uma razão de outra espécie: a simbólica ou significativa. As teorias da utilidade objetiva são naturalistas ou ecológicas. Já a de ordem simbólica toma como qualidade distintiva do homem não o fato de que ele deve viver num mundo material, circunstância que compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única (SAHLINS, 1976: p. 7).

Por isso, não é fácil sustentar uma pesquisa em que não há uma explicação funcional, mas, para que ela não seja o suficiente para que se possa abrir o viés do sistema significativo, é preciso que esse valor funcional seja sempre relativo e até dependente de um esquema cultural. Desenvolver uma perspectiva cultural e simbólica dentro das pesquisas arqueológicas amazônicas seria uma alternativa de libertá-la das amarras do naturalismo e de perspectivas quantitativas. Algo que não se prendesse ao simples esquema de “Inferior ou Superior”.

Como corolário específico, nenhuma forma cultural pode ser interpretada a partir de um grupo de “forças materiais”, como se o cultural fosse a variável dependente de uma inevitável lógica prática. A explicação positivista de certas práticas culturais como efeitos necessários de alguma circunstância material, seja para uma técnica específica de produção, seja para um grau de produtividade ou diversidade produtiva, ou para uma insuficiência de proteínas ou escassez de adubo – qualquer proposta científica desse tipo seria falsa. Isso não quer dizer que sejamos forçados a adotar uma alternativa idealista, imaginando que a cultura caminha sobre o ar rarefeito dos símbolos. Não é que as forças e as limitações materiais sejam deixadas de lado ou que elas não produzam efeitos reais na ordem cultural. É que a natureza dos efeitos não pode ser interpretada a partir da natureza das forças porque os efeitos materiais dependem de

sua localização cultural. A própria forma de existência social da força material é determinada por sua integração no sistema cultural. A força pode então ser significativa – mas a significação é, precisamente, uma qualidade simbólica. Ao mesmo tempo, esse esquema simbólico não é em si mesmo o modo de expressão de uma lógica instrumental, porque de fato não há outra lógica no sentido de uma ordem significativa, a não ser aquela imposta pela cultura sobre o processo instrumental. (SAHLINS, 1976: p. 205)

Sendo mais específicos, é procurando o humano, a arte no cultural, o cultural no material, que se adentra no mundo e se encontra os objetos. Os Artefatos ajustam a mente no corpo, o corpo no mundo. O mundo incorpora o artefato enquanto matéria de um objeto. Eles carregam as cicatrizes deixadas no corpo em movimento. Relembrem a tecnologia pela qual a natureza foi feita cultural, e eles encarnam a mente do criador, imprimindo as decisões cometidas em seu fazer. (GLASSIE, 1999: p. 42)

Ao chamar, tanto os objetos feitos de palavras quanto os objetos feitos naturalmente como texto, se recupera para a cultura material termos que exprimem e esclarecem ações verbais. O texto é uma entidade tecida junto de outras entidades; um texto, e o processo pelos quais outros textos são criados, coloca cultura material e linguagem em conexão. Uma palavra sozinha nada significa. A palavra toma um significado quando associada.

Os objetos e as palavras estão vazios quando isolados, são arbitrários. Mas essa arbitrariedade desaparece quando elas se abrem ao diálogo. O trabalho do arqueólogo requer quantidade, complexidade, e uma maneira para proceder. Mas o velho par, do texto e do contexto, pode servir para ordenar esse esforço já que todos os objetos são simultaneamente, jogos de peças e peças de jogos. São os textos, jogo de peças, para o qual o significado é trazido, fixando-os nos contextos, analisando-os como parte dos jogos. (GLASSIE, 1999: p. 45-47)

Embora o contexto seja mais duro. É a tentação etnográfica de reduzir ao contexto do observável, prestando atenção aos movimentos corporais enquanto sutis significados escapam. É a frustração do arqueólogo, ser-lhe negado o acesso direto a

maioria dos contextos, porque são mais do que internos e transitórios mais que palpáveis e duráveis; são culturais mais do que materiais.

Textos têm limites, significados não, e o analista que caça significados recolherá tanta informação quanto possível para construir tantos contextos quanto for possível. Então como texto é achado de contexto para contexto, associações serão montadas e se multiplicarão. A leitura torna-se rica. O artefato engrossa-se com significados e realiza sua missão. (GLASSIE, 1999: p. 48)

Outro ponto que precisa de atenção é o de que sabendo de onde vêm nossas memórias fica mais fácil criar o hábito de termos respeito por elas. A nossa herança arqueológica está estreitamente relacionada às nossas práticas arqueológicas.

Construir, reconstruir ou desconstruir uma memória significa, antes de tudo, transformar realidades. E é com a imagem dessa realidade que precisamos ter cuidado. Qualquer remanescente Cultural ou que leve a uma determinada identificação, por parte da sociedade, seja do presente ou passado, pode ser considerado como herança cultural, nossa memória.

Os dois modelos são representações de memória, e como representantes de memória, fazem parte de nossa herança cultural que pode ou não estar identificada com a realidade de fato. As memórias são nossas! Será que temos noção de que essas podem não ser as perspectivas de quem estudamos, ou seja, da representação de outras culturas e identidades?

Pode-se, assim, pensar que as Teorias de Meggers são insignificantes hoje em dia. Ou que certos conceitos utilizados por Roosevelt são ultrapassados, mas a verdade é que estas arqueólogas fizeram e fazem parte de nossa herança arqueológica. Herança que produz determinadas memórias no presente. E, embora não exista nada que possamos conservar para sempre, existem os vestígios.

Dos vestígios que elas nos deixaram seria provocativo e arrogante afirmar “o que é certo ou errado”, ou o que está ultrapassado e o que é novo. O que devemos considerar são os limites. Os limites de cada modelo pertencem aos seus autores, e são a nós acessíveis como leitores, tais quais pontes a novas interpretações.

Fica então a lição de que, tão importante quanto saber que as teorias possuem limites, é saber que interpretações são possibilidades.

Como bem nos lembra Tilley, é importante lembrar que arqueologia e história, ambas, são imposições em que somente se tornam estruturalmente necessárias em certos tipos de *sociedade tais quais a nossa* (TILLEY, 2005: p. 1). Quais garantias temos de que estamos possivelmente nos aproximando da verdadeira memória cultural dos povos indígenas da Amazônia?

Ao mesmo tempo é necessário dar-se conta que não há nenhuma pedra de firmamento ou fundação firme, em que podemos escorar nossas indicações sobre o passado. (TILLEY, 2005: p. 6)

Faz-se necessário se destacar as palavras proferidas pelos professores Eduardo G. Neves e Almir Diniz durante o primeiro Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico¹¹. Neves destacou a importância da arqueologia no contexto social, no referente à mudança e a inclusão social dos ribeirinhos; já Diniz, pediu atenção para como se faz a representação do passado amazônico, especialmente quem constrói esse passado¹².

As duas ideias precisam andar juntas. As sociedades Amazônicas não podem ser silenciadas ou estarem em segundo plano na construção de seu passado. Elas precisam vir primeiro, independente de outros fatores. E sua cultura precisa ser visualizada independente de comparações.

Os esquemas explicativos disponíveis para a arqueologia amazônica são ainda influenciados por paradigmas teóricos, o que se torna visível nas repetidas tentativas de procurar fatores únicos, normalmente variáveis ambientais para explicar processos sociais no passado Amazônico. Mas existem outras bases a serem discutidas, tais como: a constatação de que as formações sociais amazônicas pretéritas e contemporâneas têm uma matriz regional que

¹¹Realizado em Manaus durante os dias 05 a 09 de novembro de 2007.

¹² Palestras realizadas no Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan- Amazônico.

inclui a circulação das pessoas e de bens por áreas às vezes extensas, incluindo uma razoável diversidade linguística, econômica e ecológica. Tais sistemas regionais não devem corresponder a organizações políticas do tipo Cacicado (NEVES, 1999-2000: p. 104).

Marques (2007) aponta para o perigo de determinadas construções;

No discurso científico o teor ideológico se faz presente no processo de representação do mundo. No discurso arqueológico, as palavras-fala são os veículos dos sentidos do mundo pré-histórico a partir da cultura material e ao mesmo tempo, é importante atentar para a dimensão social da construção da fala do locutor e dos enunciadore. (MARQUES, 2007: p. 5)

Duas vozes, dois modelos, duas construções, duas representações de passado que colocaram as sociedades amazônicas e o poder simbólico de sua cultura como pano de fundo a outros parâmetros. Mas existem outras vozes, e é preciso que elas se façam ouvir.

CAPITULO VI

“Algo que não termina nunca”

Reza a lenda na Amazônia que é no espaço do sítio ou do seringal que se manifesta a força criativa do imaginário do caboclo amazonense. Reunidos em roda, após o jantar, dentro ou fora de casa, mulheres e homens se põem a contar “casos”, ou os “causos”, na língua popular. No geral contos, fábulas que remontam a um tempo antigo, cheio de mistérios da floresta. Mas um tempo que só pode ser tocado a partir da memória desses contos. Cada vez que se conta algo sobre a floresta, as histórias crescem e, dependendo de quem conta, cria-se um novo entusiasmo, e o conto ganha vida. Através da voz dos caboclos, o conto é reinventado, e a Amazônia continua sendo esse celeiro de mistérios, mas ninguém dúvida de sua credibilidade.

A Arqueologia Amazônica se aproxima (e muito) aos contos amazônicos em alguns sentidos, já que é um amontoado de “casos” contados a partir da boca do arqueólogo. Todas as vezes que desenterramos esse passado através dos objetos, eles crescem e ganham vida. Isso só é possível devido à credibilidade dos arqueólogos.

No entanto, assim como no caso dos contos amazônicos, essas histórias, esses “cem números” de objetos e de casos, não possuem um fim. A arqueologia na Amazônia é algo que não tem fim nunca.

Aqui se contaram dois “casos”. Reinventamos contos sobre a Amazônia, sua gente, seu passado. Redimensionamos um passado cuja experiência foi única às suas participantes. Será então que temos maior credibilidade do que elas? Pois as arqueólogas que aqui estudamos também criaram um conto sobre o passado bem delineado, e bem formatado para ser útil a seu presente.

De qualquer forma, o conto aqui construído tinha um objetivo de ser útil na construção de um futuro próximo. Sua intenção é redimensionar como estamos construindo narrativas no presente sobre o passado. E, de qualquer forma, pela sua intencionalidade e pela multiplicidade de objetos envolvidos, essa narrativa não

termina aqui. Ainda há muito a se pensar sobre Arqueologia na Amazônia. Contudo, nessa caminhada é preciso ter em mente que estamos apenas iluminando parte desse passado, a outra parte irá permanecer no escuro.

Sem contar que inúmeras vezes forjamos mitos. Qual a necessidade de forjar mitos? Até que ponto a trajetória da Arqueologia Amazônica precisa de “falsos paraísos” ou novos “El Dorados”?

Não precisamos de mitos, não precisamos de uma justificativa para chamar atenção, precisamos ter em mente que nossas problemáticas estão inseridas numa longa duração, rica em hábitos e costumes próprios a uma região entrecortada de rios.

Dentro dessa longa duração não é preciso passar a borracha em outras narrativas. Precisamos encará-las na tentativa de perceber como essas narrativas, ou melhor, como essas arqueólogas, naquele momento, haviam pensado a Amazônia. Justamente para diferenciar seus textos dos nossos. Para que nossas interpretações, acima de tudo, possam ser mais um testemunho aberto ao diálogo, e não outro mito.

Além disso, há uma necessidade não só da arqueologia brasileira, mas da arqueologia Amazônica, em perceber como se dá aplicação de determinados conceitos e a trajetória desses determinados conceitos numa longa duração para a história de uma determinada região; em especial aqui, demos ênfase na criação e na aplicação de Modelos Culturais.

Ora, por certo, devemos saber quais são os critérios que utilizamos como ferramentas para balizar esse passado e sua construção.

A discussão é válida e precisa ser visitada com maior frequência pelos arqueólogos brasileiros, pois, à medida que temos contato com as teorias e conceitos que envolvem arqueologia da América do sul, na maioria das vezes, percebemos que existem linhas de pesquisas predominantes, e que por vezes acabam por sufocar outras periféricas, reproduzindo ao longo do tempo um mesmo padrão.

É necessário termos em mente que não podemos aplicar prática sem teoria; então que tipo de teoria se está usando para sedimentar nossos trabalhos? Nota-se que por vezes, ao analisar discursos que pretensamente se autodenominam diferentes, estes acabam (como que naturalmente) alimentando o mesmo discurso dominante.

É o caso da Arqueologia Amazônica, a partir das décadas de 70-80, em que discutir arqueologia significaria aplicar o determi-

nismo geográfico, em que as diferenças (mudanças ou adaptação cultural) são percebidas a partir do ambiente físico porque este condiciona a diversidade cultural. Melhor exemplificando, fazer arqueologia seria descrever os padrões organizacionais (político, econômico e social) das populações indígenas, habitantes das florestas tropicais da América do sul, levando em consideração o evolucionismo. Nesse sentido, a Arqueologia foi atrelada à noção ou conceito de cultura dentro de um mais pontual, o de “ecossistema cultural” ou de “determinismo geográfico”.

Logo foi estabelecida uma pirâmide que explicava onde estavam circunscritos os bandos amazônicos. Tendo como ponto de referência as áreas circun-caribenhas, como difusoras de uma organização “mais complexa”, em detrimento de outras que na tipologia apareciam como inferiores a estas, e, portanto, definidas como bandos.

Assim, a Amazônia, em comparação com regiões andinas, aparecia sempre periférica e como produto de processos adaptativos locais com influências externas.

Essas teorias arqueológicas sobre a região irão sustentar essas perspectivas e de alguma forma balizá-las no que se entendeu como determinismo ecológico, na tentativa de construção do panorama em que dava conta dos processos adaptativos culturais à floresta num passado Amazônico.

Essa influência percebeu a Amazônia não a partir de suas peculiaridades culturais, e sim, através de seus agentes limitadores de uma possível diversidade cultural ou complexificação social.

Esta complexificação foi tida como inexistente ou ilusória, à medida que era quase que impossível encontrar respostas culturais positivas na sobrevivência ao “ambiente hostil” relacionadas complexificação social. Eis que tínhamos o “Falso Paraíso” desvelado.

Já nos finais dos anos 80, e principalmente ao longo da década de 90, outra perspectiva veio a ser adotada, em que perceberemos que este habitante original continuaria a ser tomado como pano de fundo numa discussão que agora abandona, de certa maneira, a perspectiva ambiental e agarra-se à metodologia do trabalho de campo.

Porém, o que precisa ser entendido e clarificado é que este levante da Arqueologia não abandonava por inteiro as perspectivas difusionistas. A ideia de difusionismo continua a ser uma constante que agora ganha outras feições dentro dos trabalhos da pesqui-

sadora que *admite uma longa sequência de desenvolvimentos, complexa e que negava influências externas*¹³.

Ora, a alternativa tinha como foco principal o de que o ambiente amazônico não era somente rico para adaptação humana, como também provavelmente tivesse sido fonte de inovação e difusão de cultura pré-histórica.

Sociedades complexas vivendo em povoados de escala urbana e utilizando sistemas intensivos de subsistência e de produção de artefatos, e com evidências que sugerem sua presença no ambiente amazônico durante mais de mil anos. Os Cacicados Complexos logo tornam-se uma alternativa coerente para aqueles que ainda acreditam no vasto potencial amazônico.

A problemática centra-se menos em aceitar uma nova imagem pra esse passado como sendo viável e mais numa metodologia em que a eleição de “guias fósseis” e o estabelecimento de determinadas cronologias seja levado a cabo como bandeira de manifestação de um discurso anterior.

De qualquer forma, o que se viu foi que, embora com roupas diferentes, a arqueologia amazônica ainda estava inserida na linha evolucionista e difusionista de certa forma, onde as culturas pré-históricas amazônicas conseguiriam subir uma escala nessa pirâmide, de bandos dispersos que passariam a congregar a categoria de tribos, ou melhor, Cacicados. Eis que temos a esperança de termos ainda um “El Dorado”.

Logo ficava estabelecida uma dicotomias obre a ocupação pré-histórica amazônica: a que admitia sequências culturais curtas, derivadas e ligeiras, desdobrando-se no “falso paraíso”; e a que evidenciava uma sequência longa, complexa e difusora, revelando-se no “Novo El Dorado”.

Como fugir ou perceber, dentro do vasto complexo amazônico, uma outra imagem para esse passado que possa fugir de modelos evolucionistas e difisionistas, num constante esforço de classificá-la, entendê-la ou mesmo refutá-la a partir de uma comparação?

Se por um lado tivemos a perspectiva cujo enfoque principal estava na questão cultural e meio ambiente, de outro teremos uma

¹³ ROOSEVELT, Anna Curtenius. “Sociedades Pré-históricas do Amazonas Brasileiro”. In; Brasil nas vésperas do mundo moderno. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992,pp. 17-45.

que propõe mapear sequências através da agricultura, cerâmica e complexidade cultural.

De qualquer maneira, os dois enfoques são legítimas representações do passado amazônico, e que todo leitor que se interesse pelo tema deve procurar estar “familiarizado” com a discussão dessas teorias, que tratam acima de tudo sobre cultura amazônica.

Cultura, meio ambiente, e fenômenos culturais, são palavras muito comuns no dicionário arqueológico. Não é um tanto quanto novo que os antropólogos usem o conceito de cultura se referindo ao padrão das crenças e valores, refletidos nos artefatos, nos objetos e nas instituições que são passados de geração para geração.

A cultura é um dos conceitos mais dominantes e mais alusivos usados no discurso contemporâneo sobre as sociedades e as artes. Isso ocorre porque o conceito é usado por diferentes pessoas de forma diferente (BERGER, 1995: p. 136).

Neste domínio, tecnologia, economia de subsistência e os elementos da organização social estão diretamente ligados ao processo adaptativo. Porém, ao se falar de processo adaptativo, deve-se tomar em consideração as mudanças que, por sua vez, irão gerar outros processos que vão ser operados de diferentes maneiras e, especificamente no caso amazônico, não podem ser vistas apenas por uma via de mão única.

Sendo assim, admitindo que os processos culturais ajam como um jogo em que o ser humano é inserido e logo passa a fazer parte deste ao apreender as regras do mesmo, pode-se nos acometer instantaneamente uma “cegueira”, negando que neste mesmo processo o jogador possa *mudar* ou inserir novas regras.

Assim, também podemos fazer um paralelo sobre nossos textos; são textos de segunda mão. Dois exercícios deveriam ser atos contínuos em nossas pesquisas. Ler, tentando, de certa forma, compreender o universo de significação construído pelo outro. E produzir tendo noção que um texto é apenas uma dentre muitas interpretações.

As indagações de Geertz (1989) e Laraia (2004) nos levam a refletir que se admitirmos que o conceito de cultura, dependente das especificidades de cada povo, seria admitir que esse determinado conceito fosse criado a partir da delimitação atribuída pela capacidade

humana. Ou seja, seu comportamento, costumes, simbolismos, enfim, a forma como cada povo internaliza seus valores e os transmite.

Então, estaremos assim admitindo também o conceito de “circularidade cultural” e estando mais abertos a perceber como determinados objetos, espaços e povos foram vistos e podem ser vistos a partir de diferentes perspectivas. “*Outras épocas, outros costumes, e de acordo com a alteridade dos costumes, a antropologia distintiva, necessária à compreensão da trajetória humana* (SAHLINS, 1999: p. 67)”.

O problema é que quase sempre esse conceito é apropriado e aplicado a partir de diferentes abordagens. No momento em que nos posicionamos, passamos a definir termos, categorias e estabelecemos posições que podem (ou não) reduzir ou limitar um conceito de forma pouco abrangente.

Recentemente, Neves (2006) apontou que “*a arqueologia na Amazônia, é antes de tudo, uma espécie de História Antiga dos povos indígenas da região*” (NEVES, 2006: p. 10).

No entanto, quando estudamos essa história antiga, o objeto central dessa discussão, o homem pré-histórico amazônico, é deslocado para um segundo plano, e sua imagem é paulatinamente transformada em “pano de fundo”.

Tensões originais influenciaram na geração de especulações que, por sua vez, transformaram-se em hipóteses primárias na construção de determinadas teorias. Estas, ao longo da história da arqueologia amazônica, foram gradativamente cristalizadas.

Estudá-las é, acima de tudo, procurar um entendimento maior para uma Arqueologia Amazônica. Entender como estas teorias foram concebidas pode potencializar o entendimento de como usamos determinadas estratégias conceituais, sem nos darmos conta da reprodução de discursos ao longo do tempo.

Talvez, se abrirmos mão de certos paradigmas, possamos estabelecer uma comunicação mais contínua entre o passado amazônico e os estudos contemporâneos, a fim de estabelecer uma melhor interpretação arqueológica, etnológica, e histórica, dentro de potencialidades sensíveis a uma diversidade cultural e trajetórias específicas.

E assim, podermos, enfim, reinventar “contos” em que, ao final da reunião em roda, não fiquemos com aquela sensação de que “falta algo” ao nosso conto, e que este precisa de qualquer jeito ser finalizado. Aí está o problema! A magia dos contos, dos “causos” Amazônicos é que eles não têm fim! No final é algo que não termina nunca...

Pósfacio

É inegável a importância das atividades das pesquisadoras Betty Jane Meggers e Anna Curtenius Roosevelt, não só nas discussões sobre: a antiguidade dos povos amazônicos antes da colonização portuguesa, a entrada do homem americano no continente, bem como a implantação da arqueologia acadêmico-científica no Brasil. Elas não apenas tiveram uma participação maciça na formação de duas gerações diferentes de arqueólogos como na formulação hipotético-teórica de diversas possibilidades para a arqueologia amazônica.

Nesse ínterim, cabe ressaltar que as duas se destacaram por demonstrarem um trabalho diferenciado, não somente ao dar cumprimento num registro acurado de seus trabalhos, rompendo com os muros de uma “arqueologia pré-científica”.

Faz-se premente a necessidade de revisitarmos determinados conceitos trabalhados por elas durante um determinado período, com o ímpeto de poder revisá-los, mas num pressuposto de uma crítica que rompa os muros de um criticismo cínico, e vago. Precisamos então apresentar portas de saída para determinadas problemáticas levantadas há algum tempo na arqueologia.

Ocorre que, ao estudar a pré-história da Amazônia, o pesquisador acaba que intertextualmente caindo na “velha” problemática dos modelos explicativos para ocupação da região, sem apresentar uma solução consistente para o mesmo assunto.

Os debates a respeito das formas de organização social e padrões de mobilidade esquecem muitas vezes de marcar espaço através de interpretações que ofereçam algo a mais, a partir de tão vasto poder cultural, paisagístico e simbólico.

Esse poder, deslocado como “fundo do palco principal”, pode vir a nos entrever outras interpretações.

Cultura – Termo polissêmico e de difícil apreensão, cultura pode ser entendida como cada uma das atividades humanas, seja representado por um objeto, utensílio ou artefato (cultura

material), seja um costume, um crença (cultura não material). Em arqueologia, geralmente reduz-se o significado do termo, que passa a designar uma Associação de objetos de diferentes tipos, que se repete com certa frequência no espaço e no tempo (SOUZA, 2012: p. 53).

Poderíamos, inclusive, tratar de uma multiplicidade interpretativa, deslocando a referência da atividade humana cultural (artefatos cerâmicos e remanescentes estruturais) para os componentes vivos (BALÉE, 2008)

Indigeneidade se refere às maneiras tradicionais de conhecimento do mundo, imersas em culturas de pequena escala. Pode ser detectada em transformações primárias da paisagem, onde enriquecimentos em espécies resultaram em melhorias ambientais, não degradação (BALÉE, 2008: p. 9).

Essas lições do passado arqueológico podem ser entendidas a partir do estudo de artefatos vivos que florescem sobre paisagens vivas em que o solo ele mesmo é vivo, como no caso dos solos de terra preta (Woods e McCann, 1999), que são sempre horizontes de solo antropogênicos (Idem.: p. 17).

Toda essa paisagem viva, exponenciada muitas vezes a partir dos solos antropogênicos, incidem sobre um conhecimento que leva em consideração a ideia de que esta paisagem pode e deve ser encarada como herança. Num sentido de que leve a mesma como algo herdado historicamente e de forma que possa entrever o quão generosa foi essa paisagem.

Não há como aceitar a ideia simplista de que a determinados espaços ecológicos devam corresponder espaços econômicos, numa sobreposição plena e totalmente ajustável. É utópico supor que o potencial dos recursos naturais de uma área possa ser avaliado em termos de uma sociedade homogênea na sua estrutura de classes e de padrões de consumo. Somente as comunidades indígenas têm a possibilidade de utilização direta dos recursos oferecidos por um espaço geoecológico determinado (AB'SABER, 2003: p. 79)

Esse quadro de discussões teóricas há muito tem sido alargado em detrimento de modelos interpretativos que tem como ponto

de partida a otimização desse passado arqueológico nos padrões de complexificação organo-social. Muitas dessas discussões teóricas tentam reivindicar outras bases para pesquisa arqueológica em que se possa evidenciar um passado para arqueologia Amazônica, onde este se ancore numa quantidade “mais significativa” de dados empíricos, numa necessidade de corroborar ou rejeitar esses modelos explicativos.

No entanto, o que se deve pontuar é que, para além de um quadro ou sistemas que rejeitem ou corroborem os modelos explicativos, há de se questionar é que as pesquisas até então caminham numa direção onde o quadro pode fugir e mesmo romper com tais sistematizações. Ou seja, o panorama desse passado amazônico é muito mais amplo. Onde a compreensão dele pode, inclusive, ultrapassar as aplicações simples de determinadas categorizações cronológicas.

A meu ver, os novos dados gerados por essas pesquisas têm apontado para o dinamismo e particularismo das formas de organização social, assim como reforçado a preocupação com a necessidade de um aprofundamento das questões teórico e metodológicas, base de nossas interpretações. (MACHADO, 2005: p. 11)

O resultado é que essas pesquisas podem imprimir nesse passado uma “outra imagem” a ser configurada no cenário textual da arqueologia amazônica. Talvez com feições onde se possa ter claro uma metodologia atrelada a um conceito bem definido de cultura, ou ainda uma paisagem que leve em consideração os artefatos vivos: as florestas culturais por exemplo.

Dados recentes demonstram que florestas até hoje consideradas primárias e intocadas pelo homem são, na verdade, florestas secundárias resultantes de um complexo manejo realizado por antigas populações, portanto, florestas culturais. As alterações antrópicas sobre os ecossistemas florestais são muito mais antigas de que se imagina, anteriores até ao surgimento da agricultura, de onde se conclui que a área ocupada pelas florestas culturais tropicais úmidas no globo pode ser muito maior do que se calcula (ADAMS, 1994: p. 3).

O fato é que esse slogan da imagem de uma Amazônia impenetrável, lugar de natureza intocada, e pouco impactada pela história humana durante muito tempo foi uma bandeira sempre hasteada (CLEMENT; et al., 2015). O que facilitou inclusive se criar uma imaginário facilitador de imagens como paraíso decaído ou um novo El Dorado.

The emerging multidisciplinary Picture of Amazonia is one of great diversity through time and across space. Throughout the Holocene, significant anthropogenic influences occurred in portions of all major sub regions. The process and geographical extent of landscapes domestication accelerated dramatically with transitions to food production in village gardens, cultivated fields, orchards, domesticated forests, associated anthropogenic soils and earthworks (CLEMENT; et al., 2015; p. 6) .

Por consequência, este é um panorama que pode proporcionar proposições que levem em consideração os fatores históricos, geológicos, ações particulares, ambientais e o desenvolvimento cultural na construção desse passado na Arqueologia Amazônica.

A visibilidade arqueológica de sistemas regionais na Amazônia ainda não foi avaliada, embora alguns estudos preliminares tenham sido feitos para avaliar sua antiguidade e desenvolvimento (Heckenberger, 1996; Neves, 1998). Ainda é difícil no momento apresentar uma fórmula geral de identificação arqueológica de tais sistemas, se realmente tal fórmula existe, já que a aceitação acrítica de correlações positivas entre, por exemplo, complexos cerâmicos e línguas indígenas apresenta muitos problemas metodológicos (NEVES, 2000: p. 14).

Crescem em número as preocupações em torno das sistêmicas e discursos sobre Patrimônio, identidade, memória, cultura, meio ambiente e daí por diante. A afirmação da Arqueologia, enquanto ciência discursiva, prática, e moderna, depende dessas discussões. Para tanto, talvez seja necessário voltarmos as nossas atenções à palavra chave: identificação.

Não se pode praticar arqueologia sem o mínimo exercício de identificação. A identificação com o objeto, com a coisa, com o

artefato ou que queira, faz parte de uma dinâmica que está intimamente ligada com o “fazer” arqueológico. Que por sua vez, parece nos dias de hoje padecer com uma verdadeira obsessão na salvaguarda dos Patrimônios. Essa mobilização geral em torno dos Patrimônios vem a representar nossas discussões em que podemos vislumbrar claramente a maneira ou a forma como nos associamos a uma determinada identidade.

E, portanto, tem tudo a ver com Cultura Material, quando essa, arquitetada na mente e transposta no mundo, materializa-se e é reconhecida como um código público e partilhado ou como código privado e particularizado. Daí talvez advenha nossa sensibilidade junto àquilo que chamamos bens culturais, patrimoniais, históricos, arqueológicos, e assim por diante. Já que identificamos nestes aquilo de mais palpável e que nos aproxima de nossas memórias.

Nossas memórias são nossas heranças. Ao tratarmos de Patrimônio estamos lidando com nossas heranças. Dentro de uma prerrogativa daquilo que queremos deixar como nosso, e daquilo que queremos resgatar como nosso. Assim, nesse emaranhado que é edificar o patrimônio através da Cultura Material, surfamos por percepções que transcendem ao material e chegam a nós através do imaterial, como herança inestimável. É o caso de nossas construções científicas.

Muitas dessas construções fazem parte de uma prática imagética construída desde a vinda dos primeiros desbravadores em nossas terras. O caso amazônico não é diferente já que desde meados do século XVII se tem a inferência, no mínimo curiosa, dos primeiros naturalistas e viajantes na região Amazônica.

A elaboração da sequencia temporal arqueológica amazônica se fez de forma lenta e temporal. Por sua vez, são ideias sedimentadas em bases sólidas e rígidas. É preciso identificar que nesse patrimônio científico suas mudanças e, até mesmo, suas continuidades. Tudo em busca de novas problemáticas, novas orientações e, por que não dizer, abertura a novos temas.

As sugestões, orientações, e observações a esse Patrimônio Científico torna-se requisito indispensável e salutar à busca constante por identidade. Mas porque precisamos de identidade? Não poderíamos, então, tratar desse Patrimônio Científico Arqueológico Amazônico através de Identidades?

E, justamente essas identidades, são partes constitutivas de nossa história. O mundo texto arqueológico amazônico pode ser incrementado de tal forma ao longo das pesquisas se chega a pensar na possibilidade de sairmos de uma dicotomia onde de um lado se tem o “novo El Dorado” e do outro “o Inferno Verde”.

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante, e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a se enriquecer. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser “definitivamente passado”. À relação essencial presente-passado, devemos, pois, acrescentar o horizonte do futuro. Ainda aqui os sentidos são múltiplos (LE GOFF, 1990: p. 25).

Referência bibliográfica

- AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003).
- ADAMS, Cristina. **As florestas virgens manejadas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Anthropologia 10:3-20, 2000.
- ARANHA & MARTINS. **Filosofando**. SP: Moderna, 1993.
- AZZAN Junior, Celso. **Antropologia e interpretação; explicação e compreensão nas Antropologias de Levi-strauss e Geertz**. Campinas, SP, Ed; UNICAMP, 1993.
- BALÉE, William. **Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira**. In: NEVES, Walter (Org.). *Biologia e Ecologia. Humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém, 1989.
- BERGER, Arthur Asa. **Cultural Criticism: a primer of key concepts**. Ed. SAGE : London, 1995.
- BINFORD, Lewis R. **Em busca do passado**. Publicações Europa-América, Portugal, 1983.
- BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 2006.
- CASTRO, Celso. Apresentação. In **Antropologia Cultural**. RJ: Zahar, 2006.
- CHAUVEAU, Agnes e TÉTARD. **Questões para a história do presente**.
- COHEN, Ilka (trad.). Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 7-37.
- CHILDE, V. Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1981.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinência e possibilidades**. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, 2002.
- CLEMENT et. Al. **The domestication of Amazonia before European conquest**. Royal Society. B, rspb.royalsocietypublishing.org – 2015.
- DUNNELL, R. C.” **Aspects of the application of evolutionary theory in archaeology**”. IN: *Archaeological Thought in America*. Cambridge, 1973, 35-49.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Org. e Trad. De Roberto Machado. RJ: Graal, 1979.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Public archaeology from a latin American perspective**. *PublicArchaeology* 1, 4, 2001, 239-243.
- GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor**. Paidós Studio. México, 1989.
- GEERTZ. **Anti-anti-relativismo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. RJ, 8: Vol 3, p. 5-19, 1988.
- GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: ____ *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GLASSIE, H. **Material Culture**. Indianapolis: Indiana University Press, 1999.
- GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. SP: Marco Zero, 1994.
- HILBERT, Peter Paul e Klaus Hilbert. **Um rio para o El Dorado**. POA: EDIPUCRS, 2005.

- HODDER, Ian and Michael Shanks e etalli (ed), **Interpreting archaeology; finding meaning in the past**. London and New York, Routledge, 1995.
- HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**. Corrientes actuales. Ed. Crítica: Barcelona, 1986.
- HODDER, Ian. **Theory and practice In archaeology**. London, Routledge. 1992.
- KAPLAN E MANNERS. **Teoria da Cultura**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1975.
- KERN, Arno Alvarez. **O papel das teorias como instrumental heurístico para a reconstrução do passado**. *Histórica*. Revista da associação dos Pós-graduados em História- PUCRS. Vol. I. Porto Alegre, 1996, p. 7-22.
- KERN, Arno Alvarez. **Textos Teóricos sobre a História: análise crítica e interpretações**. *Histórica*. Revista da associação dos Pós-graduados em História - PUCRS. Porto Alegre, N 5, 2001, p. 1-320.
- KOJAN, D & ANGELO, D. **Dominant narratives, Social Violence and the practice of Bolivian Archaeology**. In: *Journal of Social Archaeology*, 2005, 5 (3): 383-408.
- LAMBERG-KARLOVSKY, CC(ED), **Archaeological Thought in America**. Cambridge, 1973.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Zahar ed.: 1997, 116p.
- LATHRAP, Donald W. **The Upper Amazon**. Ed. Praeger: New York, 1970.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Juliana Salles. **Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio Hatahara, Amazonas**. *Revista de Arqueologia*, 18: 9-24, 2005.
- MARQUES, Marcélia. **Os caçadores coletores da Tradição Itaparicã: a cultura material e o con(texto) arqueológico**. In: XVI Congresso Nacional de Arqueologia Argentina, 2007, Jujuy. XVI Congresso Nacional de Arqueologia Argentina. San Salvador de Jujuy: EdiUnju, 2007. v. I. p. 417-423.
- MEGGERS, Betty J. “Cuarenta años de colaboración”. IN: **Prehistoria Sudamericana**; Nuevas Perspectivas. Meggers (ed.), Taraxacum, Washigton, 1992, pp. 13-26.
- MEGGERS, Betty J. “Natural versus Anthropogenic sources of Amazonian Biodiversity: the Continuing Quest for El Dorado”. IN: **How landscapes change**. G.A. Bradshaw and P. A. Marquet (eds). Berlin, Springer- Verlag, 2003, pp. 89-107.
- MEGGERS, Betty J. “The law of cultural evolution as a practical research tool”. IN: **Essays in the science of culture; in honor of Leslie A. White**. New York, Thomas crowell company, 1960, pp. 302- 316.
- MEGGERS, Betty j. **Amazônia - Ailusão de um paraíso**; trad. Maria Yedda Linhares. RJ: Civilizacao Brasileira, 1977.
- MEGGERS, Betty J. **América pré-histórica**. Eliana Teixeira de Carvalho (trad)- RJ: Paz e Terra, 1979, 2o ed.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Sp: EDUSC, 2005, p. 33-56.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. RJ: Bertrand Brasil, 2005.
- NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.

- NEVES, Eduardo Góes. **O velho e o Novo na Arqueologia Amazônica**. Revista USP: SP, N 44, p. 86-111, DEZ/FEV, 1999/00.
- PIRIE, Anne. **Constructing prehistory: lithic analysis in the Levantine Epipaleolithic**. RoyalAnthropologicalInstitute, 10:675-703, 2004.
- REIS, José Alberione dos. **Não pense muito que dói. Um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia Brasileira**. Tese. UNICAMP/IFCH. Março, 2004.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação; o discurso e o excesso de significação**. Lisboa Portugal, edições 70, 1976, Arthur Morão (trad).
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. "Sociedades Pré-históricas do Amazonas Brasileiro". In: **Brasil nas vésperas do Mundo Moderno**. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1992, pp. 17-45.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Amazonian Anthropology.Strategy for a New Synthesis**.The University of Arizona Press, 1994.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologiaamazônica.In **Historia dos Índios do Brasil**, editado por Manuela Carneiro. SP: CIA das letras: secretaria municipal de cultura, Pp. 53-86, 1992.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Moundbuilders of the Amazon. Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brasil**. Academic Press: London, 1991.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Parmana. Prehistoric Maize and Manioc subsistence along the Amazon Orinoco**. Academic Press: London, 1980.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura Material**. Rj: Zahar, 1976.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução de Bárbara Sette. 3. Reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999. 218p
- SHANKS and HODDER.Processual postprocessual and interpretative archaeologies. In: **Interpreting Archaeology**. Ed. Routledge : London, 1995.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-Constructing Archaeology. Theory and Practice**. New York: Routledge, 1992.
- SOUZA, Alfredo Mendonca de. **Dicionário de arqueologia**. Secretária de Estado de Cultura/Manaus, 2012.
- STEWART, Julian H. **Theory of cultural change**. Illinois, University of Illinois Press Urbana ed., 1955.
- TILLEY, C. **On Modernity and Archaeological Discourse**.Meta archaeology project.<http://archaeology.kiev.ua/meta/tilley.html>. 2005.
- TRIGGER, Bruce G. **"History and Contemporary American Archaeology: A critical analysis"**. IN: *ArchaeologicalThought in America*. Cambridge, 1973, 19 – 34.
- TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora: 2004.
- WATSON, LEBLANC E REDMAN, **El método científico em arqueología**. Madrid, Aliaza Universidad ed., 1974.
- WHITE, Leslie A. **La Ciencia de la cultura: Um estúdio sobre el hombre y laciivilización**. Editorial Paidós, Buenos Aires, 1982.
- WHITE, Leslie A. **O conceito de sistemas culturais; como compreender tribos e nações**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1978.

“Diversos têm sido os temas que discutidos entre os arqueólogos, nas últimas décadas, relacionados aos aspectos práticos das metodologias ou, como é o caso deste livro, às reflexões sobre as teorias sugeridas pelas diversas gerações que pesquisaram no solo amazônico. Neste conjunto variado, entretanto, as questões relativas às tendências das teorias arqueológicas surgem de maneira mais constante do que no passado.”

